

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER**

FERNANDA SAFIRA SOARES CAMPOS

**PASSANDO A BOIADA: ENQUADRAMENTOS DO GOVERNO
ANTIAMBIENTALISTA DE JAIR BOLSONARO NOS EDITORIAIS DOS JORNAIS
FOLHA DE S. PAULO E ESTADO DE S. PAULO**

**CUIABÁ-MT
2023**

FERNANDA SAFIRA SOARES CAMPOS

**PASSANDO A BOIADA: ENQUADRAMENTOS DO GOVERNO
ANTIAMBIENTALISTA DE JAIR BOLSONARO NOS EDITORIAIS DOS JORNAIS
FOLHA DE S. PAULO E ESTADO DE S. PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa Política e Cidadania, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bernardo de Araújo

**CUIABÁ-MT
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C198p Campos, Fernanda Safira Soares.
Passando a boiada [recurso eletrônico] : Enquadramentos do governo antiambientalista de Jair Bolsonaro nos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo / Fernanda Safira Soares Campos. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 131 f., pdf). -- 2023.

Orientador: Bruno Bernardo de Araújo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2023.
Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.
Inclui bibliografia.

1. editoriais. 2. enquadramento. 3. Jair Bolsonaro. 4. populismo. 5. meio ambiente. I. Araújo, Bruno Bernardo de, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "PASSANDO A BOIADA: ENQUADRAMENTOS DO GOVERNO ANTIAMBIENTALISTA DE JAIR BOLSONARO NOS EDITORIAIS DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E ESTADO DE S. PAULO."

AUTORA: MESTRANDA FERNANDA SAFIRA SOARES CAMPOS

Dissertação defendida e aprovada em 28 de julho de 2023.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professor Doutor Bruno Bernardo Araújo (Presidente Banca/ Orientador)

INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso

2. Professor Doutor Thiago Cury Luiz (Examinador Interno)

INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso

3. Professora Doutora Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha (Examinadora Externa)

INSTITUIÇÃO: Universidade de Coimbra

4. Professor Doutor Luãn José Vaz Chagas de Oliveira (Examinador Suplente)

INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso

CUIABÁ, 28 DE JULHO DE 2023.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO BERNARDO DE ARAUJO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 03/08/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO CURY LUIZ, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 04/08/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Ferin Cunha registrado(a) civilmente como Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha, Usuário Externo**, em 09/08/2023, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6002120** e o código CRC **7FE80BEA**.

Agradecimentos

Agradeço e dedico esta dissertação aos meus pais Solange e Marlon que são os maiores responsáveis pela minha trajetória acadêmica e profissional. Sem o empenho de vocês desde a nossa infância, não teríamos desenvolvido o gosto pelo estudo, pela perseverança e pela fé de que no final, tudo vai dar certo. Vocês são os meus maiores exemplo de vida. Muito obrigada.

Da mesma forma, agradeço à minha irmã, Cristina Pérola, a quem nunca me habituei chamar pelo nome, mas sempre mermã. Estivemos sempre juntas incentivando e torcendo uma pela outra. Por isso, mermã, o seu companheirismo e amor sempre foram e sempre serão fundamentais na minha vida. Obrigada por tudo, mas especialmente pela vida de Pedro e Gabriel, meus afilhados amados que sempre poderão contar comigo, com minha proteção e com o meu amor.

Agradeço ainda ao meu tio Eduardo e à minha avó Conceição (in memoriam), pelo cuidado e incentivo que sempre dedicaram a mim e à minha irmã, desde que nascemos. Cresci admirando os dois e nutro o maior respeito e orgulho de tê-los como referência.

Tive, ao longo dos anos, a grande sorte de encontrar pessoas generosas e amorosas comigo, então também agradeço a todas elas, representadas aqui por Dona Merentina e Helô. Faço ainda um agradecimento especial a Dandara, por toda a paciência, palavras de incentivo e contribuição para esta dissertação.

Meu muito obrigada ao meu orientador Bruno Araújo por acreditar nesta pesquisa, por me encorajar e estimular em mim o interesse pela vida acadêmica. Sua dedicação e entusiasmo pela ciência são únicos e admiráveis. Registro aqui ainda o meu agradecimento aos integrantes do grupo de pesquisa Midiaticus, por todas as horas de pesquisa, a todos os eventos acadêmicos que já fomos e aos muitos que ainda iremos.

Minha absoluta gratidão à generosidade de Deus e de Nossa Senhora em minha vida.

RESUMO

As políticas ambientais foram afetadas negativamente, em diferentes aspectos, ao longo do mandato do presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro (2019-2022), gerando atenção da mídia nacional e de diversos agentes e organismos internacionais, preocupados com o discurso negacionista e as ações de desmobilização da agenda ambiental efetivadas pelo mandatário. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a cobertura editorial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, para compreendermos de que forma ambos os veículos se posicionaram em face da pauta ambiental do governo Bolsonaro. Partimos do seguinte problema de pesquisa: “De que maneira a cobertura editorial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo enquadraram a pauta ambiental no governo de Jair Bolsonaro?”. Empiricamente, o estudo possui um *corpus* composto por 53 editoriais da Folha de S. Paulo e 111 editoriais d'O Estado de S. Paulo, veiculados no período de 2019 a dezembro de 2021. Para responder aos nossos objetivos, os editoriais coletados foram submetidos, inicialmente, a uma análise lexical com o auxílio do software Iramuteq, para identificar os núcleos semânticos prevalentes nos dois jornais, seguindo-se de uma análise de enquadramento quanti-qualitativa, com base nas categorias propostas por Robert Entman (1993). Em termos teóricos, a dissertação aborda a relação entre poder e meio ambiente, com ênfase nos fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam as políticas ambientais, o papel da mídia na apresentação e discussão dessas questões, além do lugar do editorial na prática jornalística e do conceito de populismo para a compreensão das políticas e da ideologia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os resultados apontam a adoção de enquadramentos distintos em ambos os jornais. Enquanto o OESP põe maior ênfase nos impactos econômicos negativos sobre o agronegócio, a FSP realça o recrudescimento dos danos ambientais, como queimadas e desmatamento ilegal.

Palavras-chave: editoriais; enquadramento; Jair Bolsonaro; populismo; mídia; extrema-direita; meio ambiente.

ABSTRACT

Environmental policies were negatively affected in various aspects throughout the mandate of the far-right president, Jair Bolsonaro (2019-2022), attracting attention from the national media and various international actors and organizations concerned about the denialist discourse and actions to dismantle the environmental agenda carried out by the president. In light of this, this research aims to analyze the editorial coverage of the newspapers O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo to understand how both outlets positioned themselves in relation to the environmental agenda of the Bolsonaro government. We start from the following research problem: "How did the editorial coverage of the newspapers O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo frame the environmental agenda during Jair Bolsonaro's government?" Empirically, the study has a corpus composed of 53 editorials from Folha de S. Paulo and 111 editorials from O Estado de S. Paulo, published between 2019 and December 2021. To answer our objectives, the collected editorials were initially subjected to a lexical analysis using the software Iramuteq to identify the prevailing semantic cores in both newspapers, followed by a quantitative and qualitative framing analysis based on the categories proposed by Robert Entman (1993). In theoretical terms, the dissertation addresses the relationship between power and the environment, with emphasis on the social, political, and economic factors that influence environmental policies, the role of the media in presenting and discussing these issues, as well as the position of editorials in journalistic practice and the concept of populism for understanding the policies and ideology of former President Jair Bolsonaro. The results indicate the adoption of different framings in both newspapers. While O Estado de S. Paulo places greater emphasis on the negative economic impacts on agribusiness, Folha de S. Paulo highlights the worsening of environmental damages, such as wildfires and illegal deforestation.

Keywords: editorials; framing; Jair Bolsonaro; populism; media; far-right; environment.

Lista de siglas

Apib - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CANAL - Conselho Nacional da Amazônia Legal
CHD – Classificação Hierárquica Descendente
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP – Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
FSP – Folha de S. Paulo
GEE – Gases do Efeito Estufa
GPEA – Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*
IVC – Instituto Verificador de Comunicação
MP – Ministério Público
OESP – O Estado de S. Paulo
ONG – Organização Não Governamental
PF – Polícia Federal
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
STF – Supremo Tribunal Federal
TI – Terra Indígena
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

Lista de figuras

Figura 1 – Jair Bolsonaro aparece se alimentando com as mãos em uma barraca de comida de rua em Brasília.	34
Figura 2 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por OESP em 2019	73
Figura 3 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por OESP em 2020	75
Figura 4 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por OESP em 2021	77
Figura 5 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por FSP em 2019	92
Figura 6 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por FSP em 2020	94
Figura 7 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por FSP em 2021	96

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Soma dos editoriais coletados por mês/ano	63
Gráfico 2 – Ocorrência da variável Definição de Problema em OESP	79
Gráfico 3 – Ocorrência da variável Interpretação Causal em OESP	82
Gráfico 4 – Ocorrência da variável Avaliação Moral em OESP	86
Gráfico 5 – Ocorrência da variável Recomendação de Tratamento em OESP.....	89
Gráfico 6 – Ocorrência da variável Definição de Problema em FSP	98
Gráfico 7 – Ocorrência da variável Interpretação Causal em FSP	102
Gráfico 8 – Ocorrência da variável Avaliação Moral em FSP	105
Gráfico 9 – Ocorrência da variável Recomendação de Tratamento em FSP.....	107

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	PODER E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGOS COM A SOCIOLOGIA AMBIENTAL.	20
2.1.	PODER, MEIO AMBIENTE E MÍDIA	20
2.2.	EMERGÊNCIA E JUSTIÇA AMBIENTAL	24
3.	PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE POPULISMO E MEIO AMBIENTE.....	28
3.1.	POPULISMO: UM CONCEITO CONTROVERTIDO	28
3.2.	O POPULISMO DE JAIR BOLSONARO.....	37
3.2.1.	Intepretações de Bolsonaro pela mídia e pela Academia.....	39
3.3.	POPULISMO AUTORITÁRIO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	43
4.	EDITORIAL: O ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO JORNAL.....	47
4.1.	EDITORIAL COMO A VOZ POLÍTICA DO JORNAL.....	47
4.2.	ESTUDOS EMPÍRICOS BRASILEIROS SOBRE EDITORIAIS	53
5.	QUESTÕES METODOLÓGICAS	57
5.1.	SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS ANALISADOS	57
5.1.1.	Folha de S. Paulo	59
5.1.2.	O Estado de S. Paulo	60
5.2.	O CORPUS	62
5.1.	ENQUADRAMENTO COMO OPERADOR ANALÍTICO	64
5.2.	DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA ANÁLISE EMPÍRICA	67
6.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	72
6.1.	ANÁLISE DE <i>CLUSTERS</i> OU CLASSES DOS EDITORIAIS DE OESP	72
6.2.	ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS EDITORIAIS DE OESP.....	78
6.3.	ANÁLISE DE <i>CLUSTERS</i> OU CLASSES DOS EDITORIAIS DE FSP... 91	
6.4.	ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS EDITORIAIS DE FSP	97
6.5.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E COMPARAÇÃO ENTRE COBERTURAS.....	108
7.	CONCLUSÕES.....	112
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES.....	125

1. INTRODUÇÃO¹

Em 31 de outubro de 2018, três dias após a eleição que tornou Jair Messias Bolsonaro o novo presidente do Brasil, o jornal britânico *The Guardian* chamou atenção do mundo para o risco que o ex-capitão do Exército brasileiro representava globalmente. Em um emblemático editorial, intitulado “*The Guardian view on Brazil’s new president: a global danger*”, a publicação define como “deprimente” a escolha dos brasileiros pelo político da extrema-direita. O texto destaca que as declarações relacionadas ao meio ambiente e proferidas por Bolsonaro não representam apenas um perigo para os brasileiros, mas uma ameaça à humanidade. Entre promessas de enfraquecimento da fiscalização e legislação de proteção do meio ambiente, esteve claro, desde o começo, que Bolsonaro possuía planos claros de favorecimento da devastação. “O novo presidente do Brasil toma posse em janeiro, encarregado dos pulmões do mundo, a Amazônia, e do celeiro do mundo, a savana do Cerrado”, destaca um trecho do editorial, antecipando o que depois se verificou.

De fato, o discurso antiambientalista mostrou-se como um dos elementos definidores do populismo autoritário de Jair Bolsonaro. Desde as eleições que o conduziram à Presidência da República, foi possível observar o fortalecimento de um discurso que aponta as políticas ambientais como entraves para o desenvolvimento econômico do Brasil². Em meados de 2018, pesquisas de intenção de voto já evidenciavam que boa parte dos eleitores de Bolsonaro estava em áreas de influência do agronegócio³, como em Mato Grosso, maior estado exportador de grãos do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde Bolsonaro amealhou amplo apoio de empresários do setor tanto naquelas eleições quanto nas de 2022. Com efeito, o pouco valor dado às questões ambientais pela candidatura Bolsonaro estava patente já no plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no qual o termo “meio ambiente” aparecia apenas uma vez, no contexto de uma promessa não concretizada: a fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, o que poderia provocar, na prática, a extinção do primeiro, já que o segundo atua, em boa medida,

¹Algumas passagens deste texto foram publicadas, previamente, no artigo “Populismo Autoritário e Meio Ambiente no Brasil”, publicado em coautoria com Bruno Araújo, na edição 22, da revista *Media e Jornalismo*.

²A questão ambiental no Brasil obedeceu a um movimento de idas e vindas, não sendo linear, mas este trabalho chama a atenção para os aspectos de uma política do governo populista de Jair Bolsonaro que tornou a questão ainda mais complexa. De qualquer maneira, ao longo das últimas duas décadas, o Brasil vinha sendo visto internacionalmente como uma força moral para o bem ambiental, chegando a ser o favorito para, por exemplo, realizar as próximas negociações climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU).

³Disponível em <<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/os-mapas-do-poder-dos-ruralistas/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

como espaço de reverberação dos interesses da grande indústria do agronegócio, um dos principais vetores de exportação brasileira na atualidade.

Como avalia Scantimburgo (2018), as intenções do plano de governo sugeriam, já naquela altura, um desmonte anunciado das políticas ambientais pelas quais o Brasil se notabilizou nas últimas décadas, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988, que abriu espaço para a organização de marcos regulatórios para o meio ambiente e garantiu direitos fundamentais a povos indígenas, frequentemente alvos de ataques de quem pretende invadir suas terras para a extração de madeira e minerais de forma ilegal, insuflados pela retórica e pelas ações de enfraquecimento da fiscalização durante o governo Bolsonaro. Um relatório publicado em maio de 2021, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴, revelou o crescimento vertiginoso das invasões de Terras Indígenas (TIs). Enquanto em 2018, 14.757 famílias indígenas foram afetadas por invasões de TIs, em 2019, foram 26.621, chegando a 58.327 em 2020, quase o quádruplo do número registrado no período anterior à chegada de Bolsonaro à presidência.

Apesar de a aglutinação do Ministério do Meio Ambiente pelo da Agricultura não se ter efetivado formalmente, a agenda de desconstrução das políticas ambientais mostrou-se intensa desde os primeiros momentos do novo governo. No dia de sua posse, Jair Bolsonaro nomeou Ricardo Salles para o cargo de ministro do Meio Ambiente. Salles não possuía qualquer atuação ou conhecimento sobre a pauta ambiental. Sua escolha foi uma opção política do presidente para atender a pressões de figuras ligadas ao setor ruralista. O ministro passou a atuar como um ventríloquo dos interesses do ruralismo mais predatório, buscando meios para diminuir a efetividade de mecanismos de fiscalização e para deslegitimar organismos de controle do desmatamento ilegal na Amazônia, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em 22 de abril de 2020, uma fala de Salles durante uma reunião com Bolsonaro, no Palácio do Planalto, tornou-se célebre, depois de sua divulgação pela imprensa. Segundo o ministro, era o momento de “passar a boiada” — expressão que ele usou para adjetivar a intenção de promover ampla desregulamentação da área ambiental no Brasil, aproveitando-se do momento em que, de acordo com ele, a imprensa estava ocupada da cobertura da pandemia do novo coronavírus. A expressão “passar a boiada” — que acabamos por incorporar no título desta dissertação — dava a dimensão dos planos do governo Bolsonaro. Contra o ministro,

⁴ A Comissão Pastoral da Terra é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia.

pesava, ainda, a condenação sofrida, em 2017, por improbidade administrativa, como resultado de uma ação civil pública ambiental movida pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP)⁵.

A saída de Salles do governo veio apenas em 2021, depois que ele passou a ser investigado em um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito do qual foi alvo de operação da Polícia Federal (PF), por suposto favorecimento a empresários do setor de madeiras, mediante a modificação de regras que tinham o objetivo de regularizar cargas apreendidas no exterior⁶. O inquérito apura suspeitas de crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando, que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do ramo madeireiro. Em meio à pressão por sua saída do ministério, por parte de ambientalistas e investidores estrangeiros, que viam seus negócios ameaçados pela má reputação do Brasil no exterior, Salles pediu demissão em junho de 2021.

Progressivamente, durante o governo Bolsonaro, os ataques a Organizações Não Governamentais (ONGs), ativistas do meio ambiente, indígenas e quilombolas foram ganhando cada vez mais destaque nas declarações do presidente e de seus auxiliares. Durante a Abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2020, Bolsonaro chegou a responsabilizar as populações tradicionais pelos incêndios, afirmando que a Amazônia “é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas”⁷.

Ao longo dos anos, mostrou-se não ser exagerada a preocupação de ambientalistas e de setores da sociedade civil e da comunidade internacional com os rumos da pauta ambiental no Brasil sob Bolsonaro. O desmonte gerou graves consequências, como a flexibilização em larga escala das políticas de controle do desmatamento. Dados de maio de 2022, do Monitor da Fiscalização do Desmatamento, mostram que, até então, o governo Bolsonaro havia fiscalizado menos de 3% dos alertas de desmatamento no país. Todas as ações, em mais de três anos de

⁵ À época, o MP-SP apresentou uma denúncia de que Salles teria cometido fraudes no projeto do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê quando ainda era secretário do então governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB). Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/26/mp-pede-a-justica-que-ministro-do-meio-ambiente-deixe-pasta-devido-a-condenacao-em-1a-instancia.ghtml>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

⁶ “Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, pede demissão”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/06/ricardo-salles-ministro-do-meio-ambiente-pede-demissao.shtml>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

⁷ “Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

mandato, ocorreram em uma área que abrange somente 13% de todo o território desmatado no país. A negligência colocou o Brasil na iminência de um colapso socioambiental no curto prazo, com aumento do desmatamento e o recrudescimento da violência contra ambientalistas, populações tradicionais e indígenas.

A partir dessa contextualização, é possível afirmar que elementos do populismo-autoritário (NORRISI e INGLEHART, 2019) podem ser identificados nas diversas pautas da agenda política de Jair Bolsonaro no que respeita ao meio ambiente. Por populismo autoritário, entende-se um tipo de populismo ainda mais ameaçador às democracias, uma vez que é endossado pelo autoritarismo. Norris e Inglehart (2019) afirmam que o populismo autoritário se apresenta como “um estilo retórico de comunicações afirmando que (i) a única legitimação democrática emana diretamente do povo e que (ii) aqueles que estão no poder são profundamente corruptos e autointeressados, traindo a confiança pública” (p.66). Na pauta ambiental, sobressaem-se aspectos negacionistas, nacionalistas, racistas e autoritários, os quais aproximam a realidade brasileira de experiências populistas de extrema-direita que ganharam força ao redor do mundo nos últimos anos.

Assim, partindo de uma abordagem sobre meio ambiente e populismo (MCCARTHY, 2019), esta dissertação analisa como os dois dos principais jornais de referência do país, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, ambos sediados na maior cidade do país e pertencentes ao espectro dos *quality papers*, enquadraram, em seus editoriais, a política (anti)ambiental do governo Bolsonaro, o qual reúne características identificadas na literatura como próprias do populismo de extrema-direita (MUDDE e KALTWASSER, 2017; NORRIS e INGLEHART, 2016; GUAZINA, 2021). Considerando a relevância de investigar as relações entre os populismos e a mídia, na sua relação com a pauta ambiental, estudar a forma como a imprensa de referência enquadra o tema ajuda a entender como o discurso e as ações populistas são representados na esfera pública, com ênfase no modo como os jornais afirmam politicamente a sua posição em face do fenômeno.

Na medida em que esta pesquisa analisa editoriais como espaço de observação empírica, também importa discutir o lugar deste formato jornalístico e o seu papel no debate público. As empresas jornalísticas possuem interesses próprios e podem atuar para protegê-los de várias formas. A escolha das fontes, o espaço dedicado a um dado tema e os enquadramentos construídos são alguns dos recursos mobilizados para que a opinião do jornal seja destacada junto ao leitor, até mesmo em textos informativos (MARQUES e MONT’ALVERNE, 2015). A escolha do editorial como objeto de análise se dá pelo fato de ele constituir-se como espaço

de expressão dos pontos de vista, de afirmação da posição política do jornal, o qual argumenta, alerta e revela interesses particulares pelos fatos da vida social.

Discutimos também o enquadramento, entendendo-o como conceito-operador de grande relevância para o estudo empírico que vamos desenvolver. Apresentamos a Teoria do Enquadramento, originária da psicologia cognitiva e bastante presente na sociologia de Erving Goffman, para quem os quadros simbólicos permitem “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus limites” (1974, p. 21). De uma perspectiva mais ampla, adotamos o conceito específico de “enquadramento midiático”, proposto por Entman (1993), para guiar a nossa reflexão e as análises dos editoriais. Entman os define como recursos simbólicos verbais e visuais que jornalistas e outros agentes da mídia usam para organizar a informação em seus textos.

Partindo desse quadro conceitual, o estudo visa responder à seguinte pergunta de pesquisa: *De que maneira a cobertura editorial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo enquadraram a pauta ambiental no governo de Jair Bolsonaro?* Para respondê-la, adotamos um *corpus* composto por 53 editoriais da *Folha de S. Paulo* e 111 editoriais d’*O Estado de S. Paulo*, publicados no período de janeiro de 2019 — primeiro ano do governo — a dezembro de 2021, terceiro ano do mandato, o que corresponde a 3/4 do governo de Jair Bolsonaro, finalizado em dezembro de 2022. Antes da identificação dos enquadramentos, recorreremos, inicialmente, a uma análise lexical, com auxílio do software Iramuteq, como um primeiro movimento de exploração semântica dos editoriais coletados. Esse procedimento nos auxiliou na identificação dos núcleos semânticos prevalentes no *corpus*, com base num esquema analítico denominado de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), principal modelo de análise textual do Iramuteq. O modelo se baseia na observação da proximidade lexical entre os termos, e considera que as palavras usadas em contextos semelhantes estão associadas ao mesmo universo lexical nas representações dos sistemas semânticos dos textos. Em seguida, os enquadramentos foram identificados e organizados com base nas categorias propostas por Entman (1993), para quem os quadros simbólicos propostos pelos jornais apontam, com frequência, problemas, causas e soluções, além de fazerem julgamentos morais dos tópicos identificados. Procedemos a uma análise quanti-qualitativa, tratando analiticamente os editoriais com base em variáveis inspiradas no conceito de enquadramentos midiáticos de Entman, e em categorias extraídas do corpus de análise.

Além desta **Introdução**, a dissertação apresenta a seguinte estrutura: no **Capítulo 2**, que intitulamos “Poder e Meio Ambiente: diálogos com a Sociologia Ambiental”, abordamos, numa perspectiva abrangente, a relação entre meio ambiente e poder. São discutidos os fatores

sociais, políticos e econômicos que influenciam o meio ambiente e as políticas ambientais. Destacamos a importância do poder na distribuição e no controle dos recursos naturais, assim como na emergência e na justiça ambiental. Aborda-se o papel da mídia na discussão das questões ambientais, ressaltando sua influência na sensibilização do público e na pressão por soluções diante do enfraquecimento de políticas para o setor ambiental.

No Capítulo 3 — “Perspectivas teóricas do Populismo” —, partimos para uma discussão que contextualiza a figura de Jair Bolsonaro, entendido como um político populista e autoritário. A partir de uma diversidade de compreensões do conceito de populismo nos estudos acadêmicos das Ciências Políticas e da Comunicação, chamamos a atenção para as disputas em torno do conceito, mas também para os elementos comuns nas diferentes perspectivas teóricas, como a construção do povo como corpo homogêneo e a busca pela polarização com as elites e os “outros”. Além disso, articulamos a trajetória e o perfil político-ideológico de Bolsonaro com dimensões do populismo, recorrendo a estudos brasileiros e estrangeiros que o identificam como um populista de extrema-direita.

O Capítulo 4 — “Editorial: um espaço de afirmação política do veículo” — é voltado à discussão do lugar deste formato jornalístico no debate público. O editorial é apresentado como espaço de posicionamento do veículo perante as instâncias de poder, em relação às quais o veículo direciona a sua visão sobre as várias questões sociais. Desenvolve-se uma revisão de estudos brasileiros e internacionais que analisam o editorial, com perspectivas metodológicas comuns e outras complementares a este trabalho.

O Capítulo 5, por sua vez, apresenta as estratégias metodológicas adotadas pelo estudo a partir do seu problema pesquisa. Para isso, fazemos uma breve apresentação dos *quality papers* aqui estudados, para uma contextualização histórica que evidencie a importância de Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no sistema de mídia brasileiro. Também discutimos o enquadramento como operador analítico e refletimos acerca das decisões que orientam o nosso estudo empírico, combinando análise textual e análise de enquadramento.

Dedicamos o **Capítulo 6** para a apresentação da análise e a discussão dos resultados desta dissertação. Para isso, dividimos o texto em cinco tópicos, que estão organizados entre a análise de *clusters* dos editoriais por ano, seguida da análise de enquadramento de cada veículo. Finalizamos o capítulo com uma comparação entre as duas coberturas editoriais, o que permite elencar aproximações e distanciamentos percebidos nos enquadramentos de ambos os jornais. Por fim, apresentam-se as conclusões da pesquisa.

A presente dissertação é uma tentativa de contribuir para as discussões sobre meio ambiente e jornalismo, particularmente a partir da análise do papel do jornalismo brasileiro em

um momento tão importante da nossa história recente, marcada pela disseminação de discursos de ódio, polarização política e divisionismos que afetaram drasticamente a nossa democracia.

2. PODER E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGOS COM A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Numa perspectiva abrangente que serve de contexto teórico ao nosso trabalho, neste capítulo, discutimos a relação entre meio ambiente e poder, tendo por base discussões empreendidas pela Sociologia do Meio Ambiente. Tais estudos fazem uma análise interdisciplinar da questão, para entender como os fatores sociais, políticos e econômicos influenciam o meio ambiente e a discussão em torno de políticas ambientais. Segundo o sociólogo John Hannigan (2006), o poder é uma dimensão fundamental das questões ambientais, pois os recursos naturais são escassos e a sua distribuição e controle são objeto de disputa entre atores sociais diversos. Nesse contexto, o capítulo aborda, ainda, a emergência e a justiça ambiental — tópico deliberadamente silenciado por lideranças populistas como Jair Bolsonaro — com foco no conceito de “justiça climática”, para enfatizar como as mudanças climáticas afetam as pessoas e exigem soluções justas e efetivas.

2.1. PODER, MEIO AMBIENTE E MÍDIA

A relação entre poder e meio ambiente tem sido um tema central na Sociologia do Meio Ambiente. Diversos autores argumentam que a gestão dos recursos naturais envolve disputas e conflitos que são influenciados pelo poder. Como veremos a seguir, essas disputas e conflitos refletem a distribuição desigual do poder social, político e econômico na sociedade. Nesse sentido, o poder desempenha um papel fundamental na determinação de quem tem acesso aos recursos naturais, quem pode tomar decisões sobre seu uso e quem é afetado negativamente pelos impactos ambientais.

Segundo Hannigan (2006), a perspectiva construcionista social da sociologia ambiental reconhece que as questões ambientais não são apenas problemas técnicos, mas são também construídas socialmente, influenciadas por interesses e relações de poder. Para Hannigan, entender como o poder se manifesta nas questões ambientais é fundamental para compreender os conflitos e desafios relacionados à gestão dos recursos naturais. Além disso, o autor argumenta que o poder é exercido de forma assimétrica entre os atores sociais, ou seja, algumas pessoas ou grupos possuem mais poder do que outros para tomar decisões relacionadas ao meio ambiente. Assim, entender como o poder se manifesta nas questões ambientais é fundamental para compreender os conflitos e desafios relacionados à gestão dos recursos naturais.

Neste sentido, nem todos os problemas ambientais recebem a mesma atenção do público, a vontade da sociedade em reconhecer e resolver problemas ambientais repousa principalmente sobre as reivindicações feitas por “*issue entrepreneurs*” ou “empreendedores

de questões” na ciência, na política e na mídia de massas, como neste trabalho. Hannigan destaca que esses empreendedores de questões são pessoas ou grupos que têm interesse em trazer à tona determinados problemas ambientais, e que eles mobilizam recursos e esforços para torná-los visíveis e pressionar por soluções.

Segundo Hannigan, a atenção que é dada a determinados problemas ambientais depende da forma como eles são apresentados e representados pelos empreendedores de questões, como o jornalismo, que buscam, ou não, sensibilizar e mobilizar a opinião pública em torno dessas questões. Isso significa que alguns problemas ambientais podem ser mais facilmente visibilizados para atraírem mais a atenção do público, enquanto outros podem permanecer invisíveis ou pouco conhecidos. É importante destacar, portanto, que essa dinâmica não é neutra, e a capacidade desses empreendedores de moldar a opinião pública e influenciar as políticas ambientais pode estar relacionada a interesses políticos, econômicos e ideológicos.

A relação entre poder e meio ambiente é central para compreender como as questões ambientais são apresentadas, discutidas e solucionadas na sociedade contemporânea. Do ponto de vista da atuação da mídia, instância cara para o presente estudo, ela pode ter um papel importante na criação de uma narrativa que sensibilize o público para questões ambientais específicas. Por exemplo, a cobertura da mídia sobre o desmatamento da Amazônia pode levar a uma maior conscientização sobre o problema e pressionar o governo a agir. No entanto, conforme destaca o autor, a mídia muitas vezes pode simplificar questões complexas, reduzindo-as a manchetes sensacionalistas ou ignorando as nuances e contextos mais amplos. Além disso, a mídia pode ser influenciada por interesses políticos e econômicos, especialmente em relação à publicidade de empresas que podem ter um impacto ambiental negativo.

Essa influência está presente, por exemplo, em casos como o analisado por Motta (2021), que em um amplo estudo investiga os constrangimentos ao debate público sobre mineração no estado de Minas Gerais, tanto sobre o Estado quanto sobre a imprensa. O pesquisador observou que, mesmo diante de uma série de situações de conflitos ambientais e de violações de direitos na região em mais de duas décadas, os problemas envolvidos com a atividade mineradora só ganharam projeção pública de forma significativa depois de grandes desastres — como os presenciados em 2015, a partir da ruptura de barragens da Samarco, e em 2019, com uma barragem da empresa Vale, em Brumadinho, Minas Gerais. A partir de uma série de entrevistas em profundidade com ambientalistas, burocratas, políticos, jornalistas, dentre outros atores, e da observação de arenas formais e informais, o autor observou, entre outros aspectos, constrangimentos econômicos, relativos ao financiamento de políticos e da

imprensa local por mineradoras; e constrangimentos institucionais, referentes à atuação ambivalente do Ministério Público (MP) em relação à temática.

No que diz respeito à imprensa, o estudo de Motta destaca que as relações de negociação entre mineradoras e veículos de mídia, juntamente a tentativas de intimidação, a falta de recursos materiais adequados nas redações e a falta de estímulo aos jornalistas para abordarem a temática resultam em uma cobertura crítica limitada sobre a questão da mineração no estado de Minas Gerais. Isso ocorre mesmo diante das tentativas de diferentes atores da sociedade civil de colocarem o assunto em pauta na imprensa e mesmo com parte dos jornalistas tendo conhecimento dos problemas associados à expansão da atividade mineradora sobre o meio ambiente (p.193).

Kaul (2017), por sua vez, argumenta que a mídia desempenha um papel considerável na crise ambiental atual, uma vez que, em razão de seu poder de influência sobre a opinião pública, ela também teria responsabilidade em educar as pessoas sobre questões ambientais e estimular a ação em relação a isso. Kaul também aponta que a mídia precisa mudar sua abordagem em relação à cobertura de questões ambientais, sugerindo que deve deixar de ser reativa e se tornar proativa na cobertura dessas questões, fornecendo informações e soluções para ajudar a resolver os problemas ambientais. Para o autor, a mídia deveria trabalhar em estreita colaboração com organizações ambientais e governos para conscientizar as pessoas sobre a crise ambiental e incentivar a criação de soluções sustentáveis. Ele também enfatiza a importância da mídia em responsabilizar empresas e governos por suas ações prejudiciais ao meio ambiente.

Nesse sentido, diversos pesquisadores têm buscado debater o silenciamento da imprensa diante de problemas ambientais, na tentativa de compreender a razão pela qual o jornalismo não cobre os riscos ambientais de forma sistemática. Assim como Motta (2021), Loose e Camana (2017) também apontam que riscos ambientais muitas vezes não recebem atenção jornalística até ocorrer um desastre. Isso acontece, entre outros fatores, pela falta de capacidade dos veículos de mídia de abordar problemas considerados “rotineiros” resultando em seu silenciamento. Para as autoras, a falta de cobertura ampla é influenciada pelos próprios valores-notícia adotados pelos veículos jornalísticos. A cobertura frenética de um único acontecimento, argumentam as autoras, contribui para consensos e silenciamentos em torno de determinados temas, como aqueles em torno da pauta ambiental. Além disso, a cobertura de temas ambientais também é fortemente influenciada pela cultura organizacional, pelo mercado de trabalho instável para jornalistas, além da pressão dos anunciantes, que podem ser os próprios poluidores.

Schnaiberg (1980), em um dos trabalhos fundadores da Sociologia do Meio Ambiente (FOSTER, 2012), desenvolveu o conceito do “moinho de produção” (ou *treadmill of production*, em inglês), segundo o qual, o poder econômico é o principal determinante da degradação ambiental. O conceito se refere a um processo pelo qual o sistema econômico capitalista é mantido em movimento constante, com uma pressão contínua para aumentar a produção e o consumo, independentemente das consequências ambientais e sociais. A perspectiva é uma das mais reconhecidas do que se convencionou chamar de “marxismo ambiental”, uma retomada das compreensões de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim na análise dos diversos aspectos da questão ambiental (FLEURY e ALMEIDA, 2014).

Como explica Foster (2012), nos anos 1970, ambientalistas começaram a identificar três fatores como responsáveis pelos impactos ambientais: população, afluência (ou consumo) e tecnologia, sendo os dois últimos relacionados à economia. A estrutura do livro de Schnaiberg reflete essa abordagem, com capítulos que abordavam sucessivamente cada um desses fatores. “O brilhantismo de Schnaiberg foi, a partir da economia política marxista e radical, mostrar que os três primeiros eram condicionados pelo quarto, formando o que chamou ‘moinho da produção’, o problema ambiental fundamental” (FOSTER, 2012, p. 98). Nesse sentido, Schnaiberg argumenta que a industrialização e a urbanização modernas têm levado a uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais, que vão se tornando cada vez mais escassos, enquanto a produção industrial e a urbanização continuam a crescer. O autor chama essa situação de “paradoxo da abundância”, em que a crescente escassez de recursos é resultado do próprio sucesso econômico que leva ao aumento da produção e do consumo.

Dessa forma, a obra de Schnaiberg oferece uma crítica sistemática do sistema econômico capitalista e de sua relação com o meio ambiente, argumentando que a lógica do capitalismo de crescimento ilimitado é incompatível com os limites ecológicos do planeta. Ele sugere que o modelo de desenvolvimento econômico deve ser reformulado para lidar com os problemas ambientais, e que a mudança precisa vir tanto do nível político como do nível individual. No nível político, o autor defendeu, em sua obra, uma série de mudanças, incluindo a regulação ambiental mais rigorosa, a proteção das comunidades vulneráveis e a reorientação do sistema econômico para a sustentabilidade. Ele argumenta que essas mudanças não poderiam ser realizadas dentro da estrutura do capitalismo, mas exigiriam uma transformação fundamental do sistema econômico e social. No nível individual, Schnaiberg enfatizava a necessidade de um engajamento ativo das pessoas na mudança de seus hábitos de consumo e estilo de vida, a fim de reduzir o impacto ambiental. O autor destaca, entretanto, que isso jamais seria o suficiente para resolver a crise ecológica, mas que seria um passo importante para

construir um movimento social capaz de enfrentar os desafios ecológicos. Schnaiberg também vê nos movimentos sociais o principal mecanismo para a reversão social da degradação ambiental (BORINELLI, 2007).

Além disso, Schnaiberg explora a relação entre a desigualdade social e a degradação ambiental, argumentando que as pessoas mais pobres e vulneráveis são frequentemente as mais afetadas pelas práticas ambientalmente danosas e que a desigualdade social é um obstáculo importante para a sustentabilidade ambiental. A lógica do capitalismo de produção e consumo em massa requer, sempre de acordo com o autor, uma grande extração de recursos naturais e energia, bem como a geração de grandes quantidades de resíduos e poluição. Assim, a busca incessante pelo lucro se traduz em maior exploração do trabalho humano e menor consideração pelos impactos ambientais. Além disso, o autor argumenta que a desigualdade social está diretamente ligada à desigualdade ambiental, que se refere à distribuição desigual dos impactos ambientais e dos recursos naturais. Assim, as comunidades mais pobres e marginalizadas são frequentemente as mais afetadas pela poluição, pela perda de recursos naturais e pela degradação ambiental, enquanto as elites têm acesso a recursos naturais e meios para evitar os impactos ambientais — situação que exige a criação de condições para uma justiça ambiental.

2.2. EMERGÊNCIA E JUSTIÇA AMBIENTAL

De acordo com Milanez e Fonseca (2010), a proposta do conceito de justiça ambiental surge como alternativa ao paradigma da “proteção ambiental gerencial”, descrito por Bullard (2004). Esse paradigma, considerado dominante pelos autores da justiça ambiental, aborda os problemas ambientais a partir da escassez de recursos naturais e da poluição do meio ambiente, considerando que todos os seres humanos são igualmente responsáveis pelo consumo dos recursos e pela contaminação ambiental. Em oposição a essa visão, os proponentes da justiça ambiental argumentam que grupos sociais distintos têm responsabilidades diferenciadas sobre o consumo dos recursos naturais, e que a desigualdade social determina o grau de exposição dos grupos sociais aos riscos ambientais (ACSELRAD, 2004; ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009).

O termo “justiça ambiental” surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, em resposta aos movimentos de resistência liderados por comunidades negras e latinas contra a instalação de lixões e indústrias poluentes em seus bairros. Esses movimentos destacaram que as populações marginalizadas eram as mais afetadas pelos impactos ambientais, o que levou à formulação do conceito de justiça ambiental como uma forma de lutar contra a discriminação ambiental (MILANEZ e FONSECA, 2010). O conceito, portanto, já nasce com um forte

marcador racial. Já a noção de “justiça climática” é mais recente e está relacionada às alterações climáticas. Essa começou a ser usada em meados da década de 1990 por organizações não governamentais e movimentos sociais que buscavam destacar a necessidade de enfrentar a emergência climática de maneira justa e equitativa, levando em conta as desigualdades sociais e econômicas.

Diversos estudiosos pelo mundo têm se dedicado a entender as implicações de tal emergência na vida cotidiana de variados grupos sociais. Estes pesquisadores, bem como movimentos sociais e organizações internacionais que lidam com questões ambientais e climáticas, destacam a importância de abordar os impactos ambientais e climáticos de maneira justa e equitativa, levando em conta as desigualdades sociais e econômicas que afetam diferentes grupos e regiões.

As mudanças no clima causadas pela ação humana na natureza incidem em toda a humanidade, porém os efeitos mais drásticos recaem sobre as populações em situação de vulnerabilidade, quais sejam: mulheres, negros, indígenas, migrantes, favelados, pantaneiros, ribeirinhos e quilombolas, entre outros grupos economicamente desfavorecidos (LUIZ e SATO, 2022, p. 427).

De acordo com o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), publicado em 2021, as mudanças climáticas já estão ocorrendo em todo o mundo, com a temperatura global média já tendo aumentado 1,1°C em comparação com os níveis pré-industriais. O relatório também alerta que o aquecimento global está levando a eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos, como ondas de calor, secas, inundações e furacões. Além disso, o relatório prevê que as temperaturas continuarão a subir mesmo se as emissões de gases de efeito estufa forem reduzidas imediatamente. O IPCC enfatiza que as mudanças climáticas são causadas pela atividade humana e que reduzir as emissões de gases de efeito estufa é crucial para evitar os piores impactos do aquecimento global. O relatório faz um forte apelo para que os líderes mundiais tomem medidas urgentes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

O interesse crescente de mais pesquisadores sobre o tema deve-se, entre outros fatores, à busca por entender o impacto da ação humana sobre as mudanças climáticas, como estas afetam as pessoas e como soluções justas e eficazes podem ser alcançadas. A exemplo, em “Tudo pode mudar. Capitalismo vs. clima”, Naomi Klein (2016), aponta que as mudanças climáticas constituem um desafio existencial, econômico e político sem precedentes. Assim como Schnaiberg (1980), a jornalista e pesquisadora argumenta que o capitalismo, com sua lógica de crescimento infinito e exploração desenfreada dos recursos naturais, é a principal causa da crise climática.

Para a autora, a solução para essa crise só será possível com a superação do atual sistema econômico e a construção de uma sociedade baseada em valores de justiça social, sustentabilidade e democracia participativa. Klein enfatiza que a luta por justiça climática não pode ser dissociada das lutas por justiça social, racial e de gênero. Para a autora, a crise climática oferece uma oportunidade para repensar e transformar fundamentalmente as estruturas sociais e econômicas existentes. Ela defende a criação de novas formas de governança baseadas na participação popular e na colaboração entre diferentes setores da sociedade.

O Brasil também tem desenvolvido pesquisas de relevância sobre mudanças climáticas e seus impactos sobre variados grupos sociais. É possível destacar os estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), fundado pela professora Michèle Sato, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O grupo desenvolve estudos relacionados à educação ambiental, conflitos socioambientais, políticas públicas e participação social (LUIZ e SATO, 2022; NORA e SATO, 2015; NORA, MANFRINATE e SATO, 2018; BELÉM e SATO, 2021). De acordo com Sato (2023), a justiça ambiental pode ser definida como a busca por um ambiente saudável e equilibrado para todas as pessoas, independentemente de raça, etnia, gênero, classe social ou localização geográfica.

Em Sato et. al (2020), os autores destacam que as desigualdades socioambientais estão diretamente ligadas à distribuição desigual dos benefícios e dos impactos ambientais na sociedade, bem como à falta de participação e poder de decisão por parte de grupos marginalizados. A partir dessa perspectiva, Sato defende a necessidade de políticas públicas que promovam a justiça ambiental, como a participação da sociedade civil na tomada de decisões (GOMES, MARCHEZINI e SATO, 2022), a regulação e fiscalização das atividades econômicas que impactam o meio ambiente e a garantia de acesso aos recursos naturais para as populações tradicionais e vulneráveis. Em seus estudos, a pesquisadora enfatiza ainda a importância de abordagens interdisciplinares e participativas para enfrentar os desafios ambientais e promover a justiça social e ambiental.

Neste capítulo, exploramos a relação entre poder e meio ambiente, destacando a importância dos estudos da Sociologia Ambiental para compreender como fatores sociais, políticos e econômicos influenciam as questões ambientais e as políticas relacionadas. Discutimos a dimensão fundamental do poder nessas questões, especialmente quando se trata da distribuição e controle dos recursos naturais. Além disso, abordamos a emergência e a justiça ambiental, ressaltando a relevância do conceito de "justiça climática" diante dos impactos das mudanças climáticas nas pessoas e da necessidade de soluções efetivas e equitativas. No próximo capítulo, concentramo-nos no contexto do populismo e na sua relação com a agenda

ambiental. Discutiremos como líderes populistas, como Jair Bolsonaro, têm silenciado deliberadamente as questões ambientais e as perspectivas de justiça climática, analisando as consequências dessa abordagem e as suas implicações para a sociedade e o meio ambiente.

3. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE POPULISMO E MEIO AMBIENTE

Este capítulo é dedicado à discussão sobre a diversidade de compreensões acerca do conceito de populismo nos estudos das Ciências Políticas e da Comunicação. Partimos de uma revisão da literatura, com ênfase na abordagem de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), para refletir em que medida as compreensões, apresentando perspectivas específicas, podem complementar-se em diversos aspectos. Em seguida, apresentamos a perspectiva à qual esta dissertação se atém mais diretamente, para interpretar a figura de Jair Bolsonaro, qual seja, o conceito de populismo autoritário, conforme propõem Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019), articulado com a própria noção ideal de Mudde e Kaltwasser (2017), que entendem o populismo como ideologia de baixa densidade.

No tópico seguinte, tratamos da figura do presidente Jair Messias Bolsonaro, apresentando a trajetória do político, desde a sua primeira eleição como vereador da cidade Rio de Janeiro até a chegada ao Palácio do Planalto. Deste modo, abordamos seu desempenho como parlamentar do “baixo clero”, tendo, ao longo de seus quase 30 anos como deputado federal, aprovado apenas dois Projetos de Lei (PL) e uma emenda à Constituição de sua autoria. Como elementos de contexto, recuperamos, ainda, episódios e aspectos de seu discurso, nos quais se sobressaem o viés populista e autoritário, com ênfase no ataque a negros, mulheres, comunidade LGBTQIA+, além de rivais políticos, quase sempre tratados como inimigos.

No terceiro tópico, fazemos um esforço reflexivo para articular a expressão do populismo autoritário no contexto da pauta ambiental, em especial no que respeita à experiência brasileira. Discutimos, particularmente, como as visões sobre a natureza se tornaram ainda mais carregadas, politicamente, no Brasil, após a ascensão de Bolsonaro ao poder.

3.1. POPULISMO: UM CONCEITO CONTROVERTIDO

O populismo não é um tema propriamente novo. Objeto de estudo das Ciências Sociais de bastante tempo, o conceito suscita, há décadas, uma multiplicidade de compreensões. Encarado, em larga medida, como essencialmente pejorativo, o fenômeno tem entendimentos multifacetados, comportando até perspectivas que o observam sem o tom deletério que a maior parte das abordagens contempla. Basta considerarmos a perspectiva de Laclau (2013) e Mouffe (2020), que analisam o populismo como uma forma de construção da política, sem necessariamente representar uma ameaça à democracia. Já outras perspectivas observam o

populismo como uma ameaça real às democracias liberais (ROSANVALLON, 2021; CANOVAN, 1999). E é com essas abordagens que este trabalho dialoga mais diretamente.

Conforme Mudde e Kaltwasser (2017), duas referências do estudo do populismo contemporâneo, o pouco consenso em torno das abordagens sobre o populismo acontece em razão de vários fatores, entre os quais a própria experiência populista, que varia de um contexto geográfico e político para outro. Na Europa, a expressão populista está bastante associada à xenofobia e a ações anti-imigração, ao passo que, na América Latina, a experiência histórica é mais constantemente associada a aspectos da gestão econômica e relações de clientelismo estabelecidas entre políticos e eleitores. Francisco Weffort (1965), em obra clássica da literatura brasileira sobre o tema, observa o fenômeno como resultado de um momento de crise das modalidades “tradicionais” de atuação das elites políticas e, por isso, de abertura para novas possibilidades de participação popular — perspectiva que se aproxima da leitura feita por Laclau, para quem o populismo pode resultar numa forma de emancipação democrática. Para o autor, em contextos de crise, a “impotência política dos grupos dominantes permite vislumbrar grandes transformações na estrutura de poder [...]” (p. 163). Apesar de reconhecermos a pertinência dessas perspectivas, a que adotamos neste trabalho está próxima dos trabalhos que analisarão os populismos do século XXI, enfatizando os desafios para a ordem democrática.

Mudde e Kaltwasser (2017) apontam que as dificuldades em torno da definição de um conceito definitivo para o populismo também acontecem em razão do rótulo de populista dificilmente ser reivindicado por alguém, sendo um tipo de pecha sempre atribuída ao outro, em tom pejorativo, como um ataque. Mesmo em exemplos bastante consensuais de populismo, como o de Juan Domingo Perón, pai do peronismo argentino, jamais houve uma autoidentificação por parte da figura política como um populista. Além disso, é importante destacar que acadêmicos e jornalistas utilizam o termo para designar fenômenos diversos, o que contribui para a falta de consenso. Há autores que apontam, inclusive, o uso de termos relacionados ao populismo como arma de luta política por parte da mídia (CAPELATO, 2013).

Como argumentamos antes, entretanto, neste trabalho, nosso objetivo é perspectivar o populismo como um fenômeno fortemente ameaçador às democracias liberais, com foco no populismo da extrema-direita, espectro político no qual situamos a figura de Jair Bolsonaro. De fato, o mundo tem visto, nos últimos anos, a ascensão de líderes populistas de caráter autoritário que se notabilizam pela adoção de discursos simplistas, de ataque permanente às instituições e a grupos socialmente vulneráveis, seja à esquerda ou à direita. Baseados em discursos de ódio e em teorias da conspiração, essas lideranças buscam fabricar inimigos imaginários e deslegitimar as elites, especialmente aquelas produtoras de conhecimento, como cientistas e

jornalistas. Contam, a seu favor, com um uso muito sofisticado das redes sociais na internet, como mostrou recentemente um relatório publicado pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Assinado por Chagas e Estafano (2022), o estudo, que mapeou, entre outubro de 2018 e março de 2022, políticos brasileiros com conta na rede social TikTok, mostra que parlamentares e governantes de direita fazem uso mais frequente de uma linguagem apolítica e repleta de referências ao universo do entretenimento e do humor, incluindo as próprias *trends*⁸ da plataforma. Na comparação com políticos de esquerda, os autores concluíram que o número de seguidores e o engajamento das postagens tende a ser muito maior nos perfis de políticos de direita, incluído o próprio Bolsonaro e seus apoiadores.

Apesar de evidentes ameaças à ordem democrática liberal, a conduta de políticos com características autoritárias tem, ao mesmo tempo, suscitado apoio de parte expressiva da população e gerado preocupação em países como Mongólia, Filipinas, Turquia, Índia, Polônia, Suíça, Estados Unidos e no Brasil – o que leva diversos autores a questionarem-se se a democracia, tal como a conhecemos, existirá dentro de algumas décadas (CUNHA, 2022). Em Portugal, Cunha, Martins e Cabrera (2022) analisaram como o político da direita radical André Ventura, líder do Partido Chega, candidato nas eleições presidenciais de 2021, fez uso de uma linguagem inapropriada, quase sempre acompanhada de tensão física e de uma agressividade emocional em suas ações de campanha. Ventura ganhou espaço da política portuguesa ao adotar uma postura antissistema, rejeitando as narrativas hegemônicas da sociedade, venham elas dos partidos “tradicionais”, da academia ou da mídia. Atualmente, depois daquelas eleições, nas quais saiu derrotado, Ventura conseguiu que seu partido se transformasse na terceira força política do Parlamento português, numa situação sem precedentes.

Nesse contexto, diversos estudiosos tentam entender as razões do fortalecimento e da eleição de figuras como André Ventura, Jair Bolsonaro e Donald Trump, em democracias como Portugal, Brasil e Estados Unidos. Para os professores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), o fato de não haver golpes militares como os ocorridos na América do Sul ao longo do século XX, impossibilita que a população perceba, rapidamente, as perdas de direitos, que, aos poucos, corrói a experiência democrática. Por outro lado, trata-se de uma corrosão democrática a partir

⁸ *Trends*, ou tendências, nas redes sociais referem-se a tópicos, hashtags, palavras-chave ou padrões de conteúdo populares que estão recebendo atenção significativa e engajamento por parte dos usuários. Essas tendências são geralmente impulsionadas por eventos atuais, discussões virais ou interesse coletivo em determinados assuntos. As redes sociais exibem essas tendências para que os usuários possam acompanhar os temas mais relevantes e participar das conversas em tempo real.

de dentro, com base em processos de deslegitimação das instituições e a partir do investimento em discursos de despolitização que levam a população a canalizar uma revolta coletiva contra signos básicos de convivência republicana. É o que Wood e Flinders (2014) definem como “política despolitizada”, aprofundada por aspectos como estagnação da participação política, o crescimento das agências delegadas e a prevalência do discurso racionalista-tecnocrático. Acrescente-se a isso a construção de perspectivas morais sobre fenômenos como a corrupção política, que, no Brasil especialmente, tem servido de arma retórica para a desestabilização de regimes e criado as condições para a emergência de políticos populistas, como Fernando Collor de Mello, em 1989 — o caçador de Marajás⁹ — e Jair Bolsonaro, em 2019. Tal como demonstram Guazina, Gagliardi e Araújo (2023), a discussão sobre a corrupção na mídia, ao longo de anos, apostou numa cobertura moralista e potencialmente deletéria para as instituições democráticas, que, ao lado de outros fatores, criaram as oportunidades políticas e discursivas para o surgimento do bolsonarismo.

Retomando o objetivo de apresentar uma perspectiva multifacetada do populismo, buscamos, a seguir, apresentar cinco elementos predominantes na literatura acerca do conceito, sistematizadas por Mudde e Kaltwasser (2017). São elas: a perspectiva da agência popular, a laclauiana, a socioeconômica, a mais recente, e a perspectiva final. Cada uma dessas abordagens possui limitações e especificidades, mas todas contribuem de forma importante para uma compreensão mais ampla do assunto.

A primeira abordagem é a da “agência popular”, que considera o populismo como uma força positiva de mobilização popular dos comuns, que contribui para a construção de um modelo comunitário de democracia. O populismo, aqui, está bastante associado a movimentos progressistas de massa e a um trabalho cooperativo. Tal noção está bastante presente em estudos estadunidenses dos anos de 1950, elaborada por pesquisadores que utilizavam o conceito de populismo de forma restrita para analisar casos particulares (AMADEO e PAULA, 2021). Seu maior representante é Lawrence Goodwyn, autor de *Democratic Promise: The Populist Moment in America* (1976).

Mantendo uma certa conexão com a primeira, a segunda abordagem é a laclauiana, do teórico argentino Ernesto Laclau e que também tem como grande expoente a pesquisadora

⁹ A expressão “caçador de Marajás” foi utilizada para se referir a Fernando Collor de Mello durante sua campanha presidencial no Brasil em 1989. Essa expressão foi utilizada para destacar o discurso de Collor contra a corrupção e os “privilégios na administração pública”, prometendo “caçar” os chamados “Marajás”, que eram políticos e funcionários públicos corruptos ou que recebiam salários altos e benefícios indevidos.

Chantal Mouffe, companheira de estudos e esposa de Laclau, perspectiva a que já fizemos referência. Por ser argentino, Laclau dedicou boa parte de seus estudos à realidade latino-americana. Na obra *A razão populista*, o autor não associa o termo a aspectos negativos; para ele, o populismo pode representar uma força emancipatória. Assim, a política populista seria um mecanismo de integração das massas à vida política, de construção discursiva da política, com potencial de favorecer o desenvolvimento econômico e social. Inspirando-se numa perspectiva marxista, para Laclau, o populismo pode contribuir na mobilização de setores excluídos da sociedade, pela qual seria possível superar a democracia liberal, vista aqui como um problema, até o alcance da democracia radical, entendida como o projeto político popular a ser perseguido. Conforme Maeso (2021), para Laclau, o conceito de populismo não deve ser entendido somente como estratégia, estilo, ideologia, prática política ou discurso, ainda que tenha em si tais elementos. Ele tem embutida a possibilidade de transformação do mundo para a construção de uma democracia mais inclusiva, que supere o modelo político influenciado pelo neoliberalismo.

A terceira abordagem é a socioeconômica, que foi muito dominante em estudos de Economia na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990, tendo perdido força nos últimos anos em outras ciências. Nessa abordagem, o populismo é um tipo de política econômica irresponsável, que aumenta os gastos do Estado e exagera na distribuição de riqueza. Embora a abordagem tenha perdido força dentro da academia, ela ainda é bastante empregada na mídia, sobretudo na mídia brasileira, onde o termo “populista” é, recorrentemente, empregado em análises que apontam “gastos irresponsáveis” dos governos, sobretudo os de esquerda, numa identificação bastante comum de investimentos sociais como gastos populistas.

A quarta abordagem é a “mais recente”, assim denominada por Mudde e Kaltwasser (2017), para se referir ao entendimento do populismo como uma estratégia política, que depende da figura central de um líder carismático, que concentra poder e mantém conexão direta com as massas. Por último, destacamos a abordagem “final”, na qual o populismo alude a um comportamento político amador, que busca a todo momento o apoio popular e a atenção da mídia. Neste sentido, há também a necessidade de um líder corajoso, que se coloca contra a elite e a favor do povo.

Apresentadas as cinco perspectivas predominantes, os autores dedicam-se a explicar a maneira como ambos enxergam o populismo, destacando que, em todas elas, de forma mais ou menos direta, existem elementos comuns: a noção de povo, como entidade espoliada por elites autointeressadas, que atuam politicamente para manter privilégios à revelia dos interesses dos cidadãos comuns. Para Mudde e Kaltwasser, na obra *Populism: A very short introduction*, o

populismo deve ser entendido numa perspectiva ideacional, com a qual dialogamos mais diretamente, por possuir diversos pontos de contato com o conceito de populismo autoritário, sobre o qual trataremos adiante. Na abordagem ideacional, o populismo é encarado como uma ideologia tênue, de baixa densidade, que separa a sociedade em grupos homogêneos e antagônicos: um seria o “povo puro”; o outro, a “elite corrupta”. A caracterização do populismo como uma ideologia tênue se contrapõe a ideologias densas, como o comunismo, o fascismo ou o nazismo, embora com elas possa estabelecer relações. Assim, para os autores, o populismo aborda apenas um conjunto limitado de questões, devido sua baixa densidade. Por essa razão, quase todos os atores populistas combinam o populismo com uma ou mais ideologias, que são chamadas pelos autores de “ideologias de acolhimento”. Em termos gerais, a maioria dos populistas de esquerda combina populismo com alguma forma de socialismo, enquanto os populistas de direita tendem a combiná-lo com algum tipo de nacionalismo.

Como se verifica na definição, Mudde e Kaltwasser (2017) apresentam os seguintes elementos centrais constitutivos do populismo na perspectiva ideacional: o povo, a elite e a vontade geral. O povo é tido como um significante vazio, assim como na abordagem laclauiana. Isso porque as figuras populistas enquadram o termo conforme suas demandas, de forma que buscam gerar uma identidade única entre grupos diferentes para facilitar seu apoio a uma causa comum. Nesse entendimento, o conceito de “povo” pode ter compreendido em três sentidos: o povo como *nação*, o povo como *soberano*, o povo como *pessoas comuns*, mantendo, cada um dos sentidos, a ideia de povo como entidade uma e homogênea. A perspectiva de povo como nação possui relação com a ideia de uma comunidade nacional, nativa ou nascida em uma determinada região. Aqui, o populista estabelece uma linha divisória entre quem pertence à nação e aqueles que não pertencem a ela. A noção de povo como soberano está bastante ligada ao sentido de governo do povo, pelo povo e para o povo, em uma alusão ao famoso discurso de Gettysburg¹⁰, proferido pelo presidente estadunidense Abraham Lincoln. Muito recorrente em diferentes tradições populistas, a ideia possui uma perspectiva antiliberal, porque tende a colocar toda a tônica na fonte originária de poder, que é o povo, desconsiderando os elementos e instituições de mediação próprias de uma democracia, como parlamentos, instituições do poder judiciário, imprensa e outros (MOUNK, 2014). Tem, ainda, o condão de incitar uma revolta contra as elites pela retomada do governo pelo povo.

¹⁰ O Discurso de Gettysburg é o mais famoso discurso do presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln. Lincoln invocou os princípios da igualdade da Declaração de Independência e definiu o final da Guerra Civil.

Já o conceito de povo como pessoas comuns, busca combinar *status* econômico, tradições culturais e valores populares. Nesta noção, é reivindicada a dignidade ao povo como um contraponto à visão elitista que estabelece o povo como ignorante, desonesto, perigoso e incapaz de lidar com questões relacionadas à política. Líderes populistas frequentemente adotam elementos culturais que são considerados marcadores de “inferioridade” para serem tidos semelhantes ao povo. Em um esforço de contextualização com a atualidade, é possível perceber a adoção de vestuário mais simples e linguagem informal e chula na retórica do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro como forma de estabelecer essa conexão. Ao longo de seu mandato, diversos episódios marcaram a tentativa de Bolsonaro de aproximar sua imagem à de pessoa simples. Trata-se de uma busca de construção da autenticidade do líder. É o que podemos observar em imagens que foram amplamente compartilhadas por apoiadores bolsonaristas, incluindo membros do governo, no início de 2022. Como mostra a Figura 1, retirada de um vídeo postado nas redes de Bolsonaro, ele aparece numa barraca, em Brasília, com a comida espalhada pelas calças e pelo chão, enquanto se alimentava com as mãos. A ideia é estabelecer uma conexão direta e performática com as pessoas mais simples, que o populista induz comportarem-se de forma semelhante.

Figura 1 – Jair Bolsonaro aparece se alimentando com as mãos em uma barraca de comida de rua em Brasília.



Fonte: Reprodução / Twitter (2022)

Na abordagem ideativa, outro conceito bastante caro é o da *elite*, apesar de ser, em comparação a “povo”, pouco teorizado por Mudde e Kaltwasser. Apesar de os autores não o discutirem aprofundadamente, existe uma longa tradição de pesquisa acerca de uma Teoria das Elites na sociologia política, na qual se destaca a contribuição de Vilfredo Pareto (1902), para o qual as sociedades são profundamente estratificadas, e uma pequena parcela da população, conhecida como elite, detém a maior parte do poder e dos recursos. O autor apontou que essa distribuição desigual do poder é uma característica constante e inerente às sociedades humanas. Dessa maneira, como esclarecem Matteucci, Gianfranco e Bobbio (1993), a Teoria das Elites é uma abordagem sociológica que sustenta que o poder político e social está concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população que possui recursos, influência e acesso privilegiado aos meios de tomada de decisão. Essa elite é vista como dominante e exerce controle sobre os processos políticos e econômicos da sociedade e é exatamente contra ela que lideranças populistas tendem a canalizar a sua indignação pública, valendo-se de situações de crise e, no caso da extrema-direita, mobilizando até mesmo ressentimentos, preconceitos e medos profundos entranhados no tecido social.

A centralidade do conceito de elite tem, assim, relação com o modo de articulação do discurso populista, no qual a liderança estabelece um binarismo exacerbado entre o nós — o povo — e o eles — as elites ou os outros —, promovendo um antagonismo irreconciliável com esses grupos, caracterizados como corruptos e autointeressados, que atuam em detrimento ou como ameaças aos interesses do povo. As elites, no discurso populista, podem ser de natureza econômica, cultural ou midiática, incluindo-se, também, no caso da extrema-direita, grupos socialmente vulneráveis, identificados como “os outros”. Com efeito, Mudde e Kaltwasser explicam que a distinção entre povo e elite pode acontecer com base em preceitos morais e étnicos e que isso acontece principalmente quando o populismo incorpora ideias do nacionalismo. Os autores enfatizam que as elites econômicas são bastante invocadas pelos populismos de esquerda, enquanto nos populismos de direita, existe a tentativa de associar a elite política à econômica. Nos populismos de extrema-direita, particularmente, há uma rivalidade também comum contra as elites do conhecimento, nas quais se incluem cientistas, artistas e a própria mídia.

O terceiro e último conceito central do populismo é a *vontade geral*. Atores populistas aludem a uma concepção particular do ser político, que está intimamente ligada à obra de Rousseau. Assim, a vontade geral seria a capacidade das pessoas de se unirem em uma comunidade em nome de um interesse comum. A vontade de todos, em contrapartida, seria a soma simples de interesses particulares e pontuais das pessoas, tendo o populista como o

principal e único representante legítimo dessa vontade. Nesse sentido, o populismo se apropria da dualidade entre povo e elite, para reforçar a ideia de que exista uma vontade geral do povo e que ela deve ser sumariamente respeitada por ser soberana, cabendo-lhe fazer essa representação do verdadeiro povo que o elegeu. Assim, no conceito de Mudde e Kaltwasser, a política, para o agente populista, deveria ser sempre a expressão da vontade majoritária do povo, independentemente das mediações institucionais da democracia, cabendo à liderança populista a interpretação dessa vontade suprema do povo.

Como já referimos, nesta dissertação, a perspectiva adotada para interpretar a figura política de Jair Bolsonaro é a do populismo-autoritário, conceituada pelos politólogos Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019), a qual, em nosso modo de ver, não se contrapõe à visão de Mudde e Kaltwasser, apresentando, ao contrário, diferentes elementos de conexão. Assim como na perspectiva ideativa, no populismo-autoritário, a ideia de “voz do povo” é central para a compreensão do conceito, uma vez que populistas sempre apontam as elites contra as quais se voltam. Também aqui as elites são apresentadas como grupos que trabalham contra o povo.

A autoridade da voz do povo é valorizada mesmo quando em conflito com especialistas profissionais ('A Grã-Bretanha está farta de especialistas'), autoridades legais ('os chamados juízes'), comentaristas da mídia convencional ('notícias falsas'), **cientistas ('a mudança climática é uma farsa')** e políticos eleitos ('apenas por conta própria'). (NORRIS E INGLEHART, 2019, p. 66, grifo nosso).

Na perspectiva dos autores, a fachada “populista”, especialmente na defesa da “voz do povo”, camufla as práticas autoritárias, havendo fortes ameaças à democracia, ao mesmo tempo em que se consegue suscitar apoio popular. Desse modo, é muito próprio do discurso populista-autoritário o culto ao medo, por meio da fabricação de inimigos que precisam ser combatidos em nome da proteção da sociedade — em particular dos “cidadãos bem-intencionados”. É, portanto, necessário fortalecer políticas públicas que protejam o “nós” do “eles”. Tal proteção tende a surgir da rejeição da legitimidade de autoridades derivadas de evidências científicas, deliberações fundamentadas e fatos. “Em vez disso, o discurso celebra a autenticidade da experiência direta ('Acredite em mim'), opiniões de massa ('Muitas pessoas dizem ...')” (p. 67). Os autores também destacam que o discurso populista fragiliza as instituições liberais por questionar a legitimidade dos líderes eleitos. Desse modo, os líderes populistas autoritários, como Jair Bolsonaro, frequentemente minam as instituições tradicionais da democracia, como a imprensa livre, a independência do judiciário e os mecanismos de controle e equilíbrio do poder.

Primeiro, o populismo desafia a autoridade legítima do ‘establishment’. Questiona crenças pluralistas sobre a localização correta do poder e da autoridade em qualquer estado, incluindo o papel dos representantes eleitos

nos regimes democráticos. Em segundo lugar, os líderes populistas afirmam que a única fonte legítima de autoridade política e moral em uma democracia repousa no ‘povo’. A vontade coletiva do ‘povo’ (‘A maioria das pessoas diz ...’) é considerada unificada, autêntica, e inquestionavelmente moralmente certo. Portanto, a retórica populista procura corroer a fé na autoridade legítima dos representantes eleitos nas democracias liberais. Mas a revolução acha mais fácil destruir o antigo do que reconstruir o novo. O perigo é que isso deixa a porta entreaberta para autoritários brandos que atacam normas e práticas democráticas (NORRIS, INGLEHART, 2019: 4-6).

Os autores argumentam que o populismo autoritário surge como uma resposta a mudanças sociais e culturais profundas, como a globalização, a diversidade cultural e o declínio das hierarquias tradicionais. Esse tipo de populismo explora os medos e as ansiedades da população, muitas vezes se apoiando em sentimentos de nacionalismo, protecionismo e identidade cultural. Norris e Inglehart (2019) destacam que o populismo autoritário não é exclusivo de uma única região ou país, mas pode ser observado em diferentes contextos ao redor do mundo. Eles argumentam que o surgimento do populismo autoritário está relacionado a um "contragolpe cultural", no qual grupos que se sentem ameaçados pelas mudanças sociais buscam recuperar um suposto passado mais seguro e homogêneo.

Com efeito, o populismo autoritário se notabiliza pelo investimento numa retórica de viés antielitista, com rejeição especial a intelectuais e especialistas, apresentação de soluções simples para problemas complexos e identificação de inimigos internos (quase sempre minorias étnicas ou religiosas, imigrantes, refugiados, ou, no caso brasileiro, as esquerdas e os comunistas), que sirvam como bodes expiatórios para a canalização de uma difusa cólera pública. Tudo isso é feito em articulação com ataques diretos e indiretos às normas legais e institucionais, que quase sempre buscam a centralização do poder no Executivo. Neste sentido, diversos estudos têm associado a figura de Jair Bolsonaro ao populismo autoritário, tal como fazemos neste trabalho.

3.2. O POPULISMO DE JAIR BOLSONARO

Parlamentar de carreira, eleito pela primeira vez em 1991 como deputado federal, Jair Messias Bolsonaro chegou à presidência da República do Brasil em 2019, na esteira de uma campanha pautada na desinformação, no discurso de ódio, em promessas de combate à violência nas ruas, no combate ao que chamou de “doutrinação ideológica”, apregoando o fim da corrupção, e, a despeito de seus trinta anos de vida política, com um discurso antipolítica. Desacreditado e tratado com ironia e desprezo pela grande imprensa (MENDES; SILVA, 2022), o militar de extrema-direita viu sua popularidade crescer, principalmente a partir de 2016, após

o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), no primeiro auge do antipetismo, força paulatinamente construída, inclusive pela grande mídia, e que explica, em boa medida, a ascensão bolsonarista.

Durante seus sete mandatos subsequentes, Bolsonaro passou por oito partidos políticos. Durante todo esse tempo, pertenceu ao que se convencionou chamar, no Brasil, de “baixo clero” do parlamento, expressão utilizada para identificar parlamentares com pouca capacidade de influenciar o jogo político. Neste círculo estão aqueles parlamentares, que, segundo os próprios deputados, não possuem papel relevante na estrutura organizacional da Câmara, nem se destacam durante os trabalhos legislativos. “São aqueles que, inclusive, em virtude de sua inexperiência e inexpressiva atuação parlamentar, em termos de visibilidade de ação e posicionamentos, ocupam costumeiramente as últimas fileiras de cadeiras no plenário da Câmara” (MESSENERG, 2010, p.79).

Os anos como deputado federal foram marcados por polêmicas que envolveram episódios de misoginia, racismo e defesa das práticas de tortura e assassinatos cometidos pela ditadura militar brasileira. Mas, também, foram marcados por sua inexpressividade. De 1991 a 2018, Bolsonaro conseguiu aprovar apenas dois Projetos de Lei (PL) e uma emenda à Constituição: uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê emissão de recibos junto ao voto nas urnas eletrônicas; uma proposta que estende o benefício de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e outra que autoriza o uso da fosfoetanolamina, substância que ficou conhecida no Brasil como “pílula do câncer” cujos testes demonstraram não ter qualquer efeito contra a doença. As medidas defendidas pelo deputado Bolsonaro são representativas do que seriam as atitudes do seu governo, com frequentes ataques à confiabilidade das urnas eletrônicas no país e a aposta em um discurso negacionista durante a pandemia da Covid-19.

Em 2018, Bolsonaro foi lançado candidato à presidência por uma sigla sem expressão, o Partido Social Liberal (PSL), tendo como vice o general da reserva Hamilton Mourão (PRTB), pela coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Chegou ao segundo turno enfrentando o professor petista Fernando Haddad, de quem ganhou a disputa com 55% dos votos contra 44% do opositor, tornando-se o 38º presidente do Brasil. O resultado pôs fim a um ciclo de vitórias do PT, que vinha desde 2002, e deu início a um mandato notabilizado por políticas antiambientais, anti-indigenistas, armamentista e militarizado e com forte apelo religioso, especialmente aos valores das matrizes evangélicas neopentecostais, com as quais Bolsonaro manteve relação direta, garantindo apoio decisivo de lideranças do segmento.

O neopentecostalismo é um movimento religioso que surgiu a partir do pentecostalismo clássico, mas com características distintas (MARIZ, 1995). Ele se destaca por suas práticas litúrgicas expressivas, ênfase na experiência pessoal com Deus, forte crença na intervenção divina nos assuntos terrenos e na busca por milagres e prosperidade material. No Brasil, algumas igrejas neopentecostais ganharam grande influência e alcance, como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus, que seguem a lógica da Teologia da Prosperidade (GALLO e LANZA, 2011), corrente teológica que enfatiza a ideia de que a fé em Deus pode levar à prosperidade material. Através de ensinamentos como a semeadura de dinheiro em forma de dízimos e ofertas, os fiéis são incentivados a buscar a prosperidade material como uma expressão de sua fé. Essa teologia, que em diversos aspectos se opõe à Teologia da Libertação¹¹, promove a ideia de que a riqueza e o sucesso financeiro são sinais de bênçãos divinas, enquanto a pobreza e a falta de sucesso são vistas como falta de fé ou pecado.

Mesmo católico, Jair Bolsonaro manteve, ao longo de seu mandato, uma relação próxima com o neopentecostalismo. Apresentando-se como defensor dos valores conservadores, Bolsonaro estabeleceu fortes laços com líderes evangélicos, buscando apoio eleitoral e fortalecendo sua base de apoio. O apelo religioso é evidente em seu discurso, quando faz referências a Deus, à Bíblia e à família tradicional, o que atraiu eleitores religiosos e reforçou sua imagem de político alinhado aos princípios cristãos. A associação entre o neopentecostalismo, o apelo religioso do governo de Bolsonaro e a teologia da prosperidade resultou, ao longo dos últimos quatro anos, em um discurso político que promoveu a ideia de que a fé e a religião poderiam trazer benefícios materiais e que o governo teria um papel nessa busca por prosperidade. Além disso, a ligação às igrejas evangélicas lhe garantiu o apoio, ao longo de seu mandato, de uma importante rede de televisão brasileira, a TV Record, propriedade do bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo.

3.2.1. Intepretações de Bolsonaro pela mídia e pela Academia

Desde o início da campanha, Bolsonaro foi amplamente descrito como um político populista, especialmente pela imprensa internacional (ARAÚJO e PRIOR, 2020). Em

¹¹ A Teologia da Libertação enxerga a pobreza como uma injustiça social causada por estruturas econômicas e políticas desiguais. Ela defende a transformação dessas estruturas para promover a justiça e a igualdade. A Teologia da Libertação considera que a religião deve estar comprometida com a transformação social e com a luta contra as injustiças. Ela enfatiza a ação política e o engajamento social como parte integral da fé cristã (GUTIÉRREZ, 2000).

dezembro de 2017¹², a britânica *Prospect Magazine*, focada em política e economia, elencou os riscos da eleição de Bolsonaro, a quem descreveu como um “Trump tropical”: “Jair Bolsonaro, um controverso populista de extrema-direita que é uma espécie de mistura entre Donald Trump e o filipino Rodrigo Duterte, agora está com 13% a 17% nas pesquisas – perdendo apenas para Lula – após uma série de intervenções políticas controversas”. Na reportagem, a jornalista Lucinda Elliot ainda descreve um diálogo acontecido entre ela e Eduardo Bolsonaro, em que o filho do presidente sugere que a democracia tem sido pior para o Brasil que a ditadura.

Já a revista estadunidense voltada a análises de relações internacionais e política externa, *Foreign Affairs*, classificava Bolsonaro, em julho de 2018, como um nacionalista de extrema-direita. Destaca ainda o crescimento vertiginoso do político nas pesquisas de intenção de voto o classifica como “um forasteiro populista com retórica *antistabishment*”¹³. A revista, publicada pelo Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos, descreve como a partir dos primeiros anos do novo milênio, especialistas de todo o mundo acreditavam que o Brasil estava no caminho de se tornar uma sociedade mais inclusiva e orientada para o crescimento, mas escândalos de corrupção e o *impeachment* de Dilma Rousseff mudaram os rumos do país. “Apenas alguns anos atrás, a ascensão de um candidato presidencial como Bolsonaro seria impensável”, destaca a reportagem.

A revista inglesa *Times*, por sua vez, é categórica ao apontar Bolsonaro como um populista perigoso, chamando-o de “Trump dos Trópicos”, em julho de 2018¹⁴. “Seja denunciando notícias falsas ou defendendo armas, Bolsonaro regularmente parece pegar emprestado a cartilha do presidente americano Donald Trump”. A reportagem rememora a trajetória do então candidato à presidência, dando ênfase à sua formação militar, além dos episódios em que, ainda como deputado federal, fez críticas a negros e imigrantes, recomendou espancar crianças por serem gays e disse à deputada federal petista, Maria do Rosário, que ela era “feia demais para ser estuprada”.

¹²The Tropical Trump: what the rise of Jair Bolsonaro means for Brazil. Disponível em <<https://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/the-tropical-trump-what-the-rise-of-jair-bolsonaro-means-for-brazil>>. Acesso em 20 ago. 2022.

¹³Will Brazil's Next President Be a Far-Right Nationalist?. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2018-07-12/will-brazils-next-president-be-far-right-nationalist>>. Acesso em 20 ago. 2022.

¹⁴‘Dangerous’ populist Jair Bolsonaro vows to make Brazil safe. Disponível em <<https://www.thetimes.co.uk/article/dangerous-populist-vows-to-make-brazil-safe-again-sgmmmp6spg>>. Acesso em 20 ago. 2022.

O jornal estadunidense *Washington Post*, em fevereiro de 2018¹⁵, publicou um artigo que elenca as principais figuras da nova onda de populismo vivida por diversas democracias liberais pelo mundo. Entre a lista que contava com Estados Unidos, Filipinas, México, Itália e Indonésia, aparece o Brasil de Bolsonaro. O texto lembra os endossos de Bolsonaro às torturas promovidas pela ditadura militar e suas falas impetuosas sobre os mais variados temas. “Bolsonaro se apresenta como um populista *outsider* que chocaria o sistema político brasileiro e potencialmente assumiria o papel de um capitão. Mesmo que Bolsonaro não ganhe, seu sucesso demonstraria que há um mercado crescente para o populismo de forasteiros”, traz um trecho.

Apesar de um considerável consenso formado na imprensa internacional quanto ao caráter populista de Jair Bolsonaro e de seu discurso desde a campanha eleitoral, pesquisas demonstram que tal percepção não foi amplamente formada na imprensa nacional. A exemplo, Araújo e Campos (2022), ao compararem a cobertura editorial em jornais brasileiros e estrangeiros sobre a conduta de Bolsonaro na pauta ambiental, perceberam que foi mais recorrente a utilização de termos relacionados à chave populismo/meio ambiente em publicações internacionais em comparação com o que se observou em textos nacionais. Ao analisarem um corpus composto por 50 editoriais, os autores concluíram que o tom dos editoriais brasileiros foi se tornando mais crítico ao longo do governo, ao passo que os estrangeiros se mostraram céticos desde o primeiro momento, interpretando Bolsonaro como uma ameaça global.

Dois jornais de referência, também estudados nesta pesquisa, Folha de S. Paulo e o Estadão, são objeto de estudo de Rebouças et al. (2022) em um artigo que busca entender a visão de populismo dos dois veículos em alusão a Bolsonaro e ao ex-presidente Lula. Por meio de uma análise de conteúdo, o estudo é composto por 41 editoriais que utilizam a noção de populismo em referência aos dois políticos. Entre os achados da pesquisa está o fato de o Estadão apropriar-se mais vezes do conceito de populismo, frequentemente de forma equivocada, referindo-se sobretudo a um estilo pessoal/político, além de evocar bem mais a figura de Lula como populista.

Assim, a imprensa se apropria de um conceito que tem ampla discussão acadêmica e certa diversidade de aplicação e o utiliza de maneira errática e instrumentalizada para fazer uma falsa equivalência entre dois presidentes

¹⁵So you thought the global populist wave was ebbing? Think again. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2018/02/16/so-you-thought-the-global-populist-wave-was-ebbing-think-again/?noredirect=on>>. Acesso em 20 ago. 2022.

brasileiros. A única convergência entre os campos científico e jornalístico parece ser na atribuição da polarização “nós versus eles” ao discurso populista. (REBOUÇAS et al., 2022, p. 138).

No campo acadêmico, mesmo diante da diversidade de entendimentos acerca do conceito, estudiosos de várias áreas têm associado Bolsonaro e sua agenda ao populismo. É o caso de Maitino (2020), que identifica na figura do “cidadão de bem”, a chave de articulação do populismo bolsonarista. “Ao propor uma luta dos cidadãos de bem contra “tudo isso que está aí”, Bolsonaro mobiliza símbolos populares contra o Estado ao mesmo tempo que oculta o aspecto regressivo de suas políticas de distribuição e reconhecimento” (p. 01). Partindo da ótica laclauiana de populismo, o autor busca entender como o político, partindo de um nicho de extrema-direita, articulou um apoio massivo e diversificado, capaz de levá-lo à presidência do Brasil, além de ter feito um partido nanico (PSL)¹⁶ chegar à segunda maior bancada da Câmara dos Deputados.

Em um percurso parecido, Mendes e Silva (2022) também investigam as estratégias utilizadas por Bolsonaro para chegar ao poder. A análise utiliza a noção de política de Laclau e Mouffe, bem como os conceitos de imagem pública desenvolvido por Wilson Gomes, e enquadramento, baseada na abordagem de Erving Goffman. A pesquisa busca ainda entender como o contexto de ascensão do populismo no mundo e a Operação Lava Jato, realizada no Brasil a partir de 2014, contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Os autores são categóricos ao afirmar que Bolsonaro sempre fez uso de um discurso populista agressivo, reunindo determinados aspectos da lógica das mídias, como o emocionalismo como forma de ampliar o alcance de suas declarações (p.86).

Em um estudo empírico, Penteadó et al. (2022) também investigam o tipo de comunicação adotado por Bolsonaro nas redes sociais. Os pesquisadores analisam em que medida elementos da comunicação populista (expressão de um ‘nós’, ‘eles’ e ‘outros’) e conteúdos de desinformação estão presentes em mensagens compartilhadas na conta oficial do presidente no Twitter, no que diz respeito à pandemia de Covid-19. “Por meio da análise em dois níveis, foi possível confirmar empiricamente que Bolsonaro se enquadra como um político que utiliza seu perfil no Twitter para difundir sua comunicação populista” (p. 255). Um dos achados da pesquisa aponta que os retuítes são, de maneira geral, populistas, que se mobilizam

¹⁶ Jair Bolsonaro anunciou em novembro de 2019, nas redes sociais, que havia decidido deixar o PSL e criar um novo partido, chamado Aliança pelo Brasil. A saída ocorreu após uma série de desentendimentos entre ele e o presidente do PSL, Luciano Bivar. A criação do novo partido não foi concretizada, em razão do baixo número de assinaturas recolhidas para a continuidade do trâmite. Até abril de 2022 foi arrecadado apenas 1/3 no número necessário.

por meio de ataques aos “outros” e as elites, utilizando elementos que despertam emoções relacionadas à raiva e que, em uma proporção relevante, apresentam desinformação.

A comunicação populista de Bolsonaro também é objeto de estudo de Guazina (2021). A autora destaca que a nova onda populista é caracterizada principalmente pela propagação de discursos políticos radicais de direita nas mídias sociais e no jornalismo político e que Bolsonaro faz parte deste fenômeno (p. 50). Como apontado pela autora, o militar tornou-se popular e bem-sucedido eleitoralmente “fazendo uso massivo da comunicação digital focada em discursos personalistas de cunho autoritário, *antistablishment* e anti-esquerda, e na polarização nós versus eles” (p.51), características marcantes da comunicação populista. Com efeito, a articulação populista de Bolsonaro, observada em seus discursos sobre o sistema eletrônico de votação, alvo de reiterados ataques, e a pandemia da Covid-19, que ele negou em diversos momentos, também está presente nos assuntos relativos ao meio ambiente.

3.3. POPULISMO AUTORITÁRIO E MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Conforme Gramsci (2007), a hegemonia sobre a sociedade não pode ser separada da hegemonia sobre a natureza: elas funcionam através das mesmas formações políticas. Assim, a ascensão autoritária vista nos últimos anos guarda profundas conexões com a política ambiental (MCCARTHY, 2019). As evidências estão em episódios conhecidos, como a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, notificada à Organização das Nações Unidas em 2019, após decisão de Donald Trump, e a intensificação da perseguição a ambientalistas em várias regiões da América Latina. Ou, ainda, na reivindicação de recursos naturais de terras indígenas, por pertencerem, na retórica bolsonarista, a toda a “nação”, com o objetivo de serem usados para fins de desenvolvimento econômico.

Como vimos neste capítulo, líderes populistas autoritários utilizam um estilo de comunicação de apelo ao emocional em nome da defesa do “povo” e, muitas vezes, do território, elegendo “inimigos” que precisam ser combatidos em nome de um bem maior, a nação, interpretada pelo próprio populista. Trata-se, portanto, de um apelo retórico que explora o medo, o preconceito e a raiva. Na pauta ambiental, uma revisão de literatura realizada por Osterhage, Wolford e Borrás (2022) sugere que governos populistas autoritários tentam controlar os recursos ambientais para garantir seu poder político e econômico enquanto controlam a população. “Isso resulta em formas de extração de recursos de cima para baixo,

enquadradas conforme necessário para defender a soberania local, regional ou nacional” (tradução nossa, p.1).

Desta forma, na agenda ambiental, populistas autoritários tendem a atacar dados ambientais oficiais, demonizar supostos inimigos como antipatriotas, estimular medos e realizar promessas de ações simples. Além disso, fazem uso da exploração de recursos naturais nacionais em nome da proteção e do fortalecimento da “nação”, geralmente com desprezo pelos direitos humanos e ambientais e pelas instituições democráticas. A exploração encontra justificativa em questões como criação de empregos, prosperidade nacional e solução para problemas sociais (MAYER, 2022; LOPES, LIMA e REIS, 2021; BERNSTEIN, 2020). De fato, o populismo se esforça para ressignificar a “natureza” como “nacional”: um território nacional, com recursos nacionais e autossuficiência nacional. O líder populista atua, por conseguinte, de maneira a obscurecer ideias globais ou transfronteiriças em nome da defesa do “nós” (MCCARTHY, 2019).

Nesse sentido, a experiência brasileira da atualidade oferece elementos importantes para a compreensão de como o populismo autoritário articula suas marcas distintivas no terreno da agenda ambiental. O nacionalismo em torno da produção e exportação de *commodities* como a soja, por exemplo, é a principal justificativa para a defesa de ações que causam efeitos negativos sobre a paisagem e sobre o meio ambiente como um todo. Um estudo realizado por Lopes, Lima e Reis (2020) demonstra como a “cultura da soja” se expandiu rapidamente sobre o Cerrado brasileiro, impulsionando indicadores econômicos, mas encobrendo profundas desigualdades sociais e ameaças à biodiversidade do bioma, tudo isso sob o pretexto de garantir o desenvolvimento, o que se aproxima da lógica de um capitalismo predatório, tal como discutimos no Capítulo 2. Nos últimos anos, os grandes latifundiários do país estreitaram relações com o Palácio do Planalto, figurando como parte fundamental da base política do presidente (FERRANTE e FEARNSIDE, 2019). Além da identificação com valores morais apregoados por Bolsonaro, a aproximação do setor buscou garantir o atendimento a demandas que passam pela facilitação de acesso a recursos ao afrouxamento de regras de proteção ambiental. Daí por que parte significativa dos grandes empresários do setor rural brasileiro declararam apoio e financiaram a campanha de Bolsonaro à reeleição, em 2022¹⁷.

¹⁷ Agro responde por 33 dos 50 maiores doadores de Bolsonaro e alavanca finanças da campanha. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/10/26/agro-responde-por-33-dos-50-maiores-doadores-de-bolsonaro-e-alavanca-financas-da-campanha.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 12 de julho de 2023.

Como destacam Ferrante e Fearnside (2019), em poucas regiões do mundo há visões sobre a natureza tão politicamente carregadas como no Brasil, especialmente após a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência. Note-se, desde 2019, o crescente desinvestimento em instituições e ações de proteção ambiental, o negacionismo em relação a dados científicos ou, ainda, o estímulo à violência contra povos originários em suas próprias terras. Foi possível observar, por exemplo, a contrariedade pública do governo Bolsonaro em relação aos dados oficiais que apontavam para a intensificação da destruição ambiental no país e seus efeitos.

Já no primeiro ano de mandato, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foi alvo de uma escalada de ataques por parte de Bolsonaro, que culminou na exoneração do então presidente do instituto, Ricardo Galvão, um cientista com reconhecimento internacional, nomeado no governo Lula como presidente do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em meio à divulgação de dados que apontavam para o crescimento do desmatamento na Amazônia, Bolsonaro reagiu, acusando o órgão e sua diretoria de “falta de responsabilidade, respeito e patriotismo” na divulgação das informações. Na ocasião, Bolsonaro ainda afirmou que Galvão agia “a serviço de alguma ONG” e que seu trabalho prejudicava a imagem do Brasil. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) também foram órgãos que tiveram suas atuações prejudicadas por meio de corte de verbas e ameaças vindas do governo. Conforme levantamento divulgado pela BBC Brasil, até janeiro de 2021, estes órgãos já haviam perdido uma média de 10% de seus servidores, prejudicando ainda mais a aplicação de uma política ambiental brasileira efetiva.

Ainda durante a campanha de 2018, Bolsonaro chegou a dizer que “nem um centímetro de terra será demarcada para os povos indígenas e que tanto as unidades de conservação (áreas protegidas para ecossistemas naturais) quanto as terras indígenas devem ser abertas à agricultura e mineração”¹⁸. O cumprimento de parte desta promessa e uma série de ameaças e ataques levaram a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) a denunciar o então presidente brasileiro ao Tribunal Penal Internacional de Haia em agosto de 2021. Bolsonaro foi acusado de genocídio e ecocídio, uma nova tipificação de crime contra o conjunto da humanidade. No documento, os indígenas apontam uma série de ações contra o meio ambiente

¹⁸ Brazil’s new president and ‘ruralists’ threaten Amazonia’s environment, traditional peoples and the global climate. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-brazil-election-landrights-deforestation/indigenous-land-culture-at-stake-in-brazil-election-experts-idUSKCN1N0241>>. Acesso em 21 de ago de 2022.

promovidas pelo então governo brasileiro, que levaram ao aumento do desmatamento e atividades ilegais em áreas protegidas como TIs. De acordo com Lawreniuk (2018), entre outras razões, a atuação violenta e racista contra os povos indígenas tende a ser um traço de governança ambiental populista, uma vez que esses povos trabalham para manter controle sobre seus próprios territórios e da ecologia.

De acordo com Osterhage, Wolford e Borrás (2022), é possível afirmar que o meio ambiente não é apenas um campo de batalha disputado e afetado pelas políticas populistas, ele também é definido e se torna um objeto político no discurso populista. Desta forma, as políticas públicas voltadas ao meio ambiente mantêm relações muito próximas com questões de classe, raça e etnia e, por isso, são instrumentos importantes para a ampliação da retórica populista, na medida em que estão aí as oportunidades de identificação de um “eles” / “outros” que precisaria ser combatido, seja porque ameaçam a suposta homogeneidade da nação, seja porque atrapalham o seu desenvolvimento. Apesar de encontrar evidente resistência ativista que se organiza das mais variadas formas, no Brasil, como em muitos países, a experiência populista de Bolsonaro foi bem-sucedida na extração de recursos, na eleição de inimigos e na marginalização de povos indígenas e quilombolas, além de ter garantido medidas de proteção de criminosos cujas ações afetam a biodiversidade dos biomas e a vida das populações, especialmente as mais vulneráveis. Em meio a essas atitudes, os jornais participaram ativamente do debate público, seja por meio da cobertura noticiosa, seja na afirmação de posições políticas sobre as políticas ambientais no decorrer do governo, por meio da veiculação de editoriais que abordaram o tema.

4. EDITORIAL: O ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO JORNAL

Este capítulo é voltado à conceituação do formato jornalístico editorial, bem como a uma revisão de estudos empíricos que, como este trabalho, têm o editorial como objeto de pesquisa principal. O primeiro tópico inicia a discussão com a divisão dos gêneros jornalísticos e seus respectivos formatos, conforme proposto por Melo e Assis (2016). Em seguida, o capítulo trata, numa perspectiva histórica, de como a imprensa buscou se distanciar das organizações partidárias em meados do século XIX, pela publicação de textos do gênero opinativo, e, mais especialmente, de editoriais, sem perder a função política essencial constitutiva do jornalismo (COOK, 2011). Assim, é nosso objetivo discutir o editorial como espaço de afirmação política do jornal. A íntima relação do formato com temas relacionados à política, seus principais objetivos, sua estrutura formal e a quem são direcionados também são tópicos discutidos no capítulo.

O segundo eixo se atém a uma revisão de trabalhos de estudiosos brasileiros que têm voltado suas pesquisas a análises empíricas de editoriais nacionais e internacionais. O número de estudos que investigam editoriais, ainda tímido se comparado ao número de análises voltadas às notícias, tem se ampliado e conta com significativa contribuição de pesquisadores da área de comunicação e política. Como veremos, tais pesquisas empregam diferentes metodologias e ajudam a ampliar a diversificação dos estudos sobre a relação da mídia com a política.

4.1. EDITORIAL COMO A VOZ POLÍTICA DO JORNAL

Para além das ideias de neutralidade e imparcialidade apresentadas pelas empresas jornalísticas, elas possuem, na condição de instituições, interesses próprios e podem atuar para protegê-los de várias formas. Nesse sentido, entendemos, como Cook (2011), que o jornalismo é uma instituição política, com influência direta sobre as várias instâncias da sociedade, especialmente as esferas de poder. A escolha das fontes, o espaço dedicado a um determinado tema e os enquadramentos empregados são alguns dos recursos para que a opinião do jornal possa ser confirmada junto ao leitor mesmo em textos do gênero informativo, como as notícias (MARQUES e MONT'ALVERNE, 2014; CONTI, 1999; LONGHI, 2006; SCHIFF, 2011). Há, porém, espaços dedicados oficialmente à expressão dos posicionamentos dos veículos e/ou de seus colaboradores sobre os vários assuntos da vida social, política e cultural do país. Trata-se de formatos pertencentes ao gênero opinativo.

As concepções de mundo de um jornal podem se manifestar em diversas oportunidades (MONT'ALVERNE e MARQUES; 2015). Segundo a divisão estabelecida por José Marques de Melo e Francisco de Assis, que se fundamenta “em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007” (2016, p.35), o gênero opinativo seria composto pelos formatos artigo, comentário, editorial, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica. Cada formato possui características próprias que os tornam únicos. Ainda assim, há alguns que guardam grandes semelhanças. Este é o caso dos formatos editorial, artigo e comentário, que possuem poucas diferenças externas.

O primeiro [editorial] talvez seja o que mais se distancia, pelo fato de não trazer assinatura de um autor, já que registra um posicionamento institucional. Os demais são praticamente idênticos: textos assinados nos quais são expostos pontos de vista acerca de algo (MELO E ASSIS, 2016, p. 52).

Em linhas gerais, editorial é um texto que apresenta a opinião oficial do jornal sobre um determinado assunto. Por ser do gênero opinativo, tem como objetivo influenciar as instituições sociais sobre temas de interesse coletivo através de alertas, considerações e recomendações, tendo como finalidade fazer avaliações de temas e acontecimentos (MELO e ASSIS; 2016). O pesquisador brasileiro Luiz Beltrão chegou a defini-lo como “a voz do jornal, sua tribuna” (1980, p. 52), por considerar que, nesse espaço, são expressos posicionamentos a respeito de acontecimentos ligados tanto à comunidade, à existência e ao desenvolvimento da empresa jornalística. De fato, olhando para a realidade brasileira, o espaço do editorial tem sido dedicado a posições sobre acontecimentos que modificaram os rumos da História. Se olharmos para a crise de 1964, que conduziu o país a uma ditadura de duas décadas, foi também nos editoriais que os grandes jornais conspiraram contra o governo de João Goulart. Em 02 de abril de 1964, *O Globo* chegou a publicar um editorial em que comemorava o “ressurgimento da democracia”, e afirmava que, finalmente, a nação vivia dias gloriosos, em razão do golpe, chamado, na altura, de revolução¹⁹. Só em 2013, o Grupo Globo reconheceu o erro do apoio dado aos militares, e publicou um editorial, igualmente histórico, intitulado “Apoio ao golpe de 64 foi um erro”.

Como explica Firmstone (2019), quando a imprensa buscou se distanciar das organizações partidárias que financiavam as publicações até meados do século XIX, os editoriais surgiram como um espaço importante para a demarcação do que era tão somente informação do que tinha caráter opinativo e institucional, especialmente na realidade europeia. Conforme Campos (2019), no Brasil, a divisão que permitiu distinguir um jornalismo de fatos

¹⁹ Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em 04 de out. de 2022.

de um jornalismo de opinião, chegou um pouco mais tarde. Até meados do século XX, os jornais eram ainda bastante partidarizados, com a opinião de seus donos se confundindo, em grande medida, com a “informação” repassada ao público. “Veja-se, por exemplo, o papel desempenhado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Carlos Lacerda, conhecido como o derrubador de presidentes, justamente por servir de instrumento de ação política de Lacerda contra Getúlio Vargas e, depois, contra João Goulart” (p.40).

Assim, é possível afirmar que o editorial é, provavelmente, o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no jornalismo (MONT’ALVERNE E MARQUES, 2015). Em estudo sobre o papel da imprensa na construção do debate político, Firmstone (2019) aponta o editorial como um espaço poderoso, que tenta “influenciar a política indiretamente, alcançando a opinião pública, ou diretamente, mirando os políticos” (p. 01, tradução nossa). A pesquisadora sistematiza quatro objetivos do editorial: (1) influenciar leitores, eleitores e/ou a opinião pública; (2) influenciar a cobertura noticiosa interna (3) influenciar as agendas e cobertura em outros meios de comunicação; e (4) influenciar a agenda política.

Para cumprir seus objetivos, os editorialistas costumam adotar uma certa estrutura formal em seus textos: uma introdução, com a apresentação objetiva do problema; um corpo com a angulação de notícias, a defesa de um argumento e, eventualmente, a apresentação de um contraponto ao argumento principal; além de uma conclusão, que pode trazer sugestões aos problemas apresentados (CAMPOS, 2019). Além disso, como orienta o Beltrão (1980), os editoriais tendem a manter uma certa impessoalidade, sendo sempre escritos em terceira pessoa, apostam na topicalidade, com um tema bem delimitado, e na condensalidade, evitando textos muito longos ou que caíam em divagação. Além disso, prezam pela plasticidade, mantendo atenção sobre a atualização e desdobramentos dos fatos.

Com base em observações empíricas, Firmstone (2008) aponta o que ela chama de “critérios de editorialidade”, expressão que faz referência a “critérios de noticiabilidade” e que também é utilizada por Marques e Mont’Alverne (2019). Desta maneira, assim como nas notícias, para os editoriais, os acontecimentos do mundo devem passar por um certo crivo. Os critérios a serem seguidos, entretanto, não são universais e podem ser estabelecidos por cada empresa jornalística, levando em consideração interesses próprios e a linha editorial da publicação. Pimentel, Marques e Santos (2021) fazem a mesma ressalva, afirmando que, apesar de possuírem características gerais, os editoriais assumem formas específicas de acordo com o periódico em que são publicados. Em linhas gerais, os editoriais consideram a relevância do tema dentro da cobertura noticiosa do próprio veículo, o impacto da questão na sociedade, e a proeminência do assunto na cobertura de outros jornais.

Tamanho a sua importância, por representar a opinião do veículo, geralmente os editoriais são escritos pelos jornalistas mais experientes da redação, que ocupam cargos de chefia, e, na maioria dos países, não são assinados, como forma de garantir que representem a voz coletiva do jornal. Nas edições impressas, eles costumam aparecer sempre no mesmo lugar e, nas edições online, costumam manter o tamanho, como forma de demarcação do formato. “A demarcação visual e física de editoriais de outros conteúdos evoluiu como uma prática crucial para observar a norma jornalística profissional de separar fato de opinião” (FIRMSTONE, 2019, p.02, tradução nossa).

Os dois jornais objetos deste estudo adotam estratégias distintas nesta diferenciação. O Estado de S. Paulo não faz uso de imagens ilustrativas no corpo do texto, que, por sua vez, não costuma ultrapassar o limite de 700 palavras. Adota como marcador um emblema histórico do jornal. A Folha de S. Paulo adota imagens, mas sempre no estilo preto e branco. O texto costuma ser mais curto, em torno de 500 palavras, sempre trazendo o demarcador: “O que a Folha pensa” (Figura 1).

Figura 1 – Estratégias visuais de FSP e OESP na apresentação de editoriais em seus respectivos sites

Fonte: *Folha de S. Paulo / O Estado de S. Paulo*



Para Espinosa (2003, p. 4), “o editorial é a carta de apresentação e o elemento de identificação ideológica de qualquer mídia, especialmente as escritas”. A pesquisadora defende que o formato é a opinião mais autorizada que um jornal pode dar sobre a interpretação das

notícias. Para isso, é fundamental que o editorialista seja capaz de recriar o acontecimento noticioso apontando seu significado social. Logo, é necessário ter amplo e profundo conhecimento sobre o assunto, capacidade de analisar e interpretar os fatos, para conseguir expressar de forma clara e objetiva soluções para os problemas identificados, apresentando, para tanto, julgamentos sobre os fatos. É como, de forma semelhante, defende Gomis (1974):

O editorial coloca problemas e sugere soluções; aprova ou desaprova o que as autoridades ou os vários grupos ou indivíduos que influenciam a vida social e política tenham feito; explica por que o que foi feito é bom ou ruim, que consequências pode ter; pergunta, indaga, incita a adoção de uma solução para um problema. Recolhe e exprime opiniões atuais do público que o lê, e com tudo isso contribui, como vimos anteriormente, para a elaboração e adoção de soluções (p.18).

Mont'Alverne e Marques (2015) voltam seus estudos para a análise dos editoriais brasileiros e sua importância na busca por compreender de que maneira o jornalismo brasileiro se diferencia daquele praticado em outros países, além de como costumam ser empregados como artifícios políticos. Na visão dos autores, o editorial é um espaço especial em que o jornal costuma “fazer política” e pressionar o poder público (p.122), atuando também como uma forma de o jornal consolidar sua posição social e sua própria imagem diante da sociedade. Entre as funções do formato, os autores destacam a de orientar e chamar o leitor à ação, além de fiscalizar os agentes políticos, posicionando o jornal como um representante do leitor. A busca pelo cumprimento da função fiscalizadora também leva os editoriais a serem espaço de constantes cobranças, discordâncias e críticas com relação aos políticos (p.131).

Em um estudo publicado em 2019, os autores listam 13 valores editoriais que funcionam como guia para a elaboração desse formato textual. Um dos valores apontados diz respeito à relação entre as empresas jornalísticas e determinados agentes ou instituições, sendo este valor bastante caro à análise pretendida nesta dissertação. Desta forma, como salientam, um jornal pode nutrir, ao longo de anos, certa antipatia por uma figura política, instituição ou partido, especialmente quando algo pode ser visto, de acordo com o ponto de vista do veículo, como perigoso ao interesse público. Esta percepção tende a levar à recorrente produção de textos editoriais com tom adversário (p.11). Neste sentido, verificaremos, na análise, adiante, como os veículos interpretam e reagem aos ataques de Bolsonaro à imprensa e à ciência.

Conforme Albuquerque (2000), no caso brasileiro, as publicações buscam ocupar o espaço de um “Poder Moderador”. O autor usa o termo em referência ao Período Imperial brasileiro, no qual Poder Moderador do Rei servia como um quarto poder do Estado (além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário). Tal poder garantiria estabilidade aos outros três poderes sob a justificativa de que o Rei poderia intervir em caso de conflitos interinstitucionais.

No Brasil, o Poder Moderador ficou reservado ao imperador, que acumulava também o Poder Executivo. Desta maneira, no caso dos editoriais, os editorialistas encontram neles espaço para comentar e emitir juízos sobre as práticas da democracia e acerca dos mais diversos temas. É comum, portanto, que os periódicos se coloquem, por meio dos editoriais, como portadores do discurso da verdade, defendendo suas posições, citando autoridades e discutindo políticas a partir de indicadores aceitos como confiáveis (MONT'ALVERVE, MARQUES, 2015).

Já Fontes (2022) destaca a dupla função do editorial: “ao mesmo tempo em que podem ser espaços para uma expressão mais aguerrida de defesa institucional, os editoriais também podem servir como um mecanismo de delimitação de nichos mercadológicos para as empresas jornalísticas” (p.120). Além de cumprir uma função de fiscalização do poder público, o editorial serve como um espaço de legitimação do próprio jornalismo e das empresas jornalísticas. É um espaço em que o veículo expressa e defende, de forma mais clara, sua própria identidade.

Desse modo, um importante tópico em pesquisas sobre editoriais diz respeito à análise dos alocutários a quem os textos são direcionados. Pimentel, Marques e Santos (2021) apontam que há pelo menos quatro tipos de públicos primários para os quais os editoriais são dirigidos. O primeiro são os próprios profissionais do veículo, para que se atentem em relação às preferências do jornal. O segundo grupo são os jornalistas de outro veículo, para que a concorrência se sinta instigada a corroborar ou refutar o argumento apresentado. Diferentemente do primeiro e do segundo, o terceiro e quarto públicos-alvo aos quais o editorial se direciona compreendem uma audiência externa ao meio jornalístico. Desse modo, o terceiro grupo é composto pelo público em geral, e o quarto, pelas elites, compostas por políticos, intelectuais e outros formadores de opinião. Melo (1985) segue ponto de vista semelhante: “A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos” (p.80).

Conforme será abordado no próximo tópico, é importante ressaltar que, frente ao mito da imparcialidade frequentemente promovido pelos jornais na cobertura noticiosa, a análise de editoriais possibilita uma compreensão do posicionamento institucional que é intencionalmente compartilhado com o público. Essa análise pode influenciar o espaço da informação factual, como apontado por Fonseca (2005). Dessa forma, nos editoriais, torna-se mais evidente a presença de elementos que revelam a inclinação das linhas editoriais, afastando-se da suposta neutralidade do texto jornalístico. Conforme temos debatido, os editoriais são textos opinativos que expressam os posicionamentos da empresa em relação a um determinado acontecimento de interesse social, revelando a complexidade das abordagens editoriais.

4.2. ESTUDOS EMPÍRICOS BRASILEIROS SOBRE EDITORIAIS

Conforme Firmstone (2019), o editorial como formato textual tem sido, ao longo dos anos, negligenciado nos estudos do campo da Comunicação voltados à compreensão do jornalismo. Na comparação com estudos de cobertura noticiosa, o que há de estudos acadêmicos voltados à cobertura editorial ainda oferece uma compreensão mais limitada sobre rotinas e práticas próprias dos profissionais envolvidos na escrita deste tipo de texto, bem como suas implicações. Por esses estudos serem menos numerosos, ainda é comum que se compartilhe a percepção de que editoriais refletem, por exemplo, simplesmente a influência dos proprietários, quando, na verdade, muitos outros pontos são levados em consideração durante a produção.

Nos últimos anos, porém, estudiosos da Comunicação têm voltado suas explorações ao entendimento dos editoriais, tanto em esforços de conceituação do formato quanto em estudos empíricos que buscam entender como a mídia se utiliza deste espaço para argumentar, alertar e revelar seus próprios interesses. Há fortes contribuições de pesquisadores da comunicação política sobre os efeitos dos endossos feitos pelos editoriais em momentos eleitorais e de crise. Continua havendo, porém, a latente necessidade de ampliação desses estudos, a fim de abarcar mais problemáticas e perspectivas. Firmstone argumenta, por exemplo, que o campo precisa de mais pesquisas qualitativas que possibilitem entender as decisões e as agendas dos jornais.

O jornalismo editorial como um gênero é uma prática distinta e potencialmente poderosa que merece muito mais atenção do que recebeu até hoje. Em particular, teorizar os jornais como atores políticos ativos e independentes sustenta a necessidade de mais pesquisas sobre jornalismo editorial. Além disso, pesquisas sociológicas incluindo etnografia, entrevistas e observação participante são necessárias para descobrir mais sobre a prática do jornalismo editorial e as influências nas opiniões editoriais (FIRMSTONE, 2019, p.16, tradução nossa).

Como mostraremos ao longo deste tópico, pesquisadores brasileiros têm trabalhado em importantes contribuições empíricas para a ampliação e a diversificação dos estudos que examinam o jornalismo a partir da análise de editoriais, principalmente relacionados a temas da política nacional. É o caso de Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018), em “A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão”, que, por meio de uma análise de conteúdo, buscam entender como dois dos principais *quality papers* do Brasil se posicionaram, politicamente, em seus editoriais, acerca do *impeachment* da ex-presidente.

O esforço de comparação traz achados importantes. Reunindo 507 editoriais publicados entre 2015 e 2016, o estudo aponta que os jornais assumem a defesa do impedimento, ainda que

sob justificativas distintas. Durante o período analisado, foi possível observar que os editoriais foram utilizados como forma de colocar o *impeachment* em pauta, inclusive bem antes de a ação se iniciar institucionalmente (p.18). Os editorialistas argumentaram incessantemente que a recuperação econômica do país àquela altura deveria passar pela saída de Rousseff do Palácio do Planalto. Não é observado, entretanto, igual disposição em especular quais seriam as consequências do processo para a democracia brasileira. Em convergência com Francisco Fonseca (2011), que qualifica os meios de comunicação no Brasil como “verdadeiras máquinas do consenso”, a pesquisa observou que “ainda que existam diferenças entre os posicionamentos, os jornais defendem, essencialmente, a mesma coisa, apontando para determinada confluência em seus interesses” (MARQUES, MONT’ALVERNE E MITOZO, 2018, p. 18).

A imagem do ex-presidente Lula construída nos editoriais d’O Estado de S. Paulo entre os anos de 1989 e 2006 é tema do estudo de Nava (2017). A pesquisadora se dedica às publicações realizadas durante as campanhas nas quais o petista concorreu à Presidência da República. Ao analisar 181 editoriais, a autora observa que, ao longo das diferentes eleições, houve mudanças na caracterização de Lula nos editoriais, que passou por “esquerdista”, “oposicionista” até chegar a “presidente”. “A seleção de elementos dada como base nos aspectos que melhor se adequam ao posicionamento do jornal, e, claro, que perpassam temas de interesse público, o que reforça que nenhum recorte é feito de modo aleatório” (p.146). Tal observação alude à posição do periódico como ator político, que orienta a interpretação da personagem e do próprio contexto para atender os interesses defendidos pelo jornal.

Renato Sordi da Silva é outro pesquisador brasileiro que se concentra na análise do papel desempenhado pelos editoriais. Em um estudo publicado em 2019, Silva busca entender o olhar da imprensa estrangeira acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, definido pelo pesquisador como um “evento político transnacional”, tamanha a sua reverberação em jornais de outros países. Diante de um conjunto de 42 editoriais publicados pelos jornais *El Mercurio*, *El País*, *Le Monde*, *Público*, *The Guardian* e *The New York Times*, o autor realiza um esforço de comparação entre diferentes sistemas midiáticos. A partir de uma Análise de Conteúdo, a pesquisa identifica, descreve e compara os principais argumentos mobilizados pelos jornais para apresentar o processo, especificamente as opiniões relacionadas às motivações, aos efeitos, às prováveis soluções, à corrupção, além de aspectos conectados à figura da própria presidenta, à legalidade e o período do pós-*impeachment*. Em consonância com Mont’Alverne (2017), um dos achados da pesquisa é a constatação de que os editoriais foram direcionados a agentes que têm poder de decisão e às instituições significativas para as democracias e o sistema político,

de forma que o foco na agenda econômica, especialmente ao tratar do processo de deposição de uma presidenta da República, é concernente à natureza dos textos (SILVA, 2019, p. 125).

Assim como os governos petistas, a repercussão do governo de Jair Bolsonaro em editoriais também tem sido objeto de análise de pesquisas brasileiras. Em um estudo qualitativo que reúne 22 editoriais de jornais nacionais e estrangeiros, sendo eles *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha S. Paulo*, *El País*, *The Guardian*, *Público*, *Le Monde*, *Liberación* e *The New York Times*, Araújo e Prior (2020) analisaram a construção dos enquadramentos escolhidos pela mídia sobre a eleição do ex-militar. Os pesquisadores buscam compreender em que medida os quadros interpretativos dos editoriais expressaram categorias semânticas da retórica populista.

A partir da análise, os estudiosos constataram que os jornais brasileiros contribuíram para *normalizar* um processo eleitoral em que um dos concorrentes fazia declarações abertamente antidemocráticas. A normalização aconteceu em nome, principalmente, da defesa de políticas neoliberais para a economia, seguindo uma tradição já observada anteriormente. Conforme os pesquisadores, a imprensa internacional adotou um tom diferente com relação à eleição de Bolsonaro, sustentando, por exemplo, que não havia comparação possível entre ele e Fernando Haddad, candidato petista que chegou ao segundo turno das eleições de 2018.

Em diferentes momentos, [os jornais brasileiros] apoiaram lideranças políticas favoráveis à redução do papel regulador do Estado, como Collor de Mello em 1989 ou Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994 e 1998. Em 2018, os interesses da mídia foram representados nas propostas do economista ultraliberal que se tornou ministro da Economia no governo Bolsonaro (ARAÚJO E PRIOR, 2020, p. 16).

Os critérios para a utilização dos termos populismo e populista por parte da imprensa têm despertado a curiosidade de estudiosos da Comunicação e das Ciências Políticas, que buscam entender o emprego dos termos a partir de editoriais. Bessa e Felix (2022), por meio de uma Análise de Discurso, identificam como se dá o uso dos termos nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* nos discursos de Lula e Bolsonaro, nos anos de 2003 e 2020. “A análise possibilitou verificar uma diferença em relação ao uso do termo no período estabelecido, uma vez que, em 2020, a palavra populismo/populista foi utilizada com muito mais frequência do que em 2003” (p.30). A partir da análise, os autores perceberam que os editoriais abordaram os termos populismo/populista para caracterizar principalmente a retórica dos presidentes, assim como suas tomadas de decisões já como chefes de Estado.

Como evidenciamos, pesquisadores brasileiros têm atuado, nos últimos anos, para compreender o papel político dos editoriais em coberturas de diversos temas. Desse modo, ressaltamos que a escolha deste formato como objeto de análise da pesquisa se dá pelo fato de constituir-se como espaço de expressão dos pontos de vista do jornal, que argumenta, alerta e

revela seus interesses por meio dos enquadramentos que emprega. Da mesma forma, também se dá na intenção de contribuir para a ampliação e diversificação dos estudos de jornalismo nas análises sobre a relação entre mídia e política. Dos estudos revisitados neste tópico, observamos uma diversidade de perspectivas metodológicas que nos inspiram na definição da estratégia metodológica que vamos apresentar em seguida. Os estudos recorrem a análises de conteúdos, de enquadramento e de discurso para o estudo do gênero, permitindo perspectivar, como temos tentado enfatizar, o editorial como um espaço de análise privilegiada da ação política do jornalismo.

5. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Retomando os objetivos da dissertação, este estudo analisa os enquadramentos predominantes na cobertura editorial dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) sobre a política ambiental do Governo Bolsonaro. É, portanto, nosso objetivo compreender os quadros de sentido mobilizados por dois veículos da imprensa de referência do país para interpretar as ações e os discursos que emergiram do seio de um governo populista de extrema-direita acerca da questão do meio ambiente, um tema central na agenda política dos nossos dias. Por meio de uma estratégia qualitativa, tendo o método de enquadramento como diretriz metodológica para análise dos editoriais os jornais, partimos de seguinte pergunta de pesquisa: ***De que maneira a cobertura editorial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo enquadraram a pauta ambiental no governo de Jair Bolsonaro?***

A seguir, este capítulo especifica as escolhas feitas para o desenvolvimento da análise empírica, com foco na seleção dos jornais, sua caracterização, no corpus de análise e no desenho da estratégia metodológica de estudo da cobertura editorial.

5.1. SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS ANALISADOS

A escolha de FSP e OESP deu-se em razão de serem dois dos maiores *quality papers*, ou jornais de referência, brasileiros, da atualidade, ou seja, periódicos com processos de produção, alcance do público e diversos direcionamentos de forma mais profissionalizada do que os demais, tornando-os referência no meio jornalístico (NICHOLS, 2018).

Conforme dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)²⁰, FSP, OESP e O Globo possuem três das maiores tiragens diárias do país, somando ao todo 204.879 exemplares impressos, distribuídos por dia, no ano de 2021. A expressividade de seus alcances também é explícita no meio virtual. Os jornais analisados por esta pesquisa encabeçam o ranking de periódicos com maior número de assinaturas digitais do Brasil. Juntos, o total de assinantes foi de 760.679 em 2021, apresentando, no caso de FSP, crescimento nos últimos quatro anos, e, no caso de OESP, há cinco anos. Nas redes sociais, a presença dos jornais também é marcante. No Instagram, rede social com maior atuação dos veículos, FSP tem cerca de 3,5 milhões de

²⁰ Disponível em <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>>. Acesso em 09 jul. 2022.

seguidores e mais de 39,1 mil postagens²¹. Já OESP possui 30,6 mil publicações e aproximadamente 2,3 milhões de seguidores²².

Para além da larga tiragem e alcance *online*, a escolha desses periódicos se dá graças ao seu prestígio (LATTMAN-WELTMAN e CHAGAS, 2016) e por comporem a elite do jornalismo nacional (VIMIEIRO, 2010), com considerável impacto no campo político brasileiro, como observado por Azevedo (2016), o que os torna objetos de análise relevantes para o estudo de coberturas editoriais. “O jornalismo político desses veículos possui forte impacto no campo político e no debate das questões públicas e grande influência nos segmentos da opinião pública mais bem informados, além de frequentemente pautar outras mídias e campanhas eleitorais” (AZEVEDO, 2016, p. 16).

Outras pesquisas empíricas também consideram os jornais como os maiores *quality papers* do Brasil. É o caso de Moreira (2006), em dissertação intitulada “Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo”. No texto, a pesquisadora busca identificar os valores-notícia mais presentes nos jornais, por meio de uma análise de conteúdo. Já na tese “A imprensa como agente interessado na reforma política: um estudo sobre a cobertura noticiosa e editorial de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (1989-2017)”, Mont'Alverne (2020) investiga como o jornalismo brasileiro abordou a reforma política após a promulgação da Constituição de 1988, tendo em vista seus três principais periódicos de referência.

Da mesma forma, Nichols (2018) volta-se ao estudo dos periódicos analisados nesta pesquisa por considerá-los os três maiores *quality papers* nacionais. Em “A participação radicalizada relacionada a Aécio Neves e Dilma Rousseff nas fanpages de *quality papers* brasileiros em 2014”, o pesquisador define, de forma detalhada, o conceito de “jornal de qualidade”, destacando que “não só a abrangência e a circulação dos jornais são aspectos para um jornal ser considerado de referência, como também o impacto que esses jornais possuem no debate dos temas públicos” (p. 68).

FSP e OESP guardam grandes semelhanças. Os dois periódicos são empresas jornalísticas pertencentes a conglomerados midiáticos que concentram diversos tipos de mídia. Ambos pertencem a famílias tradicionais brasileiras e têm seu posicionamento político alinhado a pautas liberais na economia. Apesar disso, as publicações não possuem, necessariamente,

²¹ Números referentes a 20 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/folhadespaulo/>>.

²² Números referentes a 20 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/estadao/>>

posicionamento idêntico na cobertura jornalística sobre outras pautas. Por essa razão, e a título de contextualização, faremos um breve levantamento histórico de ambos os veículos, a seguir.

5.1.1. Folha de S. Paulo

Fundado em 19 de fevereiro de 1921, o jornal *Folha de S. Paulo* é um dos grandes jornais de referência do país. Foi fundado por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha em 19 de fevereiro de 1921. A Folha, como ficou conhecido, foi criada em oposição ao principal jornal da cidade, *O Estado de S. Paulo*, que representava as elites rurais e assumia uma posição mais conservadora (ALMEIDA, 1993). Intitulado inicialmente de “Folha da Noite”, o jornal passou a ter uma edição matutina chamada de “Folha da Manhã”, em 1925. Vinte e quatro anos depois, é inaugurada a “Folha da Tarde”, compondo então três edições diárias do jornal. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal *Folha de S. Paulo*²³.

Desde o princípio de sua história, a Folha mostrou-se como um jornal posicionado politicamente e, por muito tempo, partidariamente. No início, as principais críticas do jornal eram dirigidas aos partidos republicanos que monopolizavam os governos da época. A empresa chegou a apoiar a criação do Partido Democrático, de oposição. Em 1929, no entanto, Olival Costa, cafeicultor que comprou as “Folhas”, passou a se aproximar dos republicanos paulistas e a repudiar opositores da Aliança Liberal, ligados a Getúlio Vargas. A partir de 1937, o periódico também passou a fazer cobertura opositora ao Estado Novo. Em razão de seu dono, também faziam parte de suas prioridades a defesa dos interesses da lavoura e do liberalismo.

Décadas depois, os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle da empresa²⁴. É sob o comando dos dois que o jornal apoia, sob a justificativa de que seria uma medida temporária, em 1964, a derrubada do presidente João Goulart e o golpe militar que imporia ao país uma ditadura de duas décadas. Logo em seguida, quando percebeu que os militares não deixariam o poder, o jornal passou a fazer oposição ao regime, com uma equipe que tinha à frente o jornalista Cláudio Abramo, identificado com a esquerda. Passou a denunciar práticas de tortura e a reforçar a cobertura de educação, para atrair estudantes. Com o tempo, a Folha passou a ser monitorada pela repressão, que identificou o

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_20_30.htm>. Acesso em 09 jul. 2022

²⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4>. Acesso em 09 jul. 2022.

jornal como um “veículo de propaganda do Partido Comunista”. Em 1983, o jornal adota a defesa das eleições diretas para a Presidência, no célebre movimento das “Diretas Já”. Formalmente, o jornal nunca pediu desculpas pelo apoio ao golpe de 1964.

Sete anos após o fim do regime militar, em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da empresa. Nesta fase, a Folha se consolida como o jornal de maior circulação paga aos domingos (uma média de 522.215 exemplares). Sucessivos recordes passam a ser alcançados pelo periódico. Em 1995, começa a funcionar o Centro Tecnológico Gráfico-Folha, em Tamboré. O jornal passa a circular com a maioria das páginas coloridas. Também nesse ano, a empresa lança a FolhaWeb, primeiro site de notícias em tempo real. Logo em seguida, em 1995, com o lançamento do “Atlas Folha/The New York Times” em fascículos, a Folha bate recorde de tiragem e de vendas na história de jornais e revistas do país no dia de lançamento (com 1.117.802 exemplares vendidos) e nas semanas subsequentes.

Em função da crise global por que passa o jornalismo impresso, com o advento das tecnologias digitais, a circulação do jornal em papel vem se tornando tímida ao longo do tempo. Ainda assim, o periódico apresentou crescimento de 1,8% na tiragem média diária no comparativo entre 2020 e 2021, conforme o IVC. Com uma base já pequena, a alta fez pouca diferença, e o jornal fechou o ano de 2023 com 66.188 exemplares distribuídos diariamente. O número representa uma variação de -54%, aproximadamente, nos últimos cinco anos. Por outro lado, o jornal é atualmente o segundo periódico com o maior número de assinaturas digitais pagas do país. Desde 2017, tem registrado crescimento em seu alcance online. De acordo com a pesquisa do IVC, em 2021, houve um acréscimo de quase 79% no número, considerado o acumulado dos últimos cinco anos.

5.1.2. O Estado de S. Paulo

Criado ainda no período do Império, em 1875, o jornal *O Estado de S. Paulo*, anteriormente chamado de ‘A Província de S. Paulo’, é o jornal mais antigo de São Paulo e um dos mais antigos do Brasil ainda em circulação. O periódico foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando uma proposta de

criação de um diário republicano, surgida durante a Convenção Republicana de Itu²⁵, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão²⁶. A publicação tornou-se, então, o primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista, por meio dos textos contundentes de seus primeiros redatores, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos.

O jornal já nasceu com tiragem expressiva, com cerca de 2 mil exemplares distribuídos diariamente para uma população de cerca de 30 mil habitantes. Ao longo dos anos, o periódico manteve um acelerado ritmo de crescimento. Em 1888, a tiragem chega a 4 mil exemplares e dobra dois anos depois, chegando a 8 mil. Todavia, até 1896, o jornal não ultrapassou a tiragem de 10 mil exemplares — não por falta de leitores, mas por não possuir recursos técnicos de expansão. É só em 1897, com a aquisição de uma nova máquina, que a tiragem bate o recorde de 18 mil exemplares. O sucesso daquele ano deve-se, primordialmente, às reportagens enviadas do interior do sertão baiano pelo correspondente Euclides da Cunha, na cobertura da Guerra dos Canudos, trabalho que deu origem à célebre obra *Os Sertões*.

Vinte e sete anos após sua fundação, em 1902, o jornal deixa de ser de propriedade de seus 16 fundadores e passa a pertencer a um único dono, o político e jornalista Júlio Mesquita. Mesmo com um novo dono, o jornal permaneceu explicitando suas preferências políticas, como vinha fazendo desde sua origem. Em 1909, apoiou a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República, que acabou derrotado pelo Hermes da Fonseca; em 1926, apoiou a fundação, em São Paulo, do Partido Democrático, cujo espectro político era alinhado à direita; em 1930, o jornal apoiou a “Aliança Liberal” e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, tendo, em 1932, feito oposição a Vargas, apoiando a Revolução Constitucionalista e perfilhando-se à União Democrática Nacional (UDN), de Carlos Lacerda, um dos principais baluartes da direita brasileira ao longo do século XX.

Assim como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* também apoiou a chamada “intervenção militar transitória” sob a justificativa de que João Goulart não mais reunia as condições necessárias para governar o país. Dois anos mais tarde, diante da censura implantada pelo regime, passou a fazer oposição aos militares. Como a *Folha de S. Paulo*, por parte de *O Estado de S. Paulo*, nunca houve um pedido formal de desculpas pelo apoio ao golpe.

²⁵ A convenção foi a primeira no Brasil com caráter republicano. Em abril de 1873, na casa do deputado Prudente de Moraes, se reuniram representantes republicanos, representantes conservadores e representantes liberais de várias cidades paulistas, todos em prol de interesses republicanos.

²⁶ Disponível em <https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm#:~:text=O%20jornal%20foi%20fundado%20por.a%20monarquia%20e%20a%20escravid%C3%A3o.>>. Acesso em 10 jul 2022

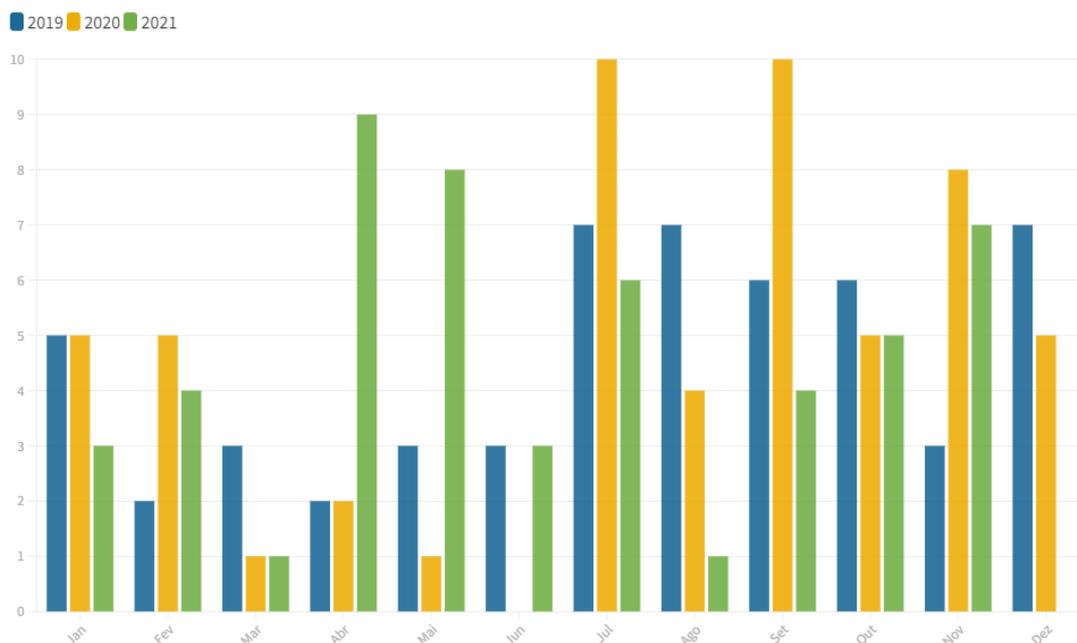
Atualmente, entre seus princípios editoriais, divulgados no site, o jornal afirma que defende “o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo”. Historicamente, o Estadão tem adotado uma postura de conservadorismo político e liberalismo econômico, tendo, principalmente através de seus editoriais, expressado a defesa do pensamento neoliberal no Brasil (AZEVEDO, 2006).

Em 2021, com 70.521 exemplares distribuídos diariamente, *O Estado de S. Paulo* teve a segunda maior tiragem de jornais do Brasil, ficando atrás apenas do jornal popular *Super Notícia* (77.116), de acordo com o IVC. Ainda assim, acompanhando a tendência internacional, a circulação das edições impressas vem sofrendo sucessivas quedas ano a ano. No comparativo entre 2020 e 2021, a variação foi de -12,3%. Por outro lado, o veículo tem consolidado seu alcance no meio digital. A mesma pesquisa aponta que o jornal teve expressivo crescimento de assinaturas digitais pagas, possuindo, atualmente, 154.821, o terceiro melhor resultado entre veículos brasileiros. Desde 2017, a variação registrada é de mais de 85%.

5.2. O CORPUS

Como referido anteriormente, o *corpus* desta pesquisa é constituído por editoriais dos jornais FSP e OESP, publicados nos três primeiros anos de mandato do governo de Jair Bolsonaro, de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. Para a coleta dos editoriais, realizada no buscador próprio disponível no site de cada veículo, consideramos a presença, em conjunto, dos termos “Bolsonaro” e “Meio Ambiente”. A pesquisa dos textos ocorreu no período de agosto de 2021 a junho de 2022. Os quadros 1 e 2, contidos nos apêndices desta dissertação, apresentam os títulos de todos os editoriais analisados neste estudo, bem como suas datas de publicação.

A quantidade de editoriais coletados por jornal é apresentada no **Gráfico 1**. Como veremos no Capítulo 6 de análise, o gráfico possibilita algumas inferências que apontam maior ou menor destaque para a pauta ambiental no espaço editorial, conforme o mês de publicação. Ao todo, foram coletados 164 editoriais, sendo 53 de FSP e 111 de OESP.

Gráfico 1 – Soma dos editoriais coletados por mês/ano

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do gráfico é possível perceber que há períodos em que há maior prevalência de editoriais que têm meio ambiente como tema. Há um destaque, sobretudo, os meses de julho e setembro 2020, que apresentam os dois maiores picos do gráfico. Em 2020, o Pantanal, considerado a maior área úmida do mundo, enfrentou uma devastadora temporada de incêndios. As queimadas no Pantanal são uma ocorrência natural e importante para a renovação do ecossistema. No entanto, as queimadas de 2020 foram particularmente intensas e destrutivas, sendo amplamente atribuídas a fatores como o desmatamento, a seca e a ação humana. Os incêndios de 2020 tiveram um impacto catastrófico na flora e fauna da região e por isso ganharam ampla repercussão na mídia nacional e internacional. A tragédia ambiental do Pantanal se somou às preocupações já existentes sobre o desmatamento na Amazônia, aumentando a pressão sobre o governo e influenciando no número de editoriais sobre meio ambiente.

Os outros dois maiores picos do gráfico correspondem a abril e maio de 2021, e estão relacionados principalmente à repercussão da participação brasileira na Cúpula do Clima, organizada pelo governo dos Estados Unidos e que teve como objetivo reunir líderes mundiais para discutir ações contra as mudanças climáticas. A mídia, tanto nacional quanto internacional, deu ampla cobertura às expectativas geradas em torno do evento, ao evento em si e aos seus resultados. A postura de Bolsonaro durante a cúpula foi alvo de críticas e ceticismo em relação ao comprometimento do presidente brasileiro com a agenda ambiental. Parte da mídia,

incluindo os veículos analisados nesta dissertação, questionaram a sinceridade e a eficácia das promessas de Bolsonaro de combater o desmatamento e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

5.1. ENQUADRAMENTO COMO OPERADOR ANALÍTICO

Teorias da Comunicação surgem como tentativas de explicar as relações do campo da Comunicação com outros campos da sociedade e como forma de aumentar a precisão da explicação acerca de determinados fenômenos (MONT'ALVERNE, 2020). Neste sentido, a Teoria do Enquadramento, que assume centralidade na metodologia empregada nesta pesquisa, busca identificar recursos simbólicos, verbais e visuais que jornalistas e outros agentes da mídia usam para organizar a informação em seus textos. Ao enquadrar um conteúdo, o jornalismo seleciona aspectos da realidade percebida e os deixa mais salientes no texto, promovendo, desta forma, a definição de um problema, a elaboração de interpretações causais, a realização de uma avaliação moral e a indicação de soluções para o problema identificado (ENTMAN, 1993).

Apesar de ter origens na Psicologia e na Sociologia de Erving Goffman, a Análise de Enquadramentos é empregada, recorrentemente, em estudos de Comunicação, especialmente na pesquisa de produtos e coberturas jornalísticas. O emprego deste tipo de análise no campo teve origem em estudos como os realizados pela socióloga estadunidense Gaye Tuchman, a partir da década de 1970. No livro *Making news: a study in the construction of reality*, de 1978, a estudiosa avalia que a análise dos enquadramentos jornalísticos deve estar para além da ideia da mera interpretação dos produtos. Ou seja, para a compreensão da prática jornalística e dos seus resultados, é necessário levar em consideração diversos fatores, tais quais: a rotina do jornalista dentro e fora da redação, a visão dos profissionais sobre o que é notícia, como eles mesmos enxergam a profissão, a tendência à manutenção do *status quo* na cobertura dos acontecimentos, entre outros fatores socioprofissionais e subjetivos.

Apesar do avanço na aplicação do conceito em estudos de Comunicação por Tuchman, é o cientista político Robert Entman (1993) quem, de fato, formula uma noção de enquadramento midiático que se tornou bastante conhecida, tendo influenciado uma série de investigações no Brasil (CÂMARA, 2018; LEAL, 2007; CAMPOS e ARAÚJO, 2020). Apesar de destacar que o conceito ainda é considerado disperso e que seu entendimento ainda está distante de um consenso amplo, Entman (1993) entende que os enquadramentos podem ser lidos como modelos interpretativos de compreensão da realidade, articulados com base em realces e silenciamentos acerca de um dado tema. Deste modo, segundo a sua perspectiva, os

enquadramentos ordenam o real, com prescrições sobre os fatos da vida social; funcionam como identificadores de problemas, cujas explicações são dadas em termos de definição de causas e consequências, mas também de julgamentos e soluções.

Dada a diversidade de entendimentos do conceito e dos modos de sua aplicação como operador analítico em análises empíricas, julgamos necessário esclarecer melhor a perspectiva a que esta pesquisa se vincula, como forma a garantir maior exatidão em nossas operações, conforme recomendam Mendonça e Simões (2012): “É importante perceber, contudo, que essa ampla utilização do conceito pode gerar duas consequências perigosas. A primeira é a perda de precisão conceitual” (p.188). Para organizar as ideias, os autores dividiram a classificação em três grandes modelos, sendo eles: análise da situação interativa, análise de efeito estratégico e análise de conteúdo discursivo. Esta pesquisa dialoga com o terceiro modelo.

Assim, a análise de enquadramento de conteúdo discursivo é utilizada para “analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p.193). Tal vertente vai ao encontro do entendimento apresentado por Entman (1993) e tem sido a mais adotada nos últimos anos em estudos que relacionam o jornalismo e a comunicação com a política, mediante, sobretudo, a adoção da ideia de que os *frames* podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções acerca dos diferentes temas que povoam a agenda pública.

No cerne desse tipo de operacionalização reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa. (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p.193).

Este enfoque foi utilizado, por exemplo, no estudo da cobertura dos meios de comunicação estadunidenses sobre a Guerra do Vietnã, realizado por Todd Gitlin (1980). Nesta pesquisa, a análise dos *frames* permitiu perceber como pode ser construída a interpretação dos fatos por meio de recursos que organizam o texto, como seleção, ênfase, exclusão etc. Desde então, diversos trabalhos têm percorrido caminhos semelhantes, numa demonstração de vitalidade do conceito de enquadramento para a análise dos discursos construídos pela mídia.

Ao recorrer às teorias de enquadramento para a análise de editoriais, o presente estudo trabalha em linha com a proposta metodológica de pesquisas anteriores. Os estudos apresentados a seguir investigam editoriais de *quality papers* nacionais e internacionais como objeto empírico, sendo esta uma proposta que atualiza o escopo metodológico do enquadramento, que, na larga maioria das vezes, é aplicado à análise de gêneros informativos,

especialmente as notícias. Nesse sentido, os autores, tal como pretendemos fazer neste trabalho, contribuem para alargar as possibilidades de análise empírica dos gêneros jornalísticos, incluindo os de natureza opinativa, como o editorial.

Este é o caso de Lins e Alves (2021), que, recorrendo à análise de enquadramento, buscam investigar como os *quality papers* estudados nesta pesquisa noticiaram e perceberam a tentativa de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de 2018, quando foi impedido pela Justiça, em seus editoriais. Neste caso, os autores realizam, ainda, uma análise de valência²⁷, classificando os textos como positivos, negativos ou neutros em relação à abordagem direcionada a Lula. No que diz respeito à análise de enquadramento, os autores, tal como nesta pesquisa, adotaram o enfoque de análise de conteúdo discursivo, empregando a noção dos *frames* simbólicos de Goffman (1974).

De maneira semelhante, Oliveira (2017) busca identificar e analisar os enquadramentos da grande mídia, a partir de editoriais publicados por *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, sobre a reforma trabalhista proposta pelo governo Temer e aprovada no Congresso Nacional. No texto, a autora identifica quatro enquadramentos em 36 editoriais publicados entre 2016 e 2017. Os dados apresentados e a análise realizada no artigo permitiram, entre outras conclusões, identificar que a Reforma Trabalhista recebeu forte apoio dos *quality papers* analisados, reforçando o caráter de alinhamento da grande imprensa aos ideais liberais.

Mont'Alverne e Marques (2018) também recorrem à análise de enquadramentos para o estudo de editoriais jornalísticos. Os autores analisam 134 textos publicados por *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 2011 e 2013, para testar a hipótese de que “o editorial é um espaço no qual a empresa jornalística expressa seu papel de adversária dos agentes políticos” (p.417). O artigo delinea uma proposta metodológica que consiste em encontrar os elementos que compõem o enquadramento, conforme Entman (1993), agrupando-os de acordo com suas semelhanças e diferenças. Ao identificar a postura adversária do jornal, os autores apontam, entre as conclusões, que se trata de uma estratégia do jornal para legitimar-se junto à audiência: “ao alimentar a desconfiança depositada nos representantes políticos, o periódico reivindica a função de defensor do interesse público” (p.143).

²⁷ “A metodologia de análise de valência (MAV), também conhecida como *slant analysis*, *sentiment analysis* ou *opinion mining*, é utilizada internacionalmente em estudos de mídia em contextos eleitorais desde os anos 1950 para medir a valoração dos conteúdos da mídia em relação a um determinado objeto” (AZEVEDO, 2018).

Bastante próximos da linha que adotamos neste estudo estão, também, Araújo e Prior (2020), que analisaram as semelhanças e distinções dos enquadramentos adotados pela mídia brasileira e internacional sobre Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Com base na Teoria do Enquadramento, os pesquisadores buscaram entender os *frames* construídos acerca do presidente brasileiro nos editoriais dos brasileiros O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha S. Paulo, e nos jornais internacionais El País, The Guardian, Público, Le Monde, Liberation e The New York Times. A análise permitiu concluir que os jornais brasileiros operaram um tipo de normalização do extremismo de Bolsonaro ao compará-lo ao seu oponente, Fernando Haddad.

Inspirados nos diferentes estudos a que fizemos referência, delimitamos, adiante, com mais precisão, a estratégia analítica e as escolhas que fizemos para o estudo dos editoriais nesta dissertação.

5.2. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA ANÁLISE EMPÍRICA

Dada a quantidade de editoriais analisados na pesquisa e como forma de identificar os enquadramentos predominantes, o estudo recorre, primeiramente, a uma análise lexical, por meio da identificação de ocorrências e correlações de termos que permitem entender marcas semânticas recorrentes no universo de textos considerados. Nesta etapa, são analisadas somente termos pertencentes às classes gramaticais substantivo, adjetivo e verbos. Para isso, decidimos estudar os editoriais dividindo-os por ano e por veículo. Para processar os conjuntos de textos publicados em cada veículo ao longo de um ano, utilizamos o software de processamento de texto Iramuteq, que permite realizar análises lexicais com rigor estatístico. O Iramuteq é amplamente utilizado em várias áreas do conhecimento em diversos países (CAMARGO e JUSTO, 2013). O *software* é gratuito e associado à linguagem de programação R²⁸, oferecendo recursos técnicos para construção de indicadores sobre as estatísticas textuais dos materiais coletados. Desenvolvido por Pierre Ratinaud em 2009, o Iramuteq, lançado, originalmente, em francês, possui dicionários em inglês, italiano e, mais recentemente, em 2013, incorporou a língua portuguesa.

²⁸ A linguagem R é uma linguagem de programação amplamente utilizada em análise estatística e científica. Ela fornece uma ampla variedade de ferramentas e bibliotecas especializadas para manipulação, visualização e modelagem de dados. R é uma linguagem interpretada e de código aberto, o que permite aos usuários criar scripts e programas para realizar análises estatísticas complexas, criar gráficos, implementar algoritmos de aprendizado de máquina e muito mais CRAWLEY (2012).

Neste trabalho, utilizamos a análise multivariável por meio de um esquema denominado de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), uma metodologia proposta por Reinert (1990), para a análise lexical dos *corpora* textuais, compostos pelos editoriais publicados na FSP e no OESP. Na CHD, o algoritmo de classificação textual do software pesquisa e reduz os vocabulários com base em suas raízes (*lematização*), criando dicionários com formas reduzidas e identificando diferentes formas de conteúdo. A classificação dos segmentos textuais é feita com base na similaridade dos vocabulários, o que permite a identificação de classes de palavras semelhantes, o estabelecimento de conexões entre classes próximas, e o afastamento de vocabulários presentes em outras classes. Com isso, o pesquisador consegue, a partir de um conjunto considerável de textos, agregar os diferentes segmentos textuais em classes temáticas com vocabulários semelhantes e diferenciados, o que facilita o processo de descoberta e organização dos temas predominantes no vasto conjunto de materiais em análise.

Essa análise se baseia na proximidade lexical, considerando que palavras usadas em contextos semelhantes estarão associadas ao mesmo universo lexical, nas representações de sistemas criadas pelo software. Em síntese, o método de Classificação Hierárquica Descendente hierarquiza e organiza de modo descendente os principais termos dos textos, o que permite identificar padrões e estruturas em grandes conjuntos de dados textuais, classificando os textos em grupos ou classes com base na similaridade de seus conteúdos. O algoritmo do Iramuteq inicia com o agrupamento dos textos em categorias amplas e, em seguida, subdivide-as em subcategorias mais específicas, até que todos os textos sejam classificados.

Concluído o processamento do corpus no Iramuteq, o próximo passo para o escrutínio dos editoriais foi a identificação dos enquadramentos propriamente ditos, processo que fora facilitado pela etapa anterior, que nos permitiu ter uma visão de conjunto dos temas e marcas semânticas mais destacados no conjunto dos editoriais. Para esta etapa, dialogamos com o método proposto por Matthes e Kohring (2008), que se amparam no entendimento de Entman (1993) sobre os enquadramentos midiáticos. Ao adotar tal procedimento, buscamos ampliar o grau de confiabilidade e a validade dos achados da análise. Assim como propuseram os autores, a partir de Entman, verificaremos, portanto, a ocorrência de quatro elementos que compõem a estrutura de um *frame*: 1) definição de problema; 2) interpretação causal; 3) avaliação moral; 4) recomendação de solução. Tendo esses elementos entendidos como variáveis, cada um deles pode ter várias categorias, ou não.

Deste modo, é importante ressaltar que as categorias podem aparecer sozinhas, em conjunto ou não aparecer dentro dos enquadramentos, uma vez que sua existência é investigada dentro dos frames predominantes e destacados neste estudo.

Ao todo, um enquadramento consiste em vários elementos de quadro e cada elemento de enquadramento consiste em várias variáveis analíticas de conteúdo. Como dito acima, assumimos que algumas dessas diferentes variáveis se agrupam sistematicamente de uma maneira específica, formando assim um certo padrão que pode ser identificado em vários textos em uma amostra. **Esses padrões chamamos de enquadramento.** Em outras palavras, cada enquadramento é caracterizado por um padrão específico de variáveis (MATTHES e KOHRING, 2008, p. 264, *tradução e grifos nossos*).

É por essa razão que defendemos, neste estudo, que os enquadramentos devem ser estabelecidos somente após uma análise exploratória do *corpus*, com o objetivo de mapear os padrões semânticos no conteúdo, os quais permitirão a cristalização daquilo que entendemos, com a literatura aqui mobilizada, por enquadramentos. Assim concebidos, os quadros não são identificados de antemão, mas a partir da interpretação da análise de *clusters* que softwares de análise textual, como o Iramuteq, permitem. Não entendemos que a análise de enquadramento necessite, sempre, do auxílio de softwares de processamento de textos. No entanto, em função do tamanho do corpus, estamos certos de que técnicas de automação podem contribuir fortemente para uma primeira aproximação da pesquisadora de seu objeto de estudo, cabendo a devida validação e aprofundamento da análise com a combinação de outros métodos, tal como propomos neste estudo. Conforme Mont'Alverne (2018), estratégias desta natureza “colaboram para esclarecer eventuais dúvidas do processo de codificação, já que tornou possível observar as afinidades entre os editoriais a partir de uma análise léxica” (p.422).

Por último, apresentamos a codificação que construímos nesta fase da estratégia metodológica — a matriz de códigos da investigação —, para a identificação e a análise dos enquadramentos dos editoriais sobre meio ambiente durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro, nos dois jornais brasileiros. Como já discutido, o enquadramento refere-se à maneira como a mídia apresenta e estrutura um determinado problema, influenciando a percepção pública e a compreensão dessas questões. Utilizamos, assim, o entendimento de Entman (1993), para quem “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um contexto de comunicação, de modo a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (p.52, tradução nossa).

Desta definição de Entman — e inspirados pela proposta de Matthes e Kohring (2008) — definimos quatro variáveis de análise: 1) definição de um problema, 2) interpretação causal, 3) avaliação moral e 4) recomendação de solução. Para cada variável, cujas definições estão dispostas no Quadro 3, foram definidas diferentes categorias, extraídas de uma leitura sistemática do corpus, aprofundada a partir da primeira etapa da análise.

Quadro 3: Variáveis a serem identificadas nos editoriais e suas descrições

Variável	Descrição
Definição de problema	Referem-se às questões relacionadas ao meio ambiente que são apresentadas nos editoriais como desafios, ameaças ou preocupações.
Interpretação causal	São os fatores ou agentes (atores) atribuídos aos problemas ambientais mencionados nos editoriais.
Avaliação moral	Diz respeito à maneira como os problemas e suas causas são avaliados; faz julgamentos morais, avaliando os próprios agentes e os efeitos de suas atitudes.
Recomendação de tratamento	São as ações ou políticas sugeridas nos editoriais para lidar com os problemas ambientais e suas causas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do entendimento de Entman (1993) da definição de *frame*.

Já a matriz de codificação da análise, com a sistematização das categorias está descrita no Quadro 4, com o objetivo de fornecer diretrizes mais claras e consistentes para a análise dos editoriais. Destaque-se, ainda, que, diferentemente de abordagens analíticas como as da linguística, que, normalmente, têm, como unidade de análise, o parágrafo, nesta pesquisa, adotamos o editorial completo como unidade de análise. Para fins quantificação das variáveis, conforme apresentaremos no capítulo seguinte, assumimos, previamente, que, em cada variável, até três categorias poderiam ser assinaladas, considerando, portanto, as mais recorrentes, de cada editorial.

No próximo capítulo, apresentamos e discutimos os principais dados obtidos por meio da estratégia metodológica aqui delineada.

Quadro 4: Matriz de Codificação dos Enquadramentos da Cobertura Editorial de Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Problemas	Causas	Julgamento Moral	Solução
Mudanças climáticas	Crimes ambientais	Má gestão deliberada	Ações para reduzir as emissões
Imagem do Brasil perante comunidade internacional	Tom ideológico na abordagem	Incompetência e despreparo	Exploração sustentável dos recursos naturais
Implicações econômicas	Participação militar	Falta de conhecimento	Lidar com as questões ambientais ou reprimir crimes
Implicações sociais	Enfraquecimento de conselhos e órgãos ambientais	Falseamento de denúncias e acusações	Melhorar atuação governamental
Desmatamento, queimadas e incêndios	Corrupção	Falta de seriedade	Cumprir acordos globais
Implicações para o agronegócio	Donald Trump		Preservação de biomas
Ataques a direitos indígenas	Jair Bolsonaro		Melhorar a imagem do Brasil Internacionalmente
Ataques à imprensa, ciência, órgãos de monitoramento e proteção ambiental	Postura de pária internacional		
Destruição dos biomas	Ricardo Salles		
Negacionismo	Hamilton Mourão		
Regularização fundiária	Joe Biden		
	Interesses estrangeiros protecionistas		
	Emissão de carbono		

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tal como explicamos antes, neste capítulo, apresentamos a análise empírica, com a discussão dos dados obtidos pela estratégia metodológica desta dissertação. A apresentação dos dados e a análise está dividida por veículo — O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo — e segue a ordem das duas etapas da nossa estratégia para o estudo dos editoriais: a análise textual — dos clusters ou classes — que permite fazer uma primeira aproximação do corpus, com a identificação das marcas semânticas no conjunto dos textos, divididos pelos três anos considerados — 2020, 2021 e 2022 — seguida da análise dos enquadramentos, de acordo com variáveis e categorias inspiradas em Entman (1993). Ao final, realiza-se uma comparação da cobertura editorial de ambos os veículos sobre a política ambiental do governo Bolsonaro.

6.1. ANÁLISE DE *CLUSTERS* OU CLASSES DOS EDITORIAIS DE OESP

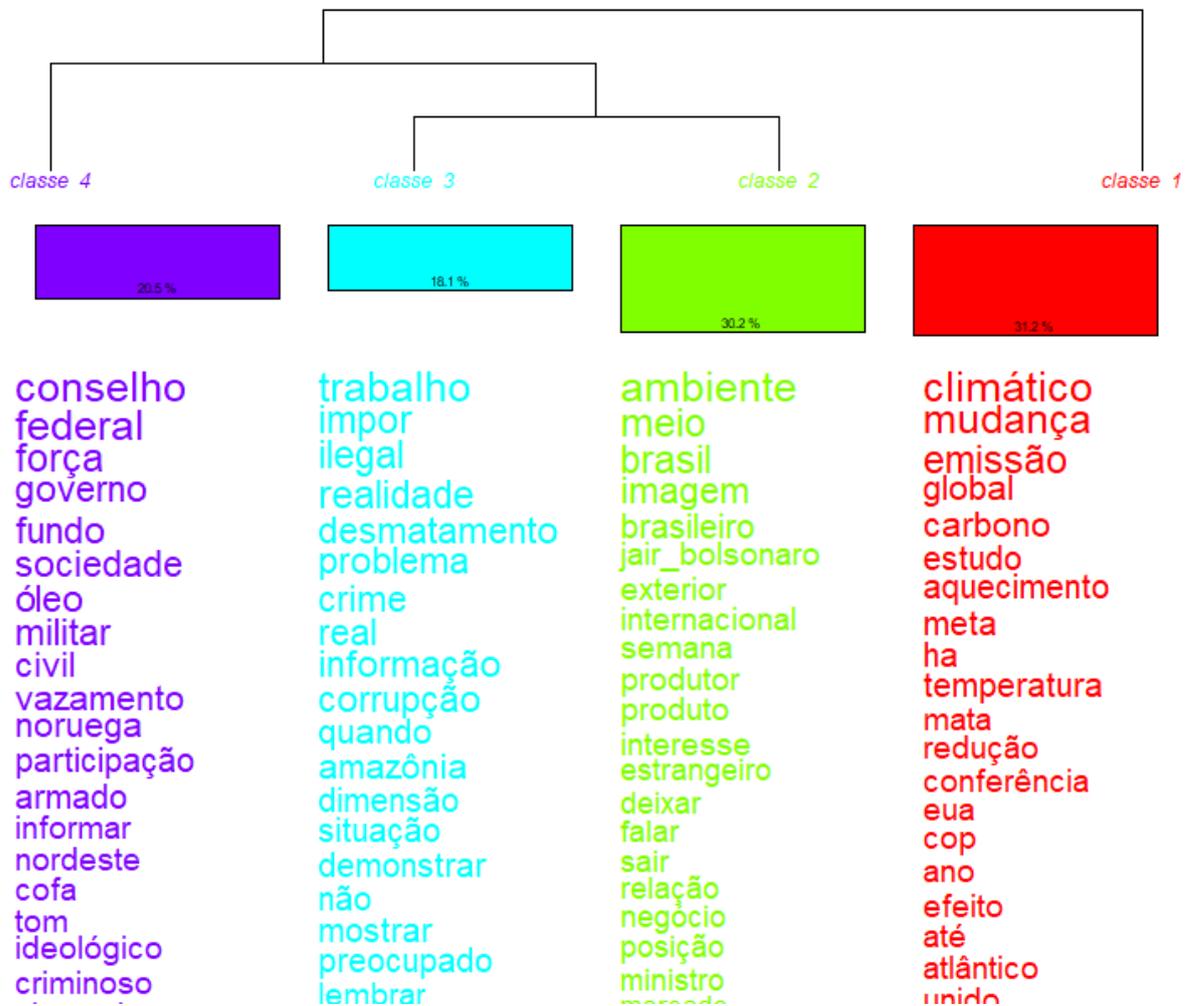
Neste tópico, desenvolvemos a Análise de *Clusters* dos editoriais publicados pelo jornal OESP, no período de 2019 a 2021, por meio de uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Com o objetivo de capturar as nuances específicas de cada ano, optamos por dividir esta primeira etapa da análise em três partes distintas. Utilizamos o Iramuteq para gerar três dendrogramas²⁹, os quais serão discutidos em detalhes. Em seguida, apresentaremos interpretações para as classes identificadas pelo *software*, oferecendo insights importantes sobre os padrões e tendências semânticas presentes nos editoriais. Esclarecemos que a CHD não apenas associa as marcas semânticas mais próximas no conjunto dos editoriais, formando classes, como também aproxima as classes mais próximas umas das outras. Ao longo da apresentação das classes, vamos respeitar, portanto, a ordem de proximidade semântica estabelecida pelo Iramuteq.

Com base nas classes identificadas na CHD dos editoriais d'OESP, publicados em 2019, é possível realizar uma série de interferências sobre os assuntos mais relevantes no domínio do meio ambiente sob o governo Bolsonaro, conforme o editorialista (Figura 2). A Classe 1, com 31,2% de representatividade, está centrada nas mudanças climáticas globais, emissões de

²⁹ Um dendrograma é uma representação gráfica de um agrupamento hierárquico de dados. É uma estrutura de árvore que mostra como os objetos ou variáveis estão agrupados com base em suas similaridades ou distâncias. Os termos que estão mais próximos uns dos outros no dendrograma são considerados mais semelhantes, enquanto aqueles que estão distantes são mais diferentes entre si.

carbono, metas de redução e conferências internacionais. Isso indica uma atenção significativa do editorialista à crise climática, no primeiro ano do governo, com ênfase nas implicações das mudanças climáticas, nas ações necessárias para reduzir as emissões e no papel do Brasil e da comunidade internacional nesse contexto.

Figura 2 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por OESP em 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir do IRAMUTEQ.

A Classe 2, com 30,2% de representatividade, associa “meio ambiente”, “Brasil”, “imagem internacional” e “relações exteriores”. Assim, a classe foca nos aspectos relacionados à má política ambiental brasileira, à percepção ruim do país no cenário global e às relações diplomáticas que envolvem o meio ambiente, naquela altura já perceptíveis. Como veremos ao longo desta análise, a imagem negativa do país transmitida pelo governo Bolsonaro é motivo de preocupação recorrente entre os editorialistas d’OESP. Na mesma classe, os editoriais discutiram temas como a proteção ambiental, a exploração sustentável dos recursos naturais e

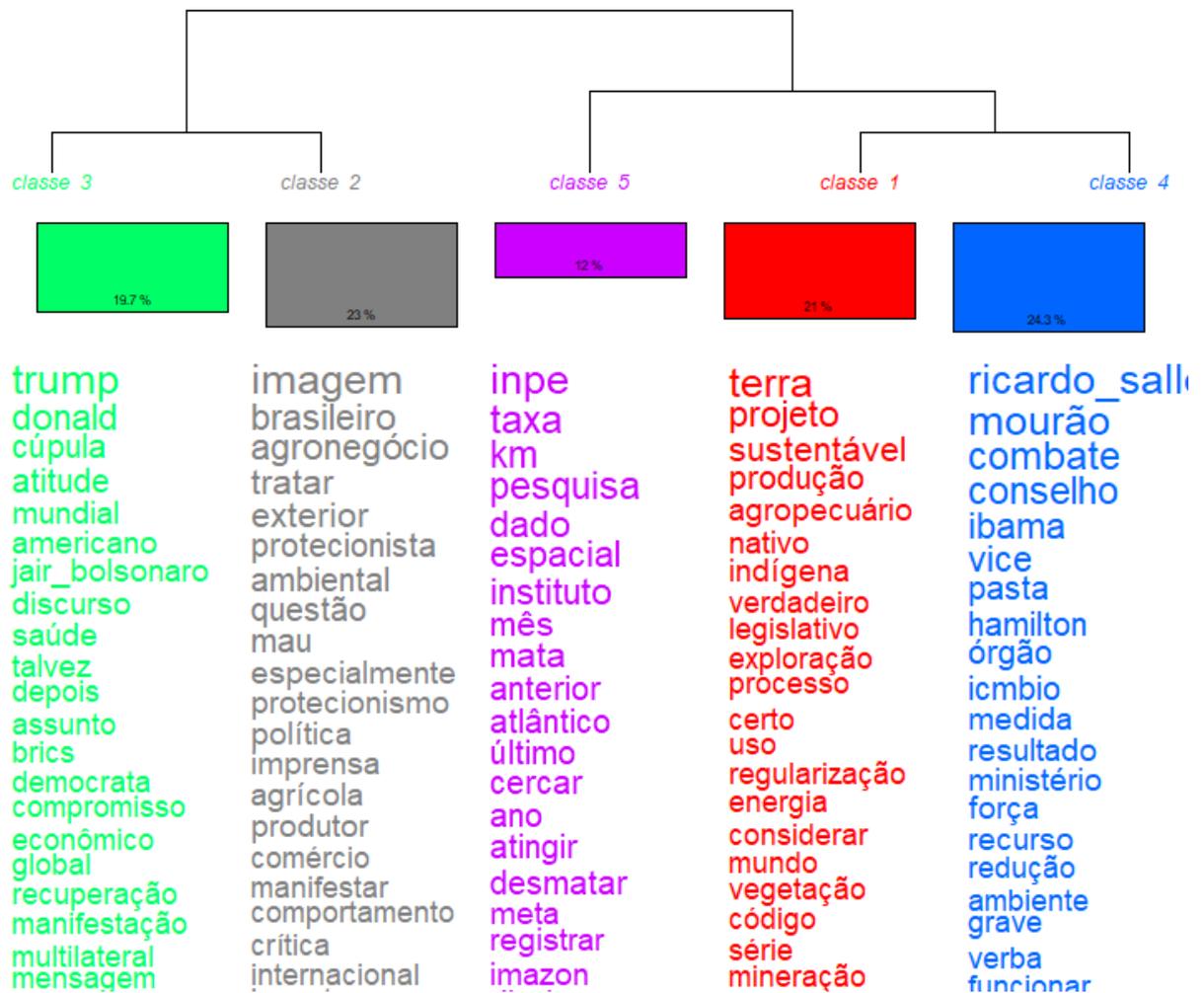
as implicações econômicas e sociais de tais políticas negligenciadas, à época, no país de uma maneira mais geral.

A Classe 3, com 18,1% de representatividade, aborda outros pontos críticos que orbitam o tema ambiental: “trabalho ilegal”, “desmatamento” e “corrupção”. Evidencia-se uma forte preocupação com crimes ambientais, ações ilegais e com a má gestão governamental no contexto das políticas de meio ambiente, especialmente no contexto amazônico, alvo de atenção constante dos órgãos internacionais de governança. Os editoriais analisam, nesta classe, os impactos socioambientais do desmatamento, a importância de combater a corrupção nesse setor e uma necessidade mais ampla de conscientização sobre essas questões.

Já a Classe 4, com 20,5% de representatividade, reúne palavras associadas a “conselhos”, “forças governamentais”, “militares”, “crimes” e “ideologias”. A proximidade dos termos indica que, do conjunto de editoriais processados em 2019, há uma abordagem acerca de diversos pontos críticos que impactam as políticas públicas e ações sobre o meio ambiente, particularmente pela falta de ação do governo e pelo crescimento dos crimes nas regiões protegidas, em parte estimulados por discursos e posições ideológicas. De fato, o editorialista explora, nesta classe, debates sobre tom ideológico do governo sobre o meio ambiente, o que implica a participação militar em questões ambientais e o enfraquecimento deliberado de conselhos e instituições importantes para formulação de políticas de conservação. O realce à questão ganha destaque, entre outras razões, pela extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) pelo Ministério do Meio Ambiente comandado por Ricardo Salles. Entre as ações para o enfraquecimento da preservação esteve a suspensão justamente do Fundo Amazônico, que recebe recursos de países estrangeiros, como Alemanha e Noruega, interessados em colaborar para investimentos em projetos de proteção do bioma.

Passando ao dendrograma dos editoriais veiculados pelo OESP em 2020, observamos a formação de 5 classes, com temas próximos aos do ano anterior. As classes 3 e 2 se aproximam, conforme mostra a Figura 3. Na classe 3, com 19,7% de representatividade em relação ao conjunto, surgem termos como "Trump", "Donald", "Cúpula", "Atitude", "Mundial" e "Jair Bolsonaro". Também vemos palavras-chave relacionadas à saúde, ao discurso, ao compromisso econômico e à recuperação global. Nesta classe, são abordados eventos e posicionamentos políticos internacionais, com ênfase nos impactos das políticas e atitudes de líderes da extrema-direita como Donald Trump e Jair Bolsonaro no contexto ambiental, chamando a atenção, ainda, para as mensagens deixadas por ambos em cúpulas, diante de compromissos globais de preservação dos ecossistemas.

Figura 3 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por OESP em 2020



Fonte: Elaboração própria a partir do IRAMUTEQ

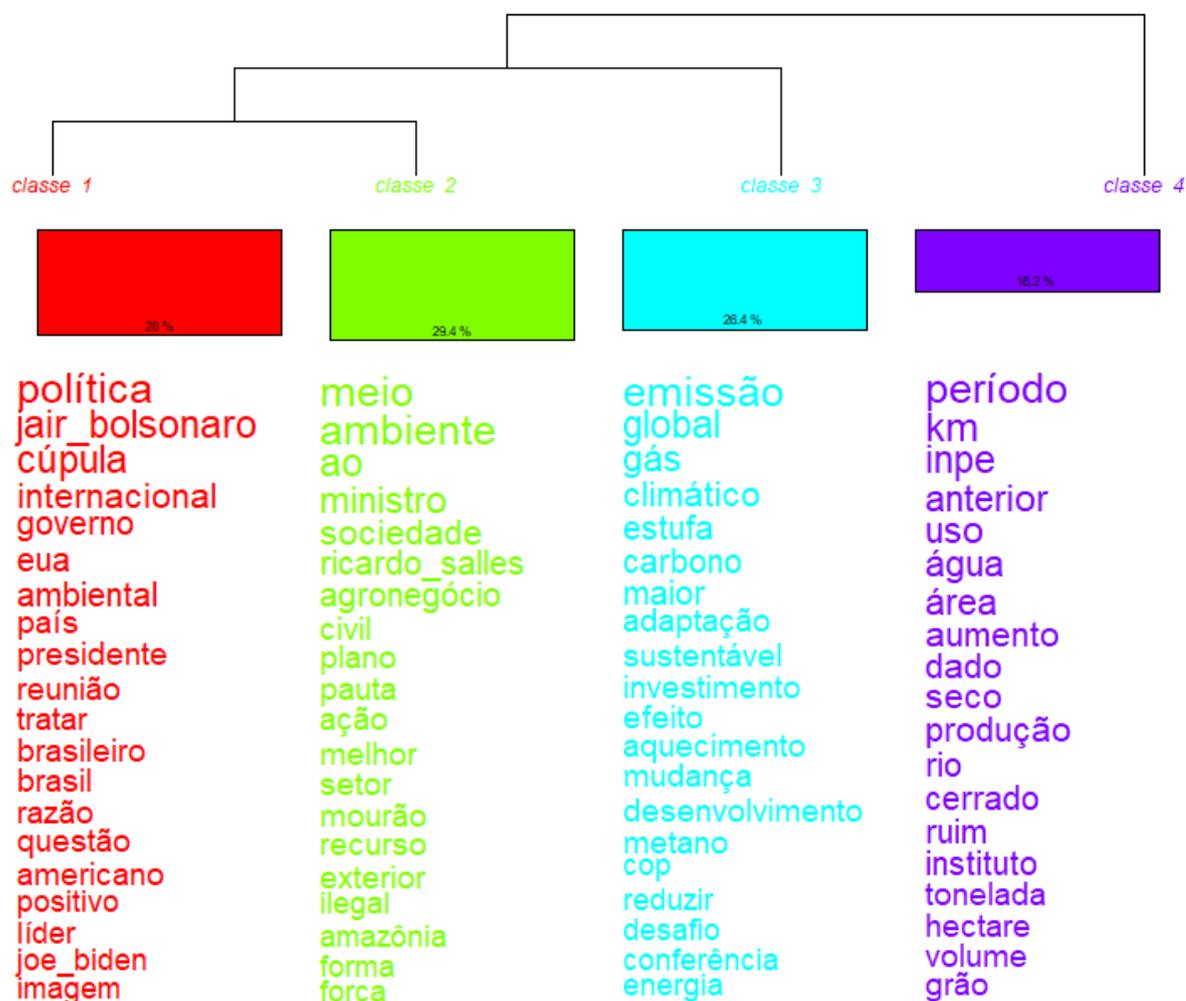
Em sentido semelhante, a Classe 2 (23%) reúne editoriais que destacam um aspecto recorrente nos textos: a preocupação com os negócios da agropecuária brasileira em função da imagem do Brasil no exterior. É o que demonstra a prevalência de termos como “imagem”, “brasileiro”, “agronegócio”, “tratar”, “exterior” e “protecionismo”, além de palavras-chave relacionadas à política e ao comércio internacionais. Os editoriais desta classe discutem a influência do agronegócio brasileiro na economia e nas políticas ambientais, e de que maneira uma imagem ruim do país diante da comunidade internacional poderia prejudicar o setor. Já a classe 5 (12%), destaca termos como “Inpe”, “taxa”, “km”, “dado”, “mata atlântica” e “desmatar”. Também inclui palavras-chave relacionadas a dados e medições ambientais. Aqui, os editoriais tratam de aspectos técnicos e quantitativos do meio ambiente, como o monitoramento de desmatamento e a divulgação de dados pelo Inpe, órgão cuja atuação foi alvo de ataques diversos de Jair Bolsonaro, que chegou a demitir o seu presidente por discordar os

dados que apontavam para o aumento do desmatamento. Assim, os editoriais discutiram as taxas de desmatamento, com especial enfoque nos impactos na Mata Atlântica.

Também próximas semanticamente, as classes 1 e 4 introduzem tópicos que remetem a outras personagens e dilemas nacionais na questão ambiental, como a questão indígena. A Classe 1 (21% de representatividade) aproxima termos como “terra”, “projeto”, “sustentável”, “produção”, “agropecuário” e “indígena”. Também inclui palavras-chave relacionadas a “legislação”, “exploração”, “energia” e “mineração”. Discute-se a importância da sustentabilidade na produção agrícola, a preservação de terras indígenas, as regulamentações ambientais e o equilíbrio entre a exploração de recursos naturais e a conservação ambiental. Os argumentos dos editorialistas afirmam de forma recorrente que o grande agronegócio brasileiro é responsável e comprometido com as causas ambientais, o que acaba sendo prejudicado, na visão dos editoriais, por certas figuras do governo, como o ministro da Agricultura. É o que mostra a Classe 4 (24,5%) ao associar termos como “Ricardo Salles”, “Hamilton Mourão”, “combate”, “conselho”, “Ibama” e “ministério”. Nesta classe, os editoriais discutem como a atuação de figuras como Salles e Mourão, o papel de órgãos como o Ibama, e as medidas tomadas para o combate e a redução de problemas ambientais.

Já os editoriais publicados em 2021, último ano do nosso período de análise, são agrupados em outras quatro classes, como mostra a Figura 4. Os padrões semânticos dão origem a tópicos muito semelhantes aos dos anos anteriores. Nas classes 1 e 2, que estão mais próximas, trata-se, novamente, da imagem do Brasil e dos impactos negativos eventuais daí decorrentes sobre o agronegócio nacional. Com 28% de representatividade, a classe 1 aproxima termos como “política”, “Jair Bolsonaro”, “cúpula”, “internacional”, “governo”, “EUA” e “presidente”, além de palavras-chave relacionadas à imagem do Brasil no exterior. Sugere-se uma discussão na política e nas relações internacionais no contexto ambiental, tendo em vista as atitudes e os posicionamentos controversos de Bolsonaro em cúpulas internacionais. Em linha com abordagens já identificadas, a Classe 2 (29,4%) destaca e associa "meio ambiente", "ministro", "sociedade", "Ricardo Salles", "agronegócio" e "Amazônia". Também inclui palavras-chave relacionadas a questões sociais e políticas internas. A classe foca no papel negativo do ministro Ricardo Salles sobre o agronegócio e a proteção da Amazônia.

Figura 4 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por OESP em 2021



Fonte: Elaboração própria a partir do IRAMUTEQ

Na classe 3 (26,4%), a ênfase recai sobre “emissão”, “global”, “gás”, “climático”, “carbono” e “mudança”. Incluem-se, também, palavras-chave ligadas ao investimento e desenvolvimento sustentável. Neste grupo, os editorialistas abordam as questões centrais das mudanças climáticas e seus efeitos globais, incluindo a redução de emissões de gases de efeito estufa, a adaptação às mudanças climáticas e os desafios discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), retomando tópicos que foram bastante discutidos em 2019. Assim, os textos discutiram políticas de redução de emissões, iniciativas de energia sustentável e a importância do investimento nessa área em face dos tímidos números nacionais. Por último, a classe 4 (16,2%) apresenta uma associação que permite antever, em 2021, a retomada de tópicos presentes nos três anos aqui compreendidos: associam-se “período”, “km”, “Inpe”, “área”, “aumento” e “produção”. A classe abordou o monitoramento de áreas de produção agrícola e uso de recursos naturais. Um dos aspectos principais foi a discussão sobre a área desmatada, a produção de alimentos e os impactos ambientais.

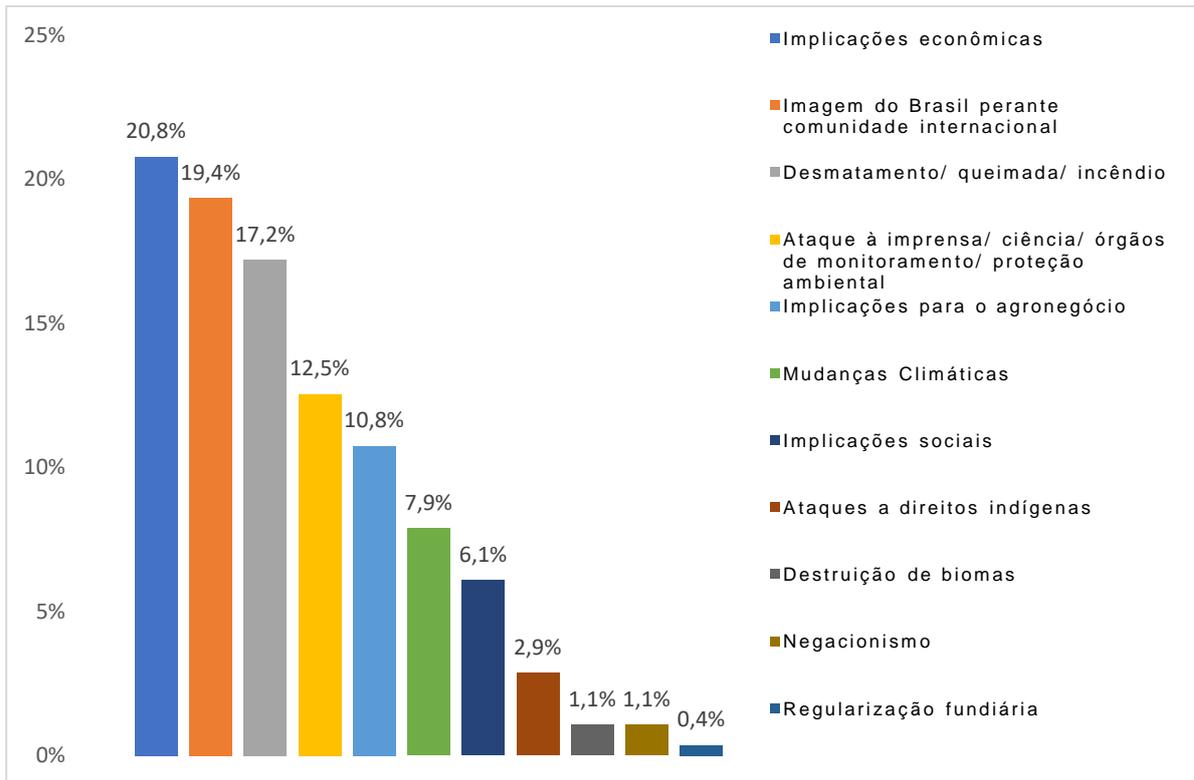
A interpretação preliminar dos editoriais com base na análise textual com o Iramuteq permitiu verificar, até aqui, que os editoriais de OESP sobre meio ambiente durante o governo Bolsonaro abordaram uma variedade de temas, desde tópicos sobre política e relações internacionais, até questões sociais mais abrangentes, como as mudanças climáticas e os aspectos quantitativos do meio ambiente. Os editorialistas deram ênfase negativa à postura do governo brasileiro em fóruns internacionais, sobre a proteção da Amazônia e cobraram medidas de redução de emissões e o uso sustentável de recursos. Com base nesses dados, passemos, agora, à análise mais detida dos enquadramentos principais propostos pelo jornal.

6.2. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS EDITORIAIS DE OESP

A seguir, fornecemos dados detalhados sobre a frequência de cada variável de análise de enquadramento, construídas para este trabalho, para análise dos editoriais d'OESP. Neste nível de análise, temos a oportunidade de esmiuçar, em mais detalhes, pistas empíricas deixadas pelo primeiro nível da nossa análise. Recorde-se que, inspirados em Entman (1993), as variáveis com as quais trabalhamos são: (i) definição de problema, (ii) interpretação causal, (iii) avaliação moral, e (iv) recomendação de tratamento. A seguir, apresentamos gráficos com a quantificação das ocorrências de cada categoria, para cada variável e, posteriormente, discutimos a forma como as categorias são apresentadas nos textos, com a devida contextualização e discussão.

O Gráfico 2 apresenta as métricas de ocorrências das categorias da variável 'Definição de Problema' no conjunto dos editoriais do jornal OESP. O problema com maior destaque é o das "implicações econômicas", abordado em 58 ocasiões, o que representa, aproximadamente, 20.8% das ocorrências analisadas. Essa categoria surge principalmente associado com a preocupação que os editorialistas demonstram em relação à "imagem do Brasil perante a comunidade internacional", categoria que foi identificada 54 vezes, correspondendo a cerca de 19.4%. Como exemplo, no editorial "Recuo importante", de janeiro de 2019, o editorialista destaca os riscos de uma ameaça feita por Bolsonaro ainda durante a campanha à Presidência. "Além de representar uma inexplicável indiferença com o meio ambiente, a saída do Brasil do Acordo de Paris³⁰ traria graves e imediatos danos econômicos e políticos ao País".

³⁰ O Acordo de Paris é um tratado internacional adotado em 2015 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21). Seu objetivo é combater as mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura global a menos de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento a 1,5 graus Celsius.

Gráfico 2 – Ocorrência da variável Definição de Problema em OESP

Fonte: Elaborado pela autora.

Os danos políticos e econômicos ao país protagonizados pela gestão Bolsonaro são amplamente discutidos nos editoriais de OESP. Nesse sentido, ainda na variável “Definição de Problema”, ganha destaque, igualmente, a categoria “implicações para o agronegócio”, com 30 menções, aproximadamente 10,8% do total de ocorrências. As implicações econômicas mencionadas são recorrentemente associadas ao setor, que é tido pelos editorialistas como responsável e comprometido com a pauta ambiental. O agronegócio, seria, portanto, a “vítima” que ganha mais destaque nos textos. Publicado em 30 de setembro de 2019, o editorial “O ‘custo Jair Bolsonaro’”, deixa claro esse enquadramento. O editorialista afirma que o presidente optou por hostilizar os críticos em vez de esclarecer a situação da devastação da Amazônia, resultando em prejuízos para o agronegócio, um setor identificado como crucial para a economia brasileira.

O ‘custo Jair Bolsonaro’ é o resultado da desastrosa política externa do presidente Jair Bolsonaro. O mau jeito do governo para lidar com as críticas internacionais às queimadas e ao desmatamento na Amazônia está gerando enorme prejuízo para a reputação do País. O presidente escolheu hostilizar os críticos em lugar de investir no esclarecimento. Preferiu colocar tudo em termos ideológicos, terreno em que não existe possibilidade de entendimento. Tal comportamento pode ser útil para manter eletrizada a militância nas redes sociais, mas tem sido ruim para o agronegócio, que disputa um mercado competitivo e depende da manutenção da boa imagem dos produtores para fazer bons negócios (O Estado de S. Paulo, 2019).

No mesmo sentido, em “Do plantio ao risco diplomático”, de 11 de outubro de 2019, o editorialista argumenta que o agronegócio brasileiro estava enfrentando riscos devido a pressões internacionais contra a importação de produtos do país, relacionadas ao protecionismo agrícola e preocupações ambientais. A postura do presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros em relação a essas questões estariam prejudicando imagem do Brasil no mercado internacional.

Há pressões no exterior contra a importação de produtos do agronegócio brasileiro, como carnes, couro e soja. Além de grupos ambientalistas, grupos industriais, comerciais e de investimento têm ameaçado bloquear compras de produtos do Brasil por causa das queimadas na Amazônia e – sobretudo – das palavras e atitudes do presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros (O Estado de S. Paulo, 2019).

Desse modo, chama atenção que o problema "implicações sociais" seja mencionado em menor frequência, com apenas 17 menções (cerca de 6.1%). Esse dado ressalta que, por exemplo, o foco de OESP em calcular o "custo Bolsonaro" está mais relacionado ao impacto econômico das falas e atitudes do presidente em relação ao meio ambiente do que ao impacto dessas questões na vida cotidiana dos cidadãos comuns, especialmente os mais pobres. Conforme abordado no Capítulo 2, é importante destacar que os mais pobres são os mais afetados pela destruição do meio ambiente. No entanto, essas implicações sociais receberam menor atenção dos editorialistas. Por vezes, quando o jornal se dedica a debater impactos sociais, o faz de maneira desvirtuada. Em “Mais uma última chance”, de 13 de novembro de 2021, destaca a necessidade de um debate franco sobre “o ônus social de políticas ambientais”. O texto menciona que um dos maiores desafios das políticas climáticas é maximizar a redução das emissões de carbono, minimizando o custo social envolvido. “Hoje, é impossível cortar combustíveis fósseis sem encarecer a energia. As pessoas estão dispostas a pagar a descarbonização da economia com menos crescimento. Mas quanto?”, destaca o jornal.

Já a categoria “desmatamento/queimadas/incêndios” aparece em terceiro lugar na variável de definição do problema, com 48 ocorrências, representando 17.2% do total. Um exemplo deste problema é apresentado no editorial “A realidade do desmatamento”, de 21 de novembro de 2019. Neste editorial, o jornal aponta que o desmatamento na Amazônia aumentou significativamente, exigindo ação imediata do governo de Jair Bolsonaro. Conforme a argumentação, seria crucial que a presidência parasse de estimular o desrespeito às normas ambientais e adotasse medidas efetivas contra o desmatamento ilegal. Afirma o jornal:

O maior problema da Amazônia é o desmatamento ilegal. Segundo o Deter, sistema de monitoramento em tempo real do Inpe, 40% do que foi desmatado na região no primeiro semestre deste ano estava em áreas públicas. Essas terras são de responsabilidade da União e dos Estados e dependem de forte fiscalização para não serem dilapidadas por grileiros, que prejudicam o agronegócio, aterrorizam moradores, corrompem autoridades, usam trabalho

escravo e se envolvem em narcotráfico e tráfico de armas. (O Estado de S. Paulo, 2019).

O problema “ataques à imprensa, ciência, órgãos de monitoramento e proteção ambiental”, foi identificado 35 vezes (12.5%). Em “No País das maravilhas”, de 20 de novembro de 2020, OESP destaca os numerosos inimigos eleitos por Bolsonaro, criados, de acordo com o editorialista, em um mundo de fantasia do presidente que rejeita sua responsabilidade pelos problemas e inventa realizações fictícias. Como discutimos antes, trata-se de algo comum às lideranças autoritárias o procedimento de adotar uma realidade alternativa, baseada em falsas questões, nas quais elegem grupos e pessoas como inimigas a serem combatidas ou que funcionem como bodes expiatórios perante os seus eleitores.

Também no Brasil de Jair Bolsonaro, não há devastação da Amazônia e do Pantanal e nunca se protegeu tanto o meio ambiente como em seu governo. Todas as críticas de governos estrangeiros e da imprensa a respeito do inegável avanço do desmatamento, diz o presidente, são fruto de uma campanha internacional destinada a manchar a imagem do País e prejudicar sua economia. (O Estado de S. Paulo, 2020).

Outro problema identificado como relevante é “mudanças climáticas”, com 22 menções (7.9%). A categoria aparece sobretudo em editoriais do primeiro ano de mandato de Bolsonaro. Em “Passos para o Acordo de Paris”, de 09 de janeiro de 2019, o editorialista argumenta que é essencial que o Brasil faça parte do esforço global para combater o aquecimento global, pois o acordo traz oportunidades importantes para o país. “O ‘livro de regras’ descreve a forma como os países devem medir as emissões de gases com efeito estufa e como devem reportá-las ao resto do mundo. Também obriga cada país a revelar o que está fazendo para reduzir as emissões”, descreve o texto. O jornal também fez críticas ao desinvestimento em pesquisas brasileiras que tratavam do tema.

O investimento em saneamento, de fato urgentíssimo, não justifica o abandono das políticas destinadas a enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Há dias, o governo anunciou o contingenciamento de nada menos que 96% das verbas destinadas a projetos que incluem, por exemplo, a recuperação de áreas de encostas afetadas por chuvas e uma ampla pesquisa para diagnosticar as condições do País para enfrentar enchentes e outros desastres ambientais. Restaram apenas R\$ 500 mil para essas e outras iniciativas. É óbvio que esse montante inviabiliza completamente o trabalho (O Estado de S. Paulo, 2019).

Em menor proporção, está a categoria “ataques a direitos indígenas” identificada como problema 8 vezes (cerca de 2.9%). Ao longo da análise, foi possível perceber que, apesar de se opor à maneira como Jair Bolsonaro se expressa e à maior parte de suas decisões, os editoriais de OESP também foram espaço de endosso a declarações feitas pelo ex-presidente e por seus aliados em relação à questão indígena na sua relação com o meio ambiente, com a reprodução,

em algumas situações, de perspectivas estereotipadas sobre os povos originários. Em “O joio e o trigo nas terras indígenas”, publicado em 15 de fevereiro de 2020, o jornal argumenta a favor do projeto que tentou regulamentar a mineração e produção de petróleo em terras indígenas, apontando que o estorvo ao debate seria a “truculência ideológica” de Bolsonaro.

As comunidades edênicas nas quais essas pessoas vivem caçando e coletando em harmonia com a natureza praticamente só existem nas cabeças urbanas inebriadas por certa síndrome do bom selvagem. A maioria dos índios deseja – e em alguma medida consegue – cultivar suas terras, pastorear rebanhos, extrair riquezas, ganhar dinheiro, desfrutar de celulares, da rede digital e outros confortos modernos. (O Estado de S. Paulo, 2020).

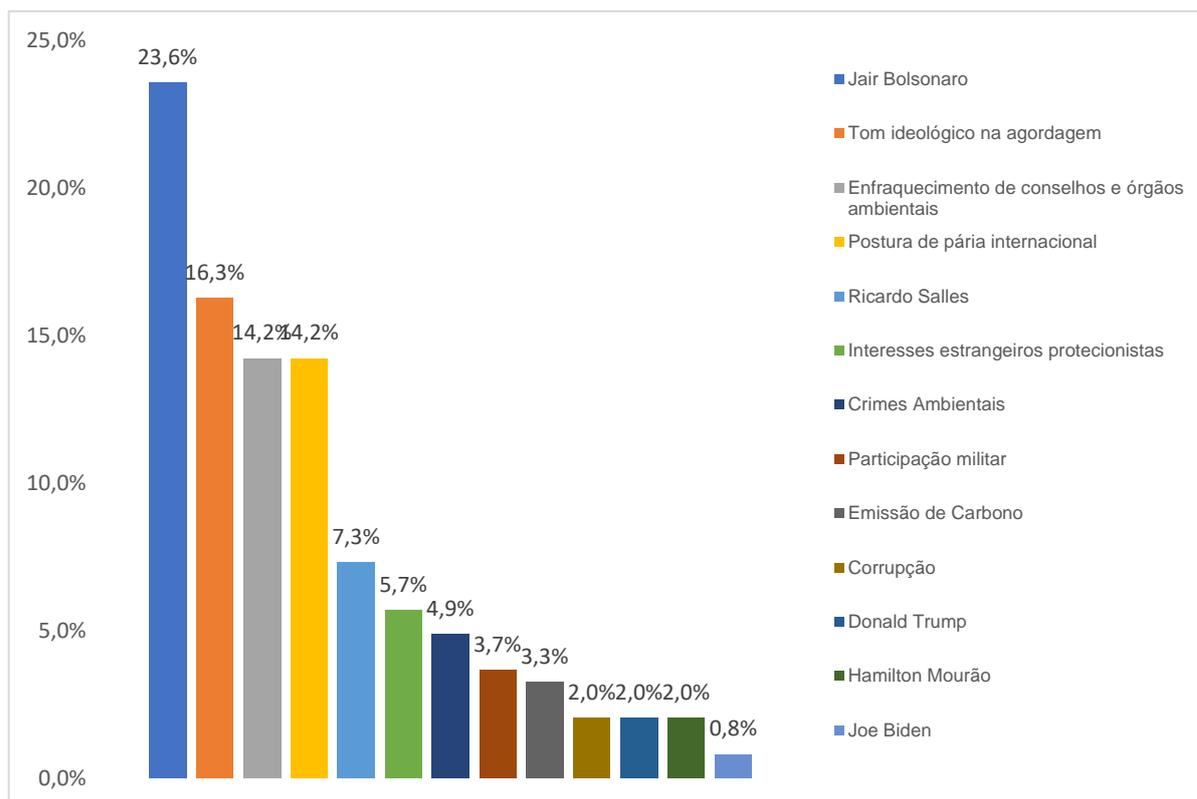
Em diversas ocasiões, Bolsonaro declarou que os indígenas queriam conviver com a “civilização”, como expressou em live de 24 de janeiro em suas redes sociais. “O índio mudou, tá evol... Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena”³¹, disse. Como no editorial acima, o jornal não discutiu os riscos que a prática de mineração traria às comunidades, nem mencionou o posicionamento contrário de relevantes entidades de proteção aos direitos indígenas, como a Apib, que apontou problemas da proposta e sua inconstitucionalidade.

As categorias que ganham menos espaço como problemas da pauta ambiental, na cobertura editorial de OESP, são “destruição dos biomas” e o “negacionismo”, cada qual com 3 menções (aproximadamente 1.1%). Por fim, a “regularização fundiária” é mencionada apenas uma vez (aproximadamente 0.4%).

Identificados os problemas, passamos à variável “interpretação causal”, que analisa as causas apontadas pelo jornal para as questões identificadas como problemáticas. Como mostra o Gráfico 3, o próprio “Jair Bolsonaro” é apontado como a categoria mais frequente, aparecendo em 58 ocasiões, o que representa cerca de 23.6% das ocorrências analisadas. O ex-presidente de fato ganha destaque no debate proposto pelo jornal. Como veremos na variável “Avaliação moral”, Bolsonaro é amplamente descrito como irresponsável e despreparado, e os editoriais destacam as implicações negativas de sua postura tanto no âmbito nacional quanto internacional. No entanto, ao analisar o início do mandato, nota-se que o jornal aborda Bolsonaro de forma mais suave, como se fosse difícil prever os retrocessos que ocorreriam, apesar da sua clara postura antiambiental desde a campanha eleitoral.

Gráfico 3 – Ocorrência da variável Interpretação Causal em OESP

³¹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>> Acesso em 15 de jul de 2023.



Fonte: Elaborado pela autora

Em “Jair Bolsonaro e o meio ambiente”, de 3 de julho de 2019, o editorialista argumenta que talvez falte conhecimento sobre a pauta ambiental e que o presidente precisa tratar o assunto de maneira a evitar opiniões pessoais no debate. Apesar disso, destaca ser positivo o fato de o presidente demonstrar preocupação com a defesa dos interesses do país. O jornal pondera:

É louvável que o presidente esteja tão preocupado com a defesa dos interesses do País. Se é um sentimento genuíno, e nada sugere que não seja, que Jair Bolsonaro trate do meio ambiente com mais seriedade, não por convicção pessoal, mas em favor dos interesses nacionais (O Estado de S. Paulo, 2019).

O "tom ideológico na abordagem", com 40 ocorrências (16.3%) é a segunda causa mais recorrente. Foi a causa identificada pelo jornal para diversos problemas sobre a pauta ambiental. Os editorialistas atribuíram a má imagem do Brasil perante a comunidade internacional ao aumento dos índices de destruição ambiental e aos ataques à imprensa e à ciência. Em “A batalha contra a realidade”, de 27 de julho de 2019, o editorial argumenta que, como presidente, Jair Bolsonaro deve se ater aos problemas reais e dar-lhes soluções.

Já é sabido que o presidente Jair Bolsonaro não nutre especial apreço por dados estatísticos e científicos quando estes contrariam as suas próprias crenças, seja qual for o assunto. O problema é que os fatos se impõem por si mesmos e, ao fim e ao cabo, a desmoralização recai sobre aqueles que os negam (O Estado de S. Paulo, 2019).

Já no editorial “Matando o mensageiro”, de 05 de agosto de 2019, o jornal redobra a sua crítica: “Segundo essa ideologia, as preocupações com o meio ambiente e os alertas sobre o

aquecimento global são exagerados, frutos de uma conspiração internacional ‘marxista’ de ONGs e governos esquerdistas para impedir o desenvolvimento do Brasil”.

A terceira categoria mais presente como causa foi o “enfraquecimento de conselhos e órgãos ambientais” (em 35 vezes, 14.2%). A situação de enfraquecimento da atuação de órgãos como Ibama e ICMBio ganha destaque em editoriais como “Indiferença com o futuro do país”, de 12 de junho de 2021, que descreve como uma mudança burocrática causou um impacto na efetividade da fiscalização ambiental.

Em abril, por exemplo, uma instrução normativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente, Ibama e ICMBio passou a exigir autorização de um superior do agente de fiscalização para a aplicação de multa. Sem constar do sistema de consolidação das multas, a nova instância de avaliação dos processos levou à paralisação das emissões de multas do Ibama e do ICMBio. (O Estado de S: Paulo, 2021).

A atribuição causal à “postura de pária internacional” também foi identificada 35 vezes, com 14.2% das ocorrências. Essa categoria é mencionada não apenas em relação a Bolsonaro, mas especialmente ao ministro de Relações Internacionais Ernesto Araújo e ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Salles, por sua vez, também é identificado como uma causa para os problemas apontados pelos editorialistas. O ex-ministro aparece como causa em 18 ocasiões, correspondendo a cerca de 7.3% das ocorrências. O trecho a seguir, do editorial “Crime ambiental”, de 20 de maio de 2020, exemplifica a interpretação.

A devastação ambiental divulgada pelo Imazon se soma à absoluta incompetência e insensibilidade do presidente Jair Bolsonaro para lidar com a pandemia de covid-19 no processo de desmoralização do Brasil no terreno das relações internacionais. Cada vez mais, ouvir a voz do País importa cada vez menos no trato de questões mundiais relevantes graças ao diligente trabalho empreendido por Jair Bolsonaro, Ricardo Salles e pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para desconstruir a imagem brasileira no campo da diplomacia e da proteção do bioma. Com esta trinca, o Brasil caminha a passos largos para se tornar menos do que um pária internacional, mas uma nação absolutamente irrelevante numa miríade de temas caros à chamada comunidade internacional, uma ingloria e inédita posição na história do País. (O Estado de S: Paulo, 2020).

Outra causa identificada para os problemas enfrentados corresponde à categoria "interesses estrangeiros protecionistas", que surge em 14 ocasiões (cerca de 5.7%). Aqui, exploram-se principalmente o argumento de que protecionismo europeu é uma das principais ameaças ao agronegócio brasileiro e que os europeus envolvidos no debate trabalham para prejudicar a imagem do Brasil. Em um trecho do editorial “Os dólares e a imagem do agro”, de 16 de dezembro de 2019, OESP aponta que:

A questão ambiental tem reforçado o velho discurso protecionista europeu, apoiado pelo setor agrícola, já fartamente subsidiado, e por movimentos sociais. Ao entrar num embate com a ativista sueca Greta Thunberg, a

propósito de índios assassinados, o presidente Jair Bolsonaro mais uma vez se expôs como adversário do ambientalismo, ajudando, por tabela, quem acusa de devastação o agronegócio brasileiro. (O Estado de S. Paulo, 2019).

Os “crimes ambientais” também surgem como causas dos problemas identificados pelo jornal, com 12 ocorrências (4.9%). No editorial “Uma atuação constrangedora”, de 31 de maio de 2021, sugere-se mesmo a possibilidade de esquemas de desmatamento ilegal envolvendo o próprio ministro do Meio Ambiente.

O inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo o ministro do Meio Ambiente não apenas constrange o próprio ricardo_salles – sua gestão à frente da pasta é capaz até de levantar dúvidas sobre sua participação em esquemas de desmatamento ilegal –, como tem sido ocasião de revelar mais uma atuação subserviente ao Palácio do Planalto por parte do procurador-geral da República, Augusto Aras. (O Estado de S. Paulo, 2021).

A “participação militar”, por sua vez, é abordada em 9 ocasiões (aproximadamente 3.7%), na maior parte dos casos com referência à atuação do vice-presidente “Hamilton Mourão”, nomeado ao menos 5 vezes (aproximadamente 2%). O editorial “Biomassas em chamas” exemplifica essa análise. “A divulgação do novo relatório do Inpe apontando outro recorde de queimadas teria frustrado a expectativa do vice-presidente Hamilton Mourão, que no comando do Conselho Nacional da Amazônia Legal já esperava obter alguns resultados positivos de sua gestão”.

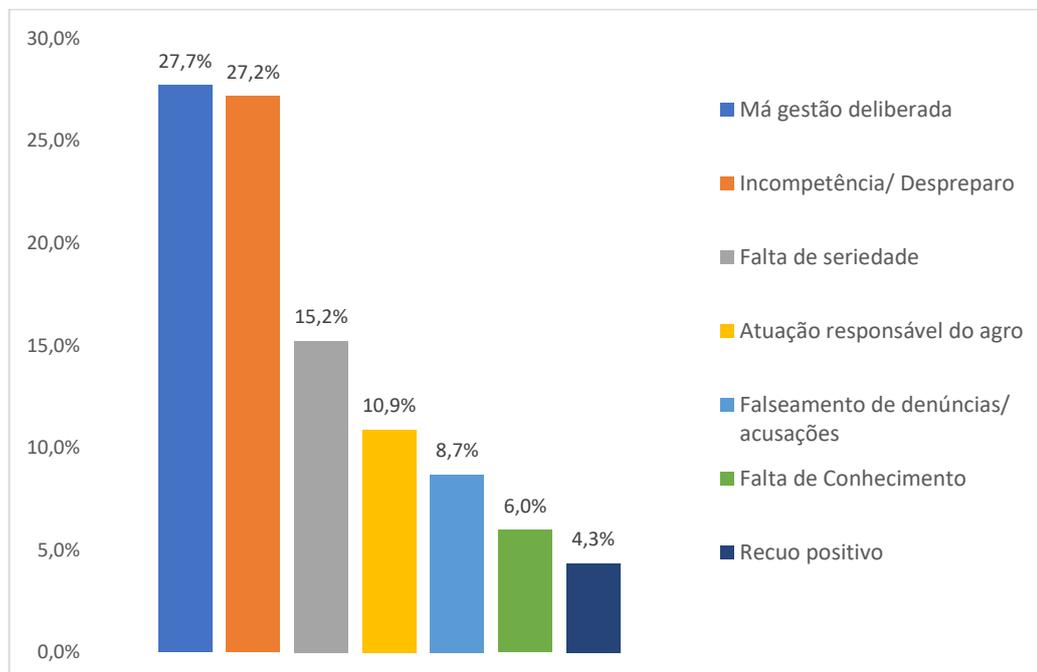
Por fim, outras quatro categorias com menor expressão compõem a dimensão de identificação das causas na análise de enquadramento aqui proposta. A categoria “emissão de Carbono” (8 ocorrências e cerca de 3.3%) e as categorias “corrupção” e “Donald Trump”, ambos com 5 ocorrências (2%). Já “Joe Biden” é mencionado, como causa, em apenas 2 ocasiões, correspondendo a aproximadamente 0.8% das ocorrências. No que diz respeito à corrupção, é interessante notar a recorrente menção ao Partido dos Trabalhadores, mesmo quando os temas centrais do texto são as políticas do governo Bolsonaro, como no editorial “Jair Bolsonaro na ONU”, de 25 de setembro de 2019.

Corrupção não depende de socialismo ou de antissocialismo, como o próprio presidente da República deve saber. Ademais, é bom lembrar que a grande corrupção da era lulopetista havia sido quase totalmente desbaratada bem antes de Jair Bolsonaro chegar à Presidência, graças aos esforços da Operação Lava Jato. Ou seja, Jair Bolsonaro tenta se incluir – e em posição de liderança – num processo do qual ele não participou em nenhum momento.

Além das causas e dos problemas, Entman (1993) defende as avaliações morais integram a elaboração dos quadros interpretativos da mídia. Assim, o Gráfico 4 sistematiza as ocorrências nesta variável. A categoria “Má gestão deliberada” surge com 51 ocorrências, representando aproximadamente 27.7% do total. Esta avaliação moral refere-se a um tipo de administração intencionalmente ineficiente, negligente ou prejudicial. A crítica aparece

especialmente associada aos problemas “impactos ao agronegócio” e “imagem do Brasil no exterior”, e às causas “Jair Bolsonaro” e “Ricardo Salles”.

Gráfico 4 – Ocorrência da variável Avaliação Moral em OESP



Fonte: Elaborado pela autora

No editorial “Mais um inquérito contra Ricardo Salles”, de 05 de junho de 2021, o jornal volta a pedir a retirada de Salles da pasta, algo que acontece repetidas vezes, deixando claro a sua avaliação sobre o assunto.

A permanência no cargo do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, há tempos já era insustentável em virtude de sua gestão, que pode se prestar a tudo, menos à preservação ambiental. O tal “ambientalismo de resultados” encampado pelo ministro nada mais é do que uma expressão empolada para designar o enfraquecimento dos mecanismos de combate aos crimes ambientais e contribuir de maneira decisiva para transformar o Brasil em pária internacional, quando a posição do País, há muitos anos, era a de interlocutor respeitável nos fóruns globais sobre desenvolvimento ambientalmente sustentável (O Estado de S. Paulo, 2021).

A segunda categoria de avaliação moral mais mencionada foi "Incompetência / Despreparo", em 50 ocasiões, estando presente em 27.2% das ocorrências analisadas. Isso ocorreu sobretudo nas situações em que o jornal identificou falta de habilidades e competências necessárias para enfrentar os desafios da gestão ambiental. Um exemplo está no editorial “Patógeno ambiental”, de 25 de outubro de 2021, em que o jornal tece duras críticas ao ex-presidente, adjetivando como um “patógeno”. Tal avaliação moral mantém relação próxima com a “Falta de conhecimento”, mencionada 11 vezes, com cerca de 5.9% das ocorrências.

“A bem da verdade, o País não está exatamente cindido, mas é refém de um presidente incompetente e retrógrado. Enquanto a população não expurga esse patógeno ambiental nas urnas, é imperativo que o Brasil que preserva e produz se imponha na arena política nacional e se faça ouvir nos fóruns internacionais”. (O Estado de S. Paulo, 2021).

Outra categoria que aparece com considerável frequência é "Falta de seriedade", em 28 ocasiões (15.2%). No editorial “Nem governo ruim detém a agricultura”, de 16 de novembro de 2021, OESP apresenta diversos resultados positivos do agronegócio e compara sua boa atuação com a gestão desastrosa de Jair Bolsonaro e sua equipe em relação à pauta ambiental.

A quintuplicação da produção de grãos (passou de 58,3 milhões para os agora estimados 289,8 milhões de toneladas) resume o avanço que se conseguiu desde então. Mas boa parte do aumento da produção se deveu a ganhos de produtividade. A de arroz, por exemplo, passou de 1.906 quilos por hectare em 1990 para estimados 6.858 kg/ha na safra 2021/2022, um aumento de 260%; a produtividade do trigo aumentou 182% e a do feijão, 130%. Competência, tecnologia, conhecimento e seriedade – tudo o que falta ao governo, mas abunda no campo – explicam esses ganhos. (O Estado de S. Paulo, 2021).

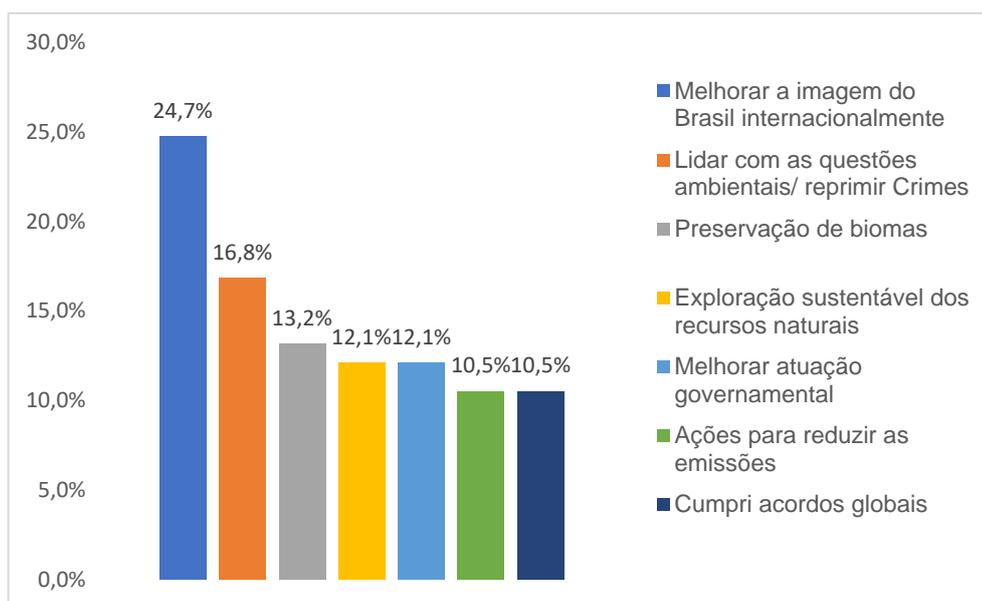
"Falseamento de denúncias e acusações", por sua vez, é identificada em 16 ocasiões, representando 8.7% das ocorrências. Essa avaliação moral aparece quando o jornal caracteriza a gestão Bolsonaro como falsa e mentirosa. Em “Descolamento da realidade”, de 03 de outubro de 2020, OESP argumenta que quanto mais Jair Bolsonaro dá livre curso ao seu destampatório, mais o Brasil se torna um pária: “Na esfera ambiental, é difícil saber qual é a batalha mais feroz: se contra as motosserras e as chamas ou se contra a mentira e a demagogia. O fato é que o Brasil está perdendo feio em ambas”, destaca. As falsas acusações realizadas pelo governo estão associadas principalmente a órgãos de monitoramento e a ONGs de proteção ambiental. Cientistas e a imprensa também são alvo das mentiras, de acordo com a avaliação do veículo. Neste sentido, há proximidade desta avaliação moral com o que Norris e Inglehard identificam como (2019) como uma característica do populismo autoritário, em que o conflito do com jornalistas e cientistas é incentivado.

Ganha destaque, ainda, a categoria "Atuação responsável do agro", mencionada em 20 ocasiões (10.9%). Esta categoria representa, para o jornal, a importância do setor do agronegócio em assumir uma postura “proativa e consciente” em relação às questões ambientais, contribuindo para a exploração sustentável dos recursos naturais. Em “Risco de fogo nas contas externas”, de 25 de setembro de 2019, o editorialista afirma que: “Difícilmente se encontrará um agronegócio capaz de reunir eficiência e preservação na escala observada no Brasil”. Já em “Os dólares e a imagem do agro”, o jornal tece mais elogios ao setor, que, para OESP, é alvo de percepções equivocadas. “O verdadeiro agronegócio, eficiente e competitivo, opera de maneira responsável e, além disso, há décadas tem ampliado a produção muito mais

do que a área ocupada. Mas nem todos sabem disso e muitos preferem, com certeza, deixar esses fatos na obscuridade”.

Com menos frequência, a categoria "Recuo positivo" aparece em 8 ocasiões, (4.3%), sendo mais recorrente no início do mandato de Jair Bolsonaro, e com menor incidência em 2021. Um exemplo está no editorial “Recuo importante”, de 16 de janeiro de 2019, analisa o anúncio feito por Ricardo Salles de que o presidente Jair Bolsonaro havia concordado em manter o Brasil no Acordo de Paris. “Ainda que haja oposição ao acordo por parte de integrantes do novo governo, ‘por ora, a participação do Brasil está mantida’, afirmou Ricardo Salles. É um recuo importante em relação a declarações anteriores de Jair Bolsonaro sobre o tema”.

A última variável — Recomendação de Tratamento — está sistematizada no Gráfico 5, sendo a categoria "Melhorar a imagem do Brasil Internacionalmente" a mais prevalente, com 47 ocorrências, representando 24.4% das analisadas. Como vimos ao longo desta análise, a reputação do Brasil diante da comunidade internacional se mostra uma das principais preocupações dos editorialistas de OESP e isto se reflete nas soluções apresentadas nos textos.

Gráfico 5 – Ocorrência da variável Recomendação de Tratamento em OESP

Fonte: Elaborado pela autora

Em “A guerra das águas”, de 9 de fevereiro de 2020, o jornal argumenta que é preciso atribuir maior importância às mudanças climáticas e à preservação ambiental, temas que fazem do Brasil o centro das atenções mundiais. Em “Coalisão pelo clima”, de 10 de abril de 2021, o jornal analisa a oportunidade que o país teve de demonstrar seu comprometimento com metas ambiciosas de redução de emissões de carbono na Cúpula dos Líderes sobre o Clima. OESP indica que é necessário reposicionar o Brasil como líder nas discussões sobre o clima, melhorando sua imagem. “A legislação ambiental do Brasil, de fato, é uma das mais avançadas do mundo. Não foi por obra do acaso que o País, ao longo dos anos, conquistou uma posição de destaque na proteção do meio ambiente internacionalmente. É preciso honrar este legado”.

Em seguida, a recomendação "Lidar com as questões ambientais / reprimir crimes", aparece 32 vezes (16,6%). No editorial “Erosão da biodiversidade”, de 9 de julho de 2019, OESP cita um estudo da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, segundo o qual desde 1900, a abundância das espécies nativas nos habitats terrestres diminuiu pelo menos 20%, e quase 700 espécies vertebradas foram extintas nos últimos 500 anos. Diante desse quadro, o veículo faz recomendações claras.

O Brasil precisa se preparar para fazer a sua parte. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente produzir o seu próprio levantamento sobre as ameaças e soluções para a biodiversidade, além de esboçar, com outras instâncias, um programa de cooperação doméstico e internacional. Felizmente, não é preciso reinventar a roda. (O Estado de S. Paulo, 2019).

Outra recomendação frequente é “Melhorar atuação governamental”, com 26 ocorrências (13.5%). É o que se nota em “A realidade do desmatamento”, de 21 de novembro de 2019, que destaca a percepção de especialistas para sugerir como o governo deve agir.

Para os especialistas, é preciso não apenas monitorar de perto o que acontece nas áreas públicas, mas unir esforços de todos os que são prejudicados mais diretamente pelo desmatamento - dos moradores locais aos empresários que investem nas florestas, passando por governos estaduais que sofrem enormes perdas econômicas. Espera-se que o governo Jair Bolsonaro, que perdeu muito tempo com bravatas palanqueiras, esteja à altura desse desafio. (O Estado de S. Paulo, 2021).

Com 25 ocorrências (cerca de 13%), a categoria "Preservação de biomas" aparece em quarto lugar na variável. Nestes casos, o editorialista direciona recomendações sobre os biomas, como Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado e Pantanal. Em “A lição da Cúpula”, de 24 de abril de 2021, afirma-se:

É preciso mudar imediatamente a ação do governo federal e que isso se reflita, por exemplo, em efetiva redução do desmatamento neste ano. Até aqui, os resultados são assustadores. No mês de março, houve aumento de 216% do desmatamento da Amazônia em relação ao mesmo período no ano passado. (O Estado de S. Paulo, 2021).

Por fim, ainda constam na lista de recomendações de OESP aos públicos dos editoriais, a “Exploração sustentável dos recursos naturais” (23 ocasiões, 11.9% do total), além da necessidade de "Cumprir acordos globais" e de "Ações para reduzir as emissões", ambas as categorias com 20 ocorrências cada (aproximadamente 10.4%). No editorial “O acordo EU-Mercosul na berlinda”, de 11 de outubro de 2020, o veículo discute como a política ambiental de Jair Bolsonaro expõe o Brasil e seus aliados no Mercosul a risco, afirmando que é preciso agir contra os crimes ambientais.

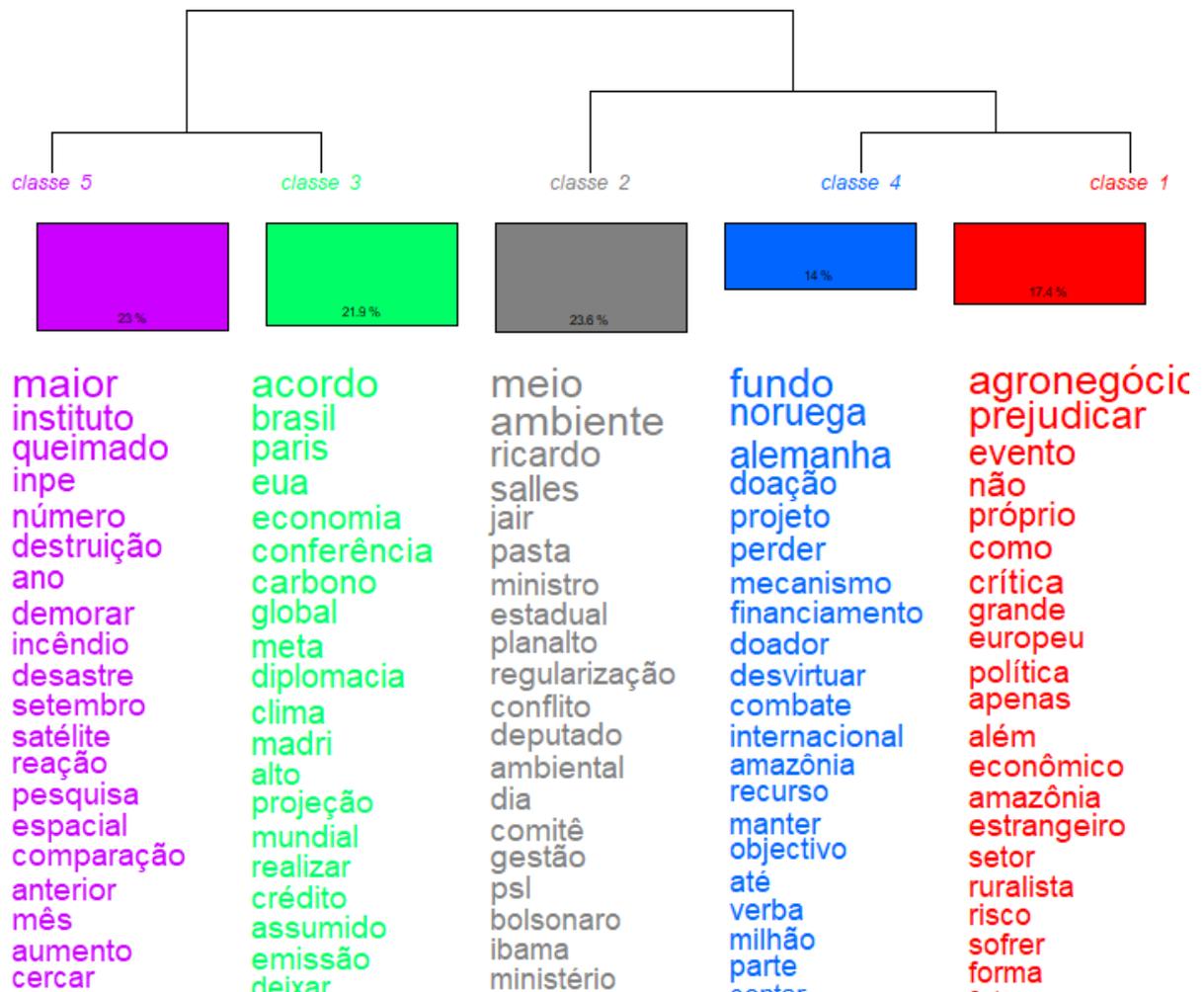
O Brasil é maior que Jair Bolsonaro, como prova o seu histórico ambiental nas últimas décadas. Mas isso não basta. Agora, os outros Poderes da República e a sociedade civil devem impor uma pressão máxima sem tréguas para que o governo apresente um plano efetivo para frear o desmatamento e reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 em comparação com os níveis de 2005. São duas exigências do acordo que serão cobradas à delegação diplomática prevista para ir à Europa em novembro. (O Estado de S. Paulo, 2020).

Já em “Passos do Acordo de Paris”, de 09 de janeiro de 2019, o jornal aponta que o Brasil não pode e não deve ficar fora do esforço mundial para a contenção do aquecimento, também por questões comerciais. “É preciso pôr em prática o Acordo de Paris. Além de ser decisivo para as próximas gerações, o acordo traz uma agenda de oportunidades para o País, como afirmaram recentemente 180 empresas e entidades ligadas ao agronegócio e à defesa do meio ambiente”, recomenda o editorialista.

6.3. ANÁLISE DE *CLUSTERS* OU CLASSES DOS EDITORIAIS DE FSP

Neste tópico, apresentamos a Análise de *Clusters* dos editoriais do jornal FSP, abrangendo o período de 2019 a 2021, seguindo a mesma metodologia no tópico 6.1 desta dissertação sobre o jornal OESP. Assim como no tópico anterior, dividimos a primeira etapa em três partes distintas. Utilizamos a ferramenta Iramuteq para gerar três dendrogramas, cujos resultados serão discutidos a seguir. A análise inicial concentrou-se no ano de 2019, conforme ilustrado na Figura 5. Com base nos resultados obtidos, observamos que as classes identificadas nos editoriais da FSP sobre meio ambiente em 2019 refletem uma diversidade de temas e abordagens. Essas classes abordam tanto preocupações internas, como a atuação do governo e a relação com o agronegócio, quanto questões de alcance internacional, como acordos climáticos e financiamento para a preservação ambiental. Além disso, há um enfoque considerável nos impactos ambientais, destacando-se os incêndios florestais e a destruição de áreas naturais naquele ano. A Classe 5 se concentrou na preocupação com os incêndios florestais, a destruição das áreas naturais e o papel do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) na detecção e monitoramento dessas queimadas. Os textos discutiram a gravidade do problema, suas consequências e propuseram medidas para prevenção e combate aos incêndios

Figura 5 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por FSP em 2019



Fonte: Elaboração própria a partir do IRAMUTEQ

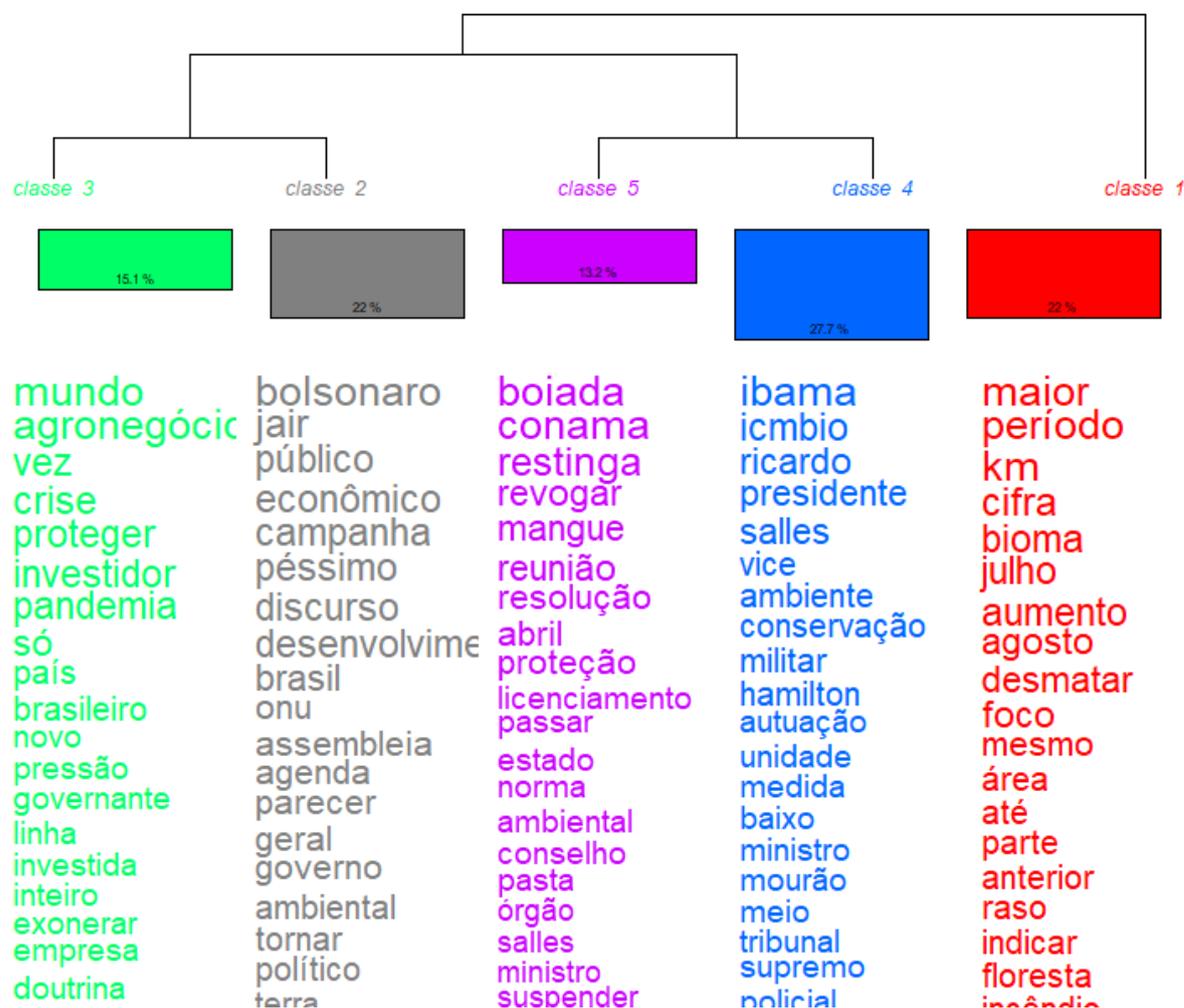
Próxima da 5, a Classe 3, por sua vez, tratou, com destaque, do Acordo de Paris e das ações do Brasil em relação às metas de redução de emissões de carbono. Além disso, os editoriais abordaram temas relacionados à diplomacia climática, projeções globais sobre mudanças climáticas e a influência da economia na implementação de políticas ambientais. É por esta razão que termos como “projeção”, “crédito” e “economia” ganham tanto destaque. Já a Classe 2 concentrou-se nas políticas ambientais do governo brasileiro, especialmente sob o comando do ministro Ricardo Salles. Os textos discutiram a atuação do Ministério do Meio Ambiente, questões de gestão ambiental, regularização fundiária, conflitos ambientais e a atuação, tantas vezes prejudicada pelo Governo Federal, do Ibama.

A Classe 4 relaciona-se a questões sobre financiamento e doações para a preservação ambiental, com foco especial no Fundo Amazônia e nas relações com países doadores como Noruega e Alemanha, termos que ganham grande destaque. Os editoriais nesta classe discutiram projetos de proteção ambiental e o importante papel do financiamento internacional na conservação da Amazônia. Por fim, a Classe 1 tratou da relação entre o agronegócio e o meio

ambiente. Os textos destacaram não apenas os impactos negativos dessa indústria para o meio ambiente, mas como este setor foi prejudicado também pelas mudanças climáticas e pelas declarações polêmicas do presidente Bolsonaro. A presença de termos como “agronegócio”, “prejudicar” e “crítica” endossam esta interpretação.

Passando ao dendrograma dos editoriais veiculados pela FSP em 2020 (Figura 6), percebemos a identificação de 5 classes que exploraram tópicos e preocupações distintas. Elas abrangem desde preocupações globais e políticas até questões específicas relacionadas ao governo, figuras-chave, mudanças legislativas e dados ambientais. A Classe 3 (15,1% de ocorrência), que se relaciona diretamente com a Classe 2, com 22% de ocorrência, dá destaque ao agronegócio e à pressão que este setor sofreu devido ao governante brasileiro. Ganham destaque, por exemplo, os termos “agronegócio”, “investidor”, “brasileiro” e “proteger”, o que evidencia a correlação com a Classe 2, que tem como maior destaque Jair Bolsonaro. Os editoriais da classe discutiram as declarações e ações do presidente em relação ao ambiente, destacando como suas políticas podem impactar o desenvolvimento econômico e as relações internacionais. Essa classe também aborda a participação do Brasil em fóruns internacionais e as reações da comunidade internacional às políticas ambientais do governo, sendo por tal razão que termos como “diplomacia”, “conferência” e “assumido” ganham realce no dendrograma.

Figura 6 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por FSP em 2020



Fonte: Elaboração própria a partir do IRAMUTEQ

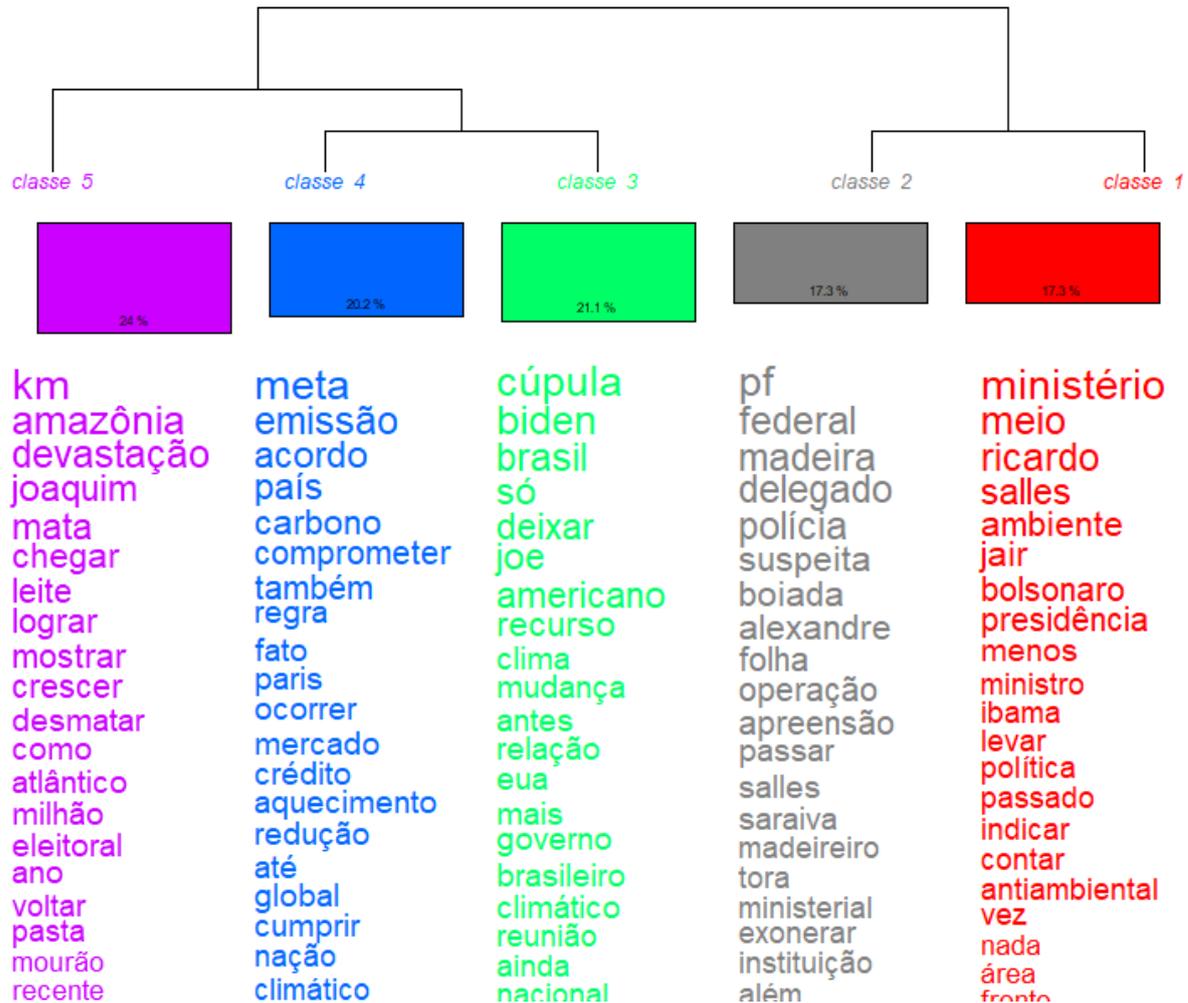
Na Classe 5, que corresponde a 13,2% das ocorrências, encontramos um tema recorrente abordado nos editoriais: a expressão "Passar a boiada", que compõe o título deste trabalho, sem destaque nos editoriais de OESP. Na classe, as discussões giraram em torno das mudanças na legislação e nas políticas ambientais. Os editoriais analisaram as medidas adotadas pelo ministro Ricardo Salles e sua equipe, destacando a revogação de normas de proteção ambiental, a suspensão de licenciamentos e outras ações que possam afetar a preservação do meio ambiente. Um exemplo mencionado foi o decreto em que o presidente Bolsonaro reduziu o número de membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Já na Classe 4, que representa 27,7% das ocorrências, o foco está em órgãos e figuras-chave relacionadas ao meio ambiente. Foram discutidas as ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), muitas vezes prejudicadas pelo ministro Salles, ou pelos militares coordenados pelo

vice-presidente Hamilton Mourão. Os editoriais abordaram as ações desses atores, destacando a diminuição das autuações ambientais, as medidas adotadas que impactaram na conservação ambiental, as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas ao meio ambiente e as tentativas de conter os retrocessos promovidos pelo governo.

A Classe 1 (21% de ocorrência), com destaque para termos como "km" e "área", aborda questões relacionadas a dados e números específicos do meio ambiente. Os editoriais dessa classe expressaram opiniões sobre o aumento do desmatamento, os incêndios florestais, a perda de áreas naturais e outras questões ambientais. Eles também destacaram áreas geográficas específicas, como biomas ameaçados, e discutiram a importância de ações para a preservação e recuperação ambiental. É importante ressaltar, como vimos no Capítulo 5 desta pesquisa, que o ano de 2020 foi marcado por grandes incêndios no Pantanal, e os termos "aumento" e "agosto" nessa classe evidenciam a preocupação dos editorialistas com os dados alarmantes referentes ao principal mês de seca na maior planície alagada do mundo.

A seguir, apresentamos o dendrograma gerado a partir da CHD dos editoriais de 2021 publicados pela FSP (Figura 7). Percebemos, a partir da representação gráfica, que houve destaque para a devastação da Amazônia, termo que surge na Classe 5, grupo que apresenta a maior ocorrência (24%). É interessante notar que o termo "Mourão" também ganha destaque nesta classe, o que aponta que os editorialistas estiveram atentos à atuação do ex-vice-presidente nesta região. Mourão foi designado para liderar o Conselho Nacional da Amazônia Legal e coordenar as ações governamentais para a proteção ambiental na região amazônica. No entanto, foi ampla a percepção de que suas ações foram insuficientes para conter o desmatamento e os incêndios na floresta. Os editoriais nesta classe também opinaram sobre a devastação na Mata Atlântica e em como as promessas do governo neste ano poderiam estar, no ponto de vista do veículo, relacionadas com pretensões eleitorais para o ano de 2022.

Figura 7 – Dendrograma referente aos editoriais publicados por FSP em 2021



Fonte: Elaboração própria a partir do IRAMUTEQ

Na Classe 4, que corresponde a 20.2% dos editoriais analisados, mantém próxima relação com as Classes 5 e 3, abordando questões mais amplas e globais relacionadas ao meio ambiente. Os editorialistas demonstram um foco na redução de emissões e na mitigação das mudanças climáticas, como indicam as palavras-chave "meta", "emissão" e "aquecimento". Há neste ano, novamente amplo destaque ao Acordo de Paris e à discussão sobre crédito de carbono. A FSP dedica espaço para opinar sobre a medida que busca mitigar as emissões de gases de efeito estufa, permitindo que empresas e países compensem as emissões em investimentos em projetos sustentáveis no mercado financeiro.

A Classe 3, representando 21.1% das ocorrências, está concentrada em eventos e atores específicos relacionados às mudanças climáticas. A presença de palavras-chave como "cúpula", "Joe Biden", "Brasil" e "governo brasileiro" apontam para discussões sobre a Cúpula do Clima. A participação brasileira neste ano foi marcada pela diminuição no tom agressivo de Bolsonaro e pela apresentação de diversas promessas, que despertaram ceticismo por parte da mídia,

incluindo a FSP. Já na Classe 2, que corresponde a 17.3% dos editoriais, são abordadas questões relacionadas a crimes ambientais e investigações. A presença de palavras-chave como "PF", "madeira", "polícia" e "suspeita" indica um foco nas atividades policiais relacionadas ao crime ambiental, principalmente ao desmatamento ilegal. Destaca-se o episódio em que o delegado Alexandre Saraiva foi exonerado da Polícia Federal por combater crimes ambientais na Amazônia. O policial foi responsável pela maior apreensão de madeira ilegal na história da Amazônia, em uma operação que resultou na abertura de um inquérito contra o ex-ministro do Meio Ambiente. Por isso, “Salles” ganha destaque na classe.

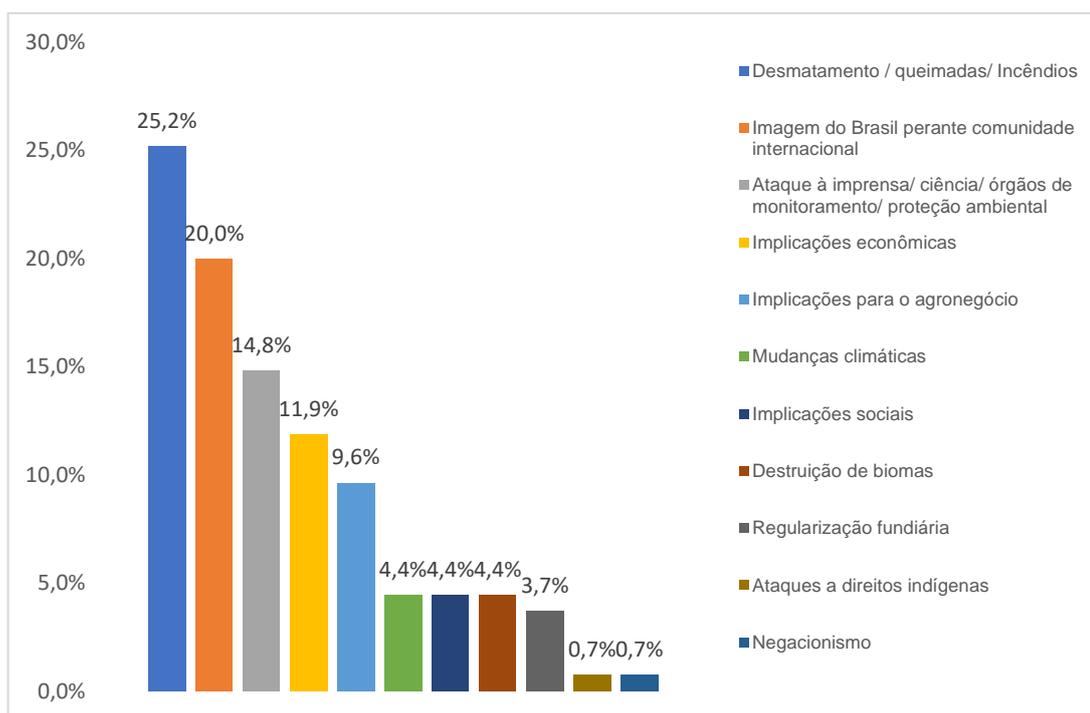
Por fim, na Classe 1, também com 17.3% dos editoriais, o foco está nas políticas e atores-chave no contexto do meio ambiente no Brasil. As palavras-chave "ministério", "meio ambiente", "Jair Bolsonaro", "presidência", "ministro" e "Ibama" indicam discussões sobre políticas ambientais, além de outras discussões sobre o papel do ministro do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e do presidente Jair Bolsonaro. Os editorialistas realizam análises críticas das ações tomadas por esses atores e suas consequências.

6.4. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS EDITORIAIS DE FSP

Assim como no tópico 6.2, apresentamos a seguir informações sobre a frequência de cada variável nos editoriais do jornal FSP. Nos Gráficos 6, 7, 8 e 9, é possível observar o número de ocorrências de cada categoria. Em seguida, realizamos uma análise numérica e discutimos a maneira como essas categorias são apresentados nos textos, incluindo trechos dos editoriais, e suas relações com os diferentes temas abordados.

Na variável Definição de Problema (Gráfico 6), a Folha de S. Paulo destaca "desmatamento, queimadas e incêndios", categoria mais recorrente nos editoriais do jornal, mencionada em 34 vezes (aproximadamente 25,2%). Essa alta porcentagem expõe a preocupação do jornal em relação à destruição ambiental e suas consequências, o que fica evidente em trechos do editorial “Para europeu ver”, publicado em 27 de agosto de 2019, que salienta a falta de uma política efetiva de combate a crimes ambientais pelo Governo Federal.

Não fica tanto atrás, em matéria de hipocrisia para as câmeras, a oferta primeiro-mundista de aviões para apagar queimadas. Não faltam homens e aeronaves; falta uma política consistente de combate ao desmatamento, que se concentra em apenas 0,5% das propriedades rurais e raramente se faz com o devido licenciamento (Folha de S. Paulo, 2019).

Gráfico 6 – Ocorrência da variável Definição de Problema em FSP

Fonte: Elaborado pela autora

A "imagem do Brasil perante a comunidade internacional", deteriorada no comando de Jair Bolsonaro, também é amplamente debatida nos editoriais da FSP, surgindo 27 vezes, ou seja, em 20% do total de categorias da definição de problema. A categoria reflete a importância que o jornal atribui à reputação do país no âmbito global e às possíveis repercussões políticas, econômicas e sociais que podem ocorrer, aqui em linha com o observado n'OESP. Em "Atentado público", de 16 de abril de 2021, o editorialista classifica demissão do delegado Saraiva, da PF, por Bolsonaro, como um atentado público que desafia o Estado e prejudica ainda mais a imagem do país no exterior. Para além da pauta ambiental, o jornal argumenta que ação de Bolsonaro revelou sua intenção de aparelhar a PF em defesa própria, de sua família e de seus aliados.

Não se pode subestimar o impacto deste último desmando na já degradada reputação ambiental do país. Ele se dá às vésperas da cúpula sobre emergência climática conclamada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. (Folha de S. Paulo, 2021).

A questão dos ataques direcionados à "imprensa, ciência, órgãos de monitoramento e proteção ambiental" por parte de Bolsonaro e de seus aliados também é enfatizada em 14,8% do total de ocorrências na variável de definição de problema (com 20 identificações). Há um destaque especial para o Inpe e para o Ibama, como pode ser exemplificado pelo editorial "Sinistro amazônico", publicado em 20 de novembro de 2019.

Já no Planalto, Bolsonaro não se limitou a ataques retóricos contra a proteção da Amazônia. Enquanto vociferava em defesa da soberania sobre a maior floresta tropical do mundo, aprofundava a destruição — incentivando garimpeiros, esvaziando o Ibama, intervindo no Inpe, menosprezando queimadas (Folha de S. Paulo, 2019).

Outro aspecto relevante é a consideração das "implicações econômicas", presentes em 16 das definições de problema identificadas (cerca de 11,9%). Essa preocupação reflete a compreensão de que as decisões tomadas em relação ao meio ambiente podem gerar problemas à economia do país. Para além do impacto em investimentos estrangeiros no Brasil, a FSP destaca também como a política adotada por Bolsonaro prejudica a arrecadação de multas³² pelo Ibama, que, por lei, destina o valor para o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e para projetos em unidades de conservação e a ações de educação ambiental. A discussão é levantada no editorial “Incúria Amazônica”, de 10 de março de 2020.

É precisamente o que fazem há mais de um ano, com os resultados já visíveis. Como noticiou a Folha na segunda (9), a quantidade de multas ambientais lavradas pelo Ibama teve queda de 34% em 2019, na comparação com o ano anterior. Com tamanho retrocesso, atingiu-se o menor nível de autuações em 24 anos. Se considerado o valor das punições, o recuo se mostra ainda mais acentuado: de R\$ 4,1 bilhões, em 2018, para R\$ 2,3 bilhões, no ano passado. Uma perda de 44%, significativa para uma administração às voltas com impiedoso garrote orçamentário. (Folha de S. Paulo, 2020).

"Implicações ao agronegócio" também é uma categoria relevante, embora proporcionalmente apareça menos que em OESP. Surge em 13 ocasiões (9,63%) na FSP. Os editoriais indicam que o jornal reconhece a importância desse setor e como o avanço da devastação deve impactá-lo. Esta interpretação é feita a partir de textos como “Brasil em chamas”, de 19 de setembro de 2020.

A devastação só beneficia a banda predatória do agronegócio, garimpeiros, grileiros e madeireiros ilegais. Destroí biodiversidade valiosa, realimenta a crise do clima, sufoca a população com fumaça em plena pandemia, desestabiliza chuvas que sustentam a agricultura e faz do Brasil pária internacional. Palavras de embuste não serão capazes de esconder essa realidade (Folha de S. Paulo, 2020).

É importante ressaltar que FSP expressa em diversas ocasiões considerar equivocada visão de que a rejeição internacional à devastação da Amazônia é motivada por interesses protecionistas de outros países, com o objetivo de prejudicar o agronegócio brasileiro. No

³² A Advocacia-Geral da União (AGU) autorizou, em março de 2023, o Ibama a cobrar cerca de R\$ 29,1 bilhões em multas ambientais que foram bloqueadas durante o governo de Jair Bolsonaro. <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/21/agu-permite-ao-ibama-cobrar-r-29-bi-em-multas-barradas-pelo-governo-bolsonaro.htm>> Acesso em 27 de junho de 2023.

editorial “Para norueguês ver”, de 17 de julho de 2020, o veículo destaca que esta visão atrapalha a proteção da floresta.

Quem acompanha a situação da floresta amazônica, dentro e fora do país, sabe que o maior impedimento para uma atuação consequente está na doutrina militar de que por trás da rejeição internacional à devastação haveria interesses protecionistas para prejudicar o agronegócio nacional (Folha de S. Paulo, 2020).

As “mudanças climáticas”, “implicações sociais”, a “destruição dos biomas” e a “regularização fundiária” são categorias que recebem a mesma porcentagem, mencionadas em 6 ocasiões das definições de problema analisadas (4,44%). Embora menos frequentes, as categorias ainda são consideradas relevantes e merecem atenção por parte do jornal. No que se refere às mudanças climáticas, o veículo não apenas analisa o cenário nacional, mas também aborda a discussão internacional, relatando e oferecendo opiniões sobre conferências climáticas e a participação de diversos países, como pode ser visto no editorial "O saldo da COP26", publicado em 14 de novembro de 2021: “Vista em perspectiva, a COP26 dificilmente terá sido a última oportunidade diante da mudança climática, mas terminou deixando a busca dos objetivos mais ambiciosos, novamente, para o futuro”.

Quando o jornal aborda questões relacionadas à regularização fundiária, o foco principal é nos casos de grilagem de terras públicas.

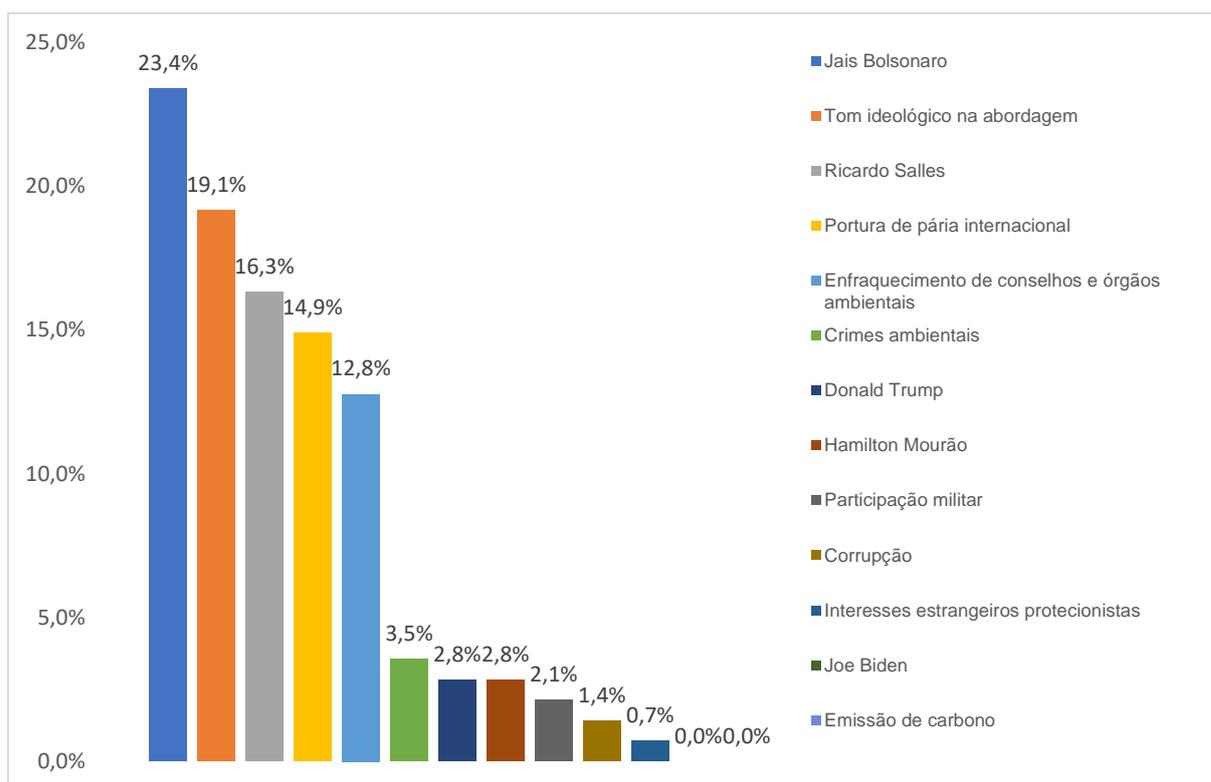
O próprio ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, planeja utilizar recursos do Fundo Amazônia para indenizar ocupantes de terras da União convertidas em unidades de conservação e terras indígenas. Como parcela considerável deles não conta com títulos fundiários confiáveis para comprovar a aquisição legal das áreas, também nesse caso subsiste a suspeita de que se termine agraciando grileiros (Folha de S. Paulo, 2019).

Por fim, é fundamental ressaltar que as questões relacionadas aos “ataques aos direitos indígenas” e ao “negacionismo” foram mencionadas apenas uma vez cada, representando 0,74% do total analisado. O editorial "Salles fora", de 23 de junho de 2021, identifica os ataques aos povos originários como problemas centrais: "Salles e seu chefe [Bolsonaro] escolheram o lado do agronegócio predador, dos garimpeiros e madeireiros ilegais, dos grileiros que usurpam unidades de conservação e áreas indígenas e outras terras da União". É importante ressaltar que a pauta indígena recebeu pouca atenção nos editoriais analisados, o que também é refletido no OESP. O risco enfrentado pelos povos originários diante de propostas como a redução de terras indígenas e a exploração econômica em seus territórios não recebe a centralidade que esse tema deveria ter.

Ao observar a variável "Interpretação causal" (Gráfico 7), é possível identificar o destaque dado a "Jair Bolsonaro", mencionado 33 vezes (23,4% aproximadamente). Isto

evidencia que as ações e posicionamentos do presidente são considerados fatores-chave na compreensão dos problemas discutidos nos editoriais. Atos e declarações de Bolsonaro são tidos pela FSP como “oportunistas”, “irresponsáveis”, “equivocadas” e por vezes “autoritárias”, o que evidencia seu “despreparo para o cargo”. Destacamos, por tanto, que o veículo identifica Bolsonaro como um líder autoritário, que acumula características populistas. Como vimos com Norris e Inglehart (2019), líderes com essas características tendem a minar a independência dos poderes, buscando enfraquecer a imprensa livre. Como Bolsonaro, esses líderes tendem a adotar políticas que visam a suprimir grupos minoritários e restringir direitos civis e liberdades individuais em nome de uma visão nacionalista ou conservadora. Em “Abaixar o fogo”, de 24 de agosto de 2019, o jornal destaca o caráter “inconsequente” das declarações do presidente, que deslegitima dados científicos e expõe a imagem do Brasil internacionalmente.

A sucessão de atos e declarações irresponsáveis do mandatário proporcionou material farto para que o Brasil seja mais uma vez exposto como vilão do ambiente —antes mesmo de haver dados e diagnósticos mais precisos a respeito da ampliação de queimadas e outras modalidades de devastação. (Folha de S. Paulo, 2019).

Gráfico 7 – Ocorrência da variável Interpretação Causal em FSP

Fonte: Elaborado pela autora

É importante destacar, que, ao contrário do que foi observado n'OESP, na FSP, as críticas são feitas de maneira mais contundente desde o início do mandato, como no editorial “Cercos ao Ibama”, de 01 de março de 2019, em que o jornal sugere que a escolha de Salles para chefiar a pasta do meio ambiente atende a interesses pessoais de Bolsonaro.

A criação do núcleo teria ainda a vantagem — para quem, como Salles, prometeu acabar com a suposta indústria de multas no órgão ambiental — de criar uma instância decisória, sob controle direto da cúpula ministerial, com poder até para anular autuações. Bem ao gosto do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que quando deputado sofreu autuação do Ibama, em 2012, por ter sido flagrado pescando em área de conservação (Folha de S. Paulo, 2019).

Nesse sentido, "Ricardo Salles" é identificado como a segunda causa mais mencionada para os problemas na esfera ambiental. A categoria é considerada em 23 das interpretações causais (cerca de 13,1%) ressaltando o impacto do ex-ministro do Meio Ambiente nas questões ambientais abordadas pelo jornal. Em “Neurose ambiental”, de 23 de março de 2019, a FSP argumenta que o ministro “dá seguidas mostras de que pretende acumular conflitos”:

Na primeira reunião do colegiado, Salles lançou mão de medidas um tanto intimidatórias. Transferiu o encontro do auditório amplo do Ibama para um na sede da pasta, mais acanhado. Designou lugares marcados a cada titular, por ordem alfabética, como se fora uma classe de ginásios (Folha de S. Paulo, 2019).

A postura do Brasil como um "pária internacional" também é enfatizada, representando 14,89% das interpretações, ou 21 vezes. Essa percepção reflete o isolamento do país e as críticas recebidas em relação às políticas ambientais adotadas. Em 09 de abril de 2019, no editorial "Ambiente inflamado" o jornal faz uso desta causa para pedir, mais uma vez, a demissão de Ricardo Salles.

Este é o real legado de Salles, ao lado de incêndios recordistas no Pantanal. Demiti-lo é a única maneira de evitar que o Brasil se torne um pária ainda mais desprezado na reunião de cúpula sobre clima que o presidente americano, Joe Biden, convocou para o dia 22 (Folha de S. Paulo, 2019).

Norris e Inglehart (2019), explicam que governos de líderes populistas-autoritários muitas vezes adotam uma postura de confronto com instituições internacionais, elites globais e acordos multilaterais para reforçar sua imagem de defensores do povo e combater o establishment político. McCarthy (2019), por sua vez, argumenta que líderes populistas muitas vezes usam estratégias de polarização e confronto para mobilizar seus apoiadores e consolidar seu poder. Ao se comportar como párias internacionais, esses líderes buscam reforçar a narrativa de que estão enfrentando o mundo exterior em nome do interesse nacional, ganhando apoio popular ao se apresentarem como defensores da soberania e da identidade Nacional.

Outra categoria relevante é o "tom ideológico na abordagem", presente em 27 vezes (19,15%). Isso indica que as interpretações causais dos editoriais consideram a influência das ideologias de Bolsonaro e de sua equipe na compreensão dos problemas ambientais. Em "Boiada normativa", de 30 de setembro de 2020, o veículo discute como os resultados nefastos do governo não são frutos somente de ignorância. Para FSP há um método empregado na destruição do meio ambiente, sendo esse encabeçado por Ricardo Salles. "Dentre as áreas do governo mais visadas pela pauta ideológica do bolsonarismo, foi sem dúvida no meio ambiente que se produziram estragos com mais método".

Além disso, o enfraquecimento de conselhos e órgãos ambientais foi identificado 18 vezes (12,77% aproximadamente), destacando-se a preocupação do editorialista da Folha com as instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente. Mais uma vez, o protagonista do desmanche é Ricardo Salles, que, conforme o jornal, "parece confundir liderança com imposição e debate com ditadura, desgastando-se desnecessariamente com uma agenda revanchista". Em "Neurose ambiental", o jornal argumenta: "O estilo paranoide atingiu, na última investida, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), órgão que atua na formulação de normas e critérios para a aplicação de leis ambientais".

Essa postura de ceticismo em relação a dados científicos também pode estar ligada à estratégia de polarização adotada por líderes populistas, conforme James McCarthy (2019). O

estudioso argumenta que líderes populistas e seus governos muitas vezes usam a negação ou desvalorização de evidências científicas para construir narrativas que atraem seu eleitorado. Essa abordagem permite que eles contestem ou minimizem problemas e desafios que possam ser associados a políticas contrárias aos seus interesses.

Destacamos ainda que “crimes ambientais” foram identificados em 5 ocasiões (3,55%), evidenciando a importância dada aos atos ilícitos que prejudicam o ambiente. Donald Trump e Hamilton Mourão foram identificados como causa de problemas em 4 vezes cada (2,84%), indicando que suas ações e posicionamentos também são considerados relevantes para a compreensão dos problemas ambientais nos editoriais. A atuação do militar brasileiro na Amazônia é alvo de críticas por parte do veículo, em editoriais como “Para norueguês ver”.

A fantasia reiterada por Bolsonaro e Mourão pressupõe que desmatar é um ato de soberania. O governo, contudo, reafirma que o Brasil não precisa derrubar uma árvore para alimentar o mundo. Cabe-lhes então pôr a segunda cláusula em prática e abolir a contradição (Folha de S. Paulo, 2019).

A corrupção foi identificada como causa 2 vezes (1,42%), ressaltando a percepção de que práticas corruptas também desempenham um papel na geração de problemas ambientais, como no editorial “Desencontro ambiental”, de 10 de dezembro de 2019. Embora não seja mencionado no texto, um encontro entre o ministro Salles e personagens envolvidos em infrações ambientais sugere a possibilidade de corrupção no governo.

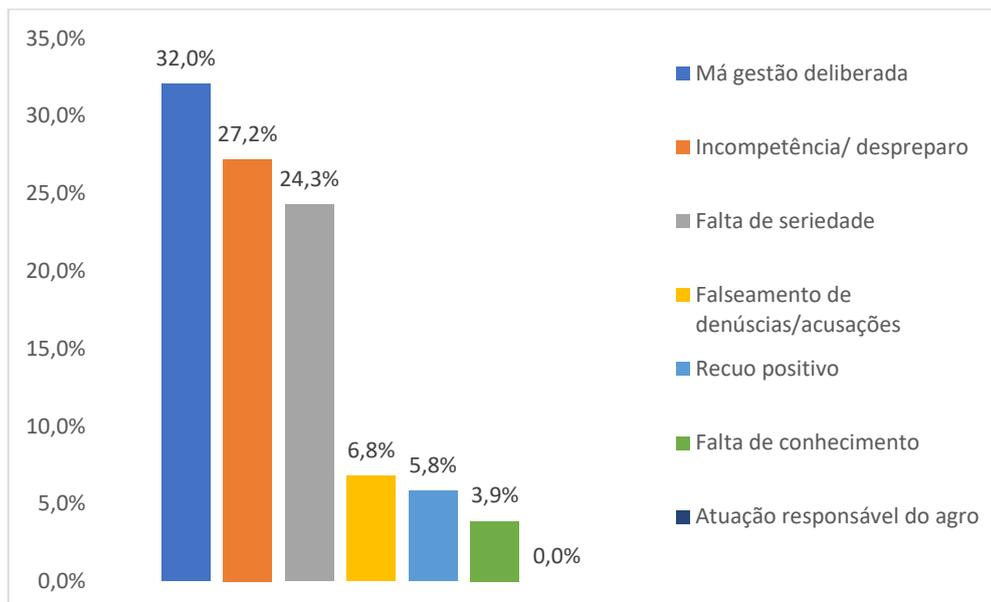
No comando da área que mais produziu desgaste para a imagem do país neste ano, o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, não parece mesmo preocupado em ao menos salvar as aparências. Exemplo recente se deu no último dia 6 de novembro, quando Salles reuniu-se com cinco personagens envolvidos em infrações ambientais para discutir as ações de fiscalização na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, conforme noticiou esta Folha. Do encontro, patrocinado por deputados do Acre, participaram autuados e condenados por desmatamento e grilagem, entre outras transgressões — como ameaçar de morte um servidor do ICMBio, órgão federal vinculado à pasta do Meio Ambiente (Folha de S. Paulo, 2019).

A “participação militar” é destacada em 2,13% das interpretações causais (3 vezes), indicando que o envolvimento das Forças Armadas, especialmente na Amazônia, resultou em problemas. Por fim, as categorias Joe Biden e emissão de carbono não foram mencionados nas interpretações causais dos editoriais analisados, sugerindo que não foram considerados como fatores relevantes nesse contexto específico.

Partindo para a observação da ocorrência da variável Avaliação Moral (Gráfico 8), a categoria mais mencionada é a “má gestão deliberada”, em 33 vezes (32%). Como visto no tópico 6.2 desta dissertação, a categoria faz menção a uma administração intencionalmente ruim, como explicitado no editorial “Boiada tóxica”, publicado em 28 de setembro de 2020.

Ninguém pode acusar Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, de descumprir a missão recebida do presidente Jair Bolsonaro: solapar o sistema de proteção de recursos naturais no país. Para repetir a frase cínica usada pelo titular da pasta em abril, trata-se de ‘passar a boiada’, como o golpe aplicado na reunião de segunda-feira (28) do Conama, conselho nacional da área (Folha de S. Paulo, 2020).

Gráfico 8 – Ocorrência da variável Avaliação Moral em FSP



Fonte: Elaborado pela autora

Em seguida, temos a "incompetência/despreparo", categoria identificada 28 vezes, ou 27% das avaliações morais. Essa categoria ressalta a falta de habilidade adequada por parte dos responsáveis pelos problemas abordados pelo jornal, como no editorial “Ambiente inflamado”: “Do alto de sua incompetência, na primeira visita ao local de apreensão, o ministro inspecionou algumas toras e se apressou a proclamá-las legais. Na segunda incursão, teve o desprate de dar uma semana para a PF concluir a investigação”. A "falta de seriedade" é destacada 25 vezes (24%), denotando a percepção de que os problemas não são tratados com a seriedade necessária pelo governo. Em “Para europeu ver”, a Folha descreve como aquém do cargo a postura adotada pelo mandatário brasileiro. “Nos salões da diplomacia, o presidente brasileiro se comporta como um valentão de redes sociais. Parece acreditar que tudo se resolve com impulsividade”.

Outra categoria presente é o "falseamento de denúncias/acusações", identificado 7 vezes (6,8% aproximadamente), indicando que o jornal identifica situações em que informações são distorcidas ou manipuladas para favorecer determinados interesses ou diminuir a gravidade dos problemas, como em “Conflito inglório”, de 16 de junho de 2019, que discute como a investida de Ricardo Salles contra Fundo Amazônia faz parecer que a motivação tinha origem dogmática.

Permanece difícil atinar com a razão para o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, investir contra o Fundo Amazônia. Esse mecanismo de

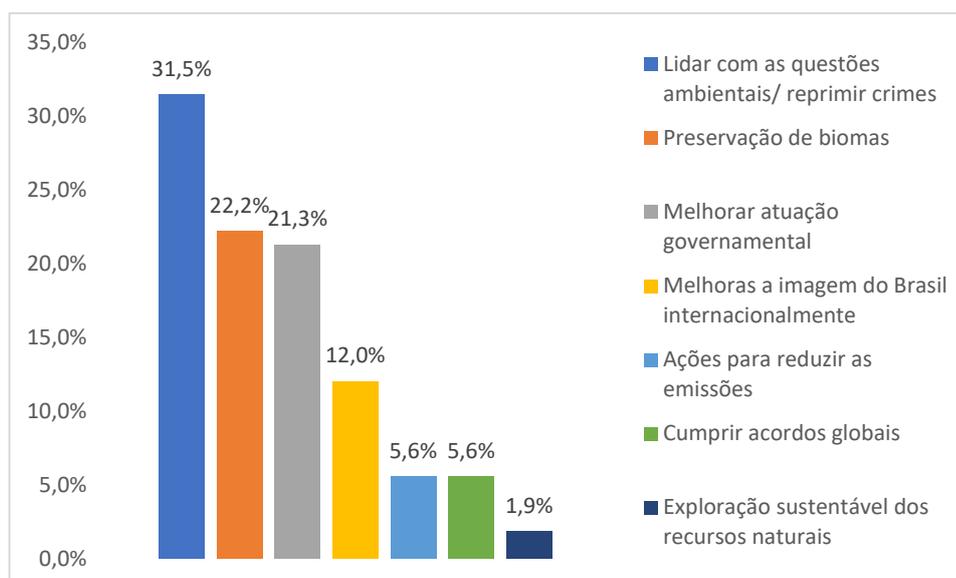
financiamento para combater a devastação de florestas funcionava bem, sem contenciosos — até a estreia do novo governo. Salles fez estardalhaço com uma suposta auditoria em que teriam sido detectadas irregularidades em um quarto dos projetos apoiados pelo fundo. Nunca apresentou detalhes ou provas, mas usou-a para justificar proposta de mudança na gestão do portfólio pelo BNDES, o banco federal de fomento (Folha de S. Paulo, 2020)

Por sua vez, o "reclamo positivo" é mencionado em 6 avaliações morais identificadas (cerca de 5,8%), apontando para a existência de ações corretivas ou mudanças de postura consideradas favoráveis no enfrentamento dos problemas. Esta avaliação é observada no editorial "Abaixar o fogo", de 24 de agosto de 2019. O texto menciona que, em seu pronunciamento mais recente, o presidente Bolsonaro adotou maior sobriedade e trocou o confronto pela defesa da preservação.

Há um extenso rol de providências a serem tomadas para estancar a crise, e o ajuste de tom de Bolsonaro deveria ser a mais imediata delas. Ele adotou maior sobriedade, felizmente, em seu pronunciamento em cadeia de rádio e TV nesta sexta-feira (23), trocando o confronto pela defesa da preservação (Folha de S. Paulo, 2019).

A "falta de conhecimento" é mencionada 4 vezes (3,9%), evidenciando situações em que a ausência de compreensão adequada contribui para o agravamento dos problemas já citados. A categoria "atuação responsável do agro" não foi mencionada nos editoriais de FSP.

Ao analisar a variável "Recomendação de Tratamento" nos editoriais da FSP, podemos identificar que a categoria mais mencionada foi a necessidade de "lidar com as questões ambientais/reprimir crimes", com 34 identificações (cerca de 31,48%), indicando a importância atribuída à ação governamental e à aplicação da lei para enfrentar os problemas ambientais de forma efetiva. Essa sugestão de tratamento é dada, por exemplo, ao Senado Federal, no editorial "Trator ruralista", de 03 de junho de 2019: "Senado deve segurar nova flexibilização do Código Florestal por meio de uma MP modificada, que causaria erosão do prestígio do agronegócio.

Gráfico 9 – Ocorrência da variável Recomendação de Tratamento em FSP

Fonte: Elaborado pela autora

Em seguida, temos a recomendação de "preservação de biomas", mencionada 24 vezes (22,22% aproximadamente), ressaltando a necessidade de proteger os ecossistemas naturais e sua biodiversidade como medida importante para o tratamento dos problemas ambientais. Um exemplo é editorial “Sinistro amazônico”, de 20 de novembro de 2019. O texto enfatiza a importância de preservar a Amazônia e critica a falta de ações efetivas para enfrentar o desmatamento.

Pior, surgem sinais de que o rastilho de ressecamento da Amazônia já se acendeu na sua porção sudeste, não por acaso a que abriga o chamado Arco do Desflorestamento. A prosseguir o fenômeno batizado como ‘savanização’, agronegócio e hidrelétricas sofrerão perdas com a redução de chuvas. Sim, a Amazônia é nossa —mas não deveria ser para devastar como se não houvesse amanhã (Folha de S. Paulo, 2019).

A melhoria da atuação governamental é uma recomendação presente em 23 vezes (21,30%). Isso reflete a percepção de que uma governança mais eficiente e responsável é essencial para abordar os problemas ambientais (e econômicos) de maneira adequada, como no editorial “Negação da negação”, de 22 de abril de 2021. “Se ações eficazes antidesmate não ficarem logo evidentes, o pujante agronegócio brasileiro será punido por nações importadoras. Quando se trata de Jair Bolsonaro, a negação da negação não leva necessariamente a resultado virtuoso”.

Outra recomendação significativa é a de "melhorar a imagem do Brasil internacionalmente", mencionada em 13 vezes (12,4%). Isso indica a importância de o país ser visto de forma positiva no contexto global em relação às questões ambientais. Em “Biden e o Brasil”, de 07 de julho de 2020, o editorialista recomenda que o governo Bolsonaro poderia

compor com os EUA sob a presidência de Biden, desde que ultrapasse “a visão binária das relações internacionais”. “Se conseguir ultrapassar a visão binária das relações internacionais, talvez seja possível ao governo Bolsonaro compor com os EUA sob Biden. Parece difícil, porém, confiar na racionalidade do grupo ora dirigente. O Cristo Redentor tende a seguir passando vergonha”.

Em menor frequência, mas ainda mencionados, tem-se a recomendação de "cumprir acordos globais" (6 vezes, cerca de 5,56%), destacando-se a importância de honrar os compromissos assumidos em acordos internacionais relacionados ao meio ambiente; ações para "reduzir as emissões" (6 vezes, cerca de 5,56%), o que evidencia a preocupação com a redução dos gases de efeito estufa e o combate às mudanças climáticas; e a "exploração sustentável dos recursos naturais" (2 vezes, cerca de 1,85%), a ressaltar a necessidade de utilizar os recursos naturais de forma responsável, sem comprometer a sustentabilidade ambiental.

6.5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E COMPARAÇÃO ENTRE COBERTURAS

Neste tópico, sistematizamos os resultados obtidos e os cotejamos numa perspectiva comparada, tomando como referência as coberturas editoriais de OESP e FSP sobre a pauta ambiental do governo Bolsonaro. Por meio desta comparação, buscamos compreender as diferenças e semelhanças presentes nas abordagens dos dois veículos, além das nuances e particularidades de cada um.

Em ambos os periódicos, destaca-se a importância da preservação ambiental, mesmo que, em alguns momentos, por razões diferentes. Desta maneira, os dois veículos reconhecem que existem desafios significativos a serem superados no âmbito ambiental, como o desmatamento, a poluição, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Há o reconhecimento de que todos esses desafios, que são históricos no Brasil, foram agravados pelo governo de Jair Bolsonaro, identificado pelos veículos como “irresponsável”, “incompetente” e “despreparado” e como a principal causa dos problemas levantados pela cobertura. Os dois veículos fazem críticas contundentes à atuação do ex-presidente e de sua equipe, ainda que OESP se apresente mais comedido no início de 2019, primeiro ano do mandato. Como vimos, nos primeiros meses de mandato, o veículo, de linha editorial mais conservadora, chega a elogiar o interesse do presidente em “defender genuinamente os interesses do país”, mesmo reconhecendo que a atuação do mandatário é “desastrosa” desde o princípio.

É possível destacar, ainda, que os dois veículos apontam a total inaptidão do ex-ministro Ricardo Salles à frente da pasta do meio ambiente. Tanto OESP quanto FSP evidenciam a

relação de Salles com pessoas investigadas em casos de crimes ambientais, seu empenho em enfraquecer órgãos de proteção ambiental e em promover denúncias falsas a ONGs e a sua atuação errática como um todo. As decisões do ministro são identificadas, frequentemente, como “controversas” e “questionáveis”, como a flexibilização de normas ambientais e o desmantelamento de estruturas de proteção, demonstrando falta de consistência em sua atuação. Essa inconsistência, mencionada tanto pelo OESP quanto pelo FSP, prejudicou, de acordo com os editorialistas, a credibilidade e efetividade das políticas ambientais sob sua responsabilidade. De qualquer maneira, é a FSP que dá maior destaque a Salles, ficando evidente em mais de 13.3% de suas interpretações causais frente aos 7.3% de OESP.

Diante destas observações, cabe ressaltar o entendimento de Norris e Inglehart (2019) e McCarthy (2019) acerca do fato de que líderes populistas e seus governos apresentam-se frequentemente como defensores do povo contra as elites e instituições estabelecidas. Como vimos ao longo desta dissertação, eles questionam a validade das preocupações ambientais levantadas por especialistas e cientistas, retratando-os como parte de uma elite intelectual que está desconectada das necessidades e interesses populares. Esse ceticismo em relação às informações científicas pode levar à minimização ou negação dos problemas ambientais.

Além de Bolsonaro e Salles, outro ator que ganha destaque dentro das interpretações causais é o militar e ex-vice-presidente Hamilton Mourão, especialmente em razão de sua atuação à frente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CANAL), quando centralizou nas Forças Armadas o comando das políticas públicas ambientais da região. As abordagens de OESP e FSP divergem parcialmente, com o primeiro veículo adotando um tom mais esperançoso com relação ao general no começo do mandato. O jornal chegou a afirmar que parecia prudente entregar essa tarefa de comandar o CANAL a Mourão, já que o militar conheceria bem a região amazônica. Outros elogios são feitos, até que, diante de resultados tão negativos, OESP começa a questionar a eficácia das medidas e das suas declarações ilusórias de combate ao desmatamento adotadas pelo ex-vice-presidente. A FSP, por sua vez, apresenta-se de maneira crítica logo no início da cobertura, identificando como “teatral” uma operação realiza em Mato Grosso que contou com uma centena de soldados e helicópteros.

A preocupação da imagem do Brasil perante a comunidade internacional também é recorrente nas coberturas editoriais analisadas. Os dois veículos têm essa categoria na segunda colocação, na variável definição de problema. Ambos enfatizam, em suas análises editoriais, que a postura antiambientalista do governo Bolsonaro tem resultado em consequências negativas para a imagem do Brasil no cenário internacional. Segundo os editoriais, a exploração intensiva dos recursos naturais, a flexibilização das leis ambientais e as políticas de

desmatamento têm levantado preocupações quanto à preservação da biodiversidade e ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil em acordos e tratados ambientais. Mas há uma importante diferença na abordagem dos veículos.

Ainda que reconheça com clareza que a postura adotada por Bolsonaro seja prejudicial ao Brasil, OESP também aponta com considerável frequência que as críticas que partem de autoridades de países como França, Alemanha e Noruega acontecem também por interesses protecionistas que buscam prejudicar o agronegócio brasileiro. OESP ressalta que o Brasil é um importante *player* no mercado global de alimentos, sendo um dos maiores produtores e exportadores de commodities agrícolas, como soja, carne bovina e avícola, milho e café. Esses setores são destacados por representarem uma parcela significativa da economia brasileira e serem responsáveis por uma parte considerável das receitas de exportação do país. Portanto, críticas que visam minar a reputação do agronegócio brasileiro são interpretadas como uma estratégia protecionista adotada por países concorrentes.

O veículo argumenta que as nações que criticam o Brasil em questões ambientais têm seus próprios interesses comerciais e agrícolas em jogo. A competição entre os produtores desses países e o Brasil poderia levar a disputas comerciais e à tentativa de desacreditar a produção brasileira, criando barreiras para a entrada de produtos brasileiros em seus mercados. Dessa forma, as críticas ambientais podem ser vistas como uma forma indireta de protecionismo comercial, utilizando a questão ambiental como justificativa. Este argumento não foi observado em FSP. Nesse sentido, OESP aponta boa parte das acusações estrangeiras não estaria de acordo com a realidade, já o Brasil possui o potencial de liderar a agricultura mais sustentável do mundo, na avaliação do jornal. O veículo afirma repetidas vezes que o desmatamento na Amazônia não tem origem agrícola, mas que é preciso que o Estado dê mais subsídio a produtores para que esses invistam em uma produção que respeita o meio ambiente.

Assim, OESP compartilha uma justificativa de viés nacionalista frequentemente adotada pelo ex-mandatário. Conforme McCarthy (2019), líderes populistas geralmente tentam enfatizar a soberania nacional e a “proteção dos interesses do país”. Isso pode levar à visão de que as preocupações ambientais globais e os acordos internacionais são prejudiciais à autonomia nacional. Nesse contexto, é comum a argumentação de que tais medidas restringem a liberdade do país e interferem em sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico.

É interessante observar também que ambos os jornais levam em conta os aspectos econômicos envolvidos nas questões ambientais, como o impacto sobre setores produtivos, mas é OESP que dá grande destaque a este ponto. Este veículo tende a focar mais as questões econômicas e o impacto no agronegócio, enquanto a FSP dá mais destaque à destruição

ambiental, desmatamento, queimadas e incêndios. Neste sentido, percebemos, ao longo da análise, que a postura adotada por OESP, de uma determinada maneira, converge com o defendido pelo governo de Jair Bolsonaro. Líderes populistas desta natureza muitas vezes enfatizam políticas que visam impulsionar o crescimento econômico a curto prazo, percebendo medidas de proteção ambiental como obstáculos para o desenvolvimento econômico rápido, especialmente quando se concentram em setores como agricultura, mineração e indústria. Como explica McCarthy (2019), esses líderes adotam uma postura mais permissiva em relação às questões ambientais para promover o crescimento econômico e obter apoio popular por meio de uma almejada estabilidade econômica.

Também observamos que FSP dá mais foco às consequências diretas da política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro, apontando para os impactos negativos sobre os ecossistemas, a biodiversidade e o equilíbrio ambiental. A FSP busca evidenciar os riscos iminentes e a urgência de medidas efetivas para conter esses danos ambientais, bem como a responsabilidade do governo na preservação dos recursos naturais do país.

De qualquer maneira, nenhum dos veículos dedica-se tanto a avaliar os impactos da má gestão ambiental sobre a vida da população. A categoria “Implicações sociais” foi identificada como definição de problema em aproximadamente 6.1% em OESP e 4.44% em FSP. Como destacamos na análise, OESP faz em um de seus editoriais uma abordagem desvirtuada desse tema, alertando para “o ônus social de políticas ambientais”. Da mesma forma, “ataques a direitos indígenas” mostra-se uma categoria pouco explorada pelos jornais, sendo identificado em 2,9% no OESP e apenas 0,74% em FSP, o que aponta que o debate não ganhou centralidade na cobertura. Em uma das poucas vezes em que se debruça sobre o assunto, OESP faz a defesa da regulamentação de mineração e produção de petróleo em terras indígenas, ignorando os perigos alertados por instituição de proteção dos povos originários e, aqui, aproxima-se do que o próprio Jair Bolsonaro defendeu em diferentes oportunidades.

Percebemos que os veículos deixam passar, deliberadamente, a oportunidade de discutir uma pauta que tende a ser cara para a articulação do discurso de líderes populistas autoritários como Bolsonaro. Políticos como ele buscam, muitas vezes, consolidar e manter o apoio de uma base política majoritária, adotando políticas que promovem a exclusão ou a marginalização de minorias, incluindo os povos indígenas, para agradar a franjas radicais do seu eleitorado. Ao direcionar suas políticas para as demandas e valores da maioria, desconsiderando direitos de populações vulneráveis, Bolsonaro buscou consolidar seu poder e reforçar seu apelo populista também no que concerne à pauta ambiental.

7. CONCLUSÕES

A chegada do governo de Jair Bolsonaro ao poder desencadeou um intenso processo de politização da questão ambiental no Brasil, resultando em interpretações simplistas que fundamentaram a desarticulação de mecanismos de proteção ambiental conquistados desde o fim da Ditadura Militar. Esse processo incluiu a flexibilização da legislação e o desinvestimento em órgãos de proteção e controle ambiental. Como consequência direta, observou-se um aumento alarmante no desmatamento dos biomas brasileiros, atingindo níveis sem precedentes, além da perseguição de minorias étnicas, como os povos indígenas, que foram afetados pelos impactos do aumento da presença de garimpeiros ilegais em suas terras, uma realidade fomentada pelas ações e omissões do governo federal.

Com o governo bolsonarista (2019-2022), o Brasil passou da condição de protagonista global à de pária na agenda de luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas, recusando-se a cooperar com a comunidade internacional em iniciativas sobre o meio ambiente. Os danos foram sentidos pelos biomas, por instituições públicas, pelas comunidades e povos tradicionais, atingindo até a reputação do setor produtivo nacional. Este setor sofreu com a imposição de barreiras aos produtos brasileiros no comércio internacional, a restrição de acesso a crédito e a perda de credibilidade do Brasil perante o resto do mundo. Diante deste contexto, esta dissertação buscou investigar como dois *quality papers* brasileiros, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, enquadraram as políticas de um governo antiambientalista em seus editoriais.

Para isso, ao longo dos capítulos anteriores, discutimos as conexões entre poder e meio ambiente, baseando-nos nas contribuições da Sociologia Ambiental, a emergência da justiça ambiental e climática, debatendo como as mudanças climáticas impactam de maneira distinta determinados grupos de pessoas, a exigirem das autoridades soluções, muitas vezes complexas (ACSELRAD, 2004; ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009). Nesse sentido, vimos que o poder econômico e a desigualdade social estão intimamente ligados à degradação ambiental (LUIZ e SATO, 2022; NORA e SATO, 2015; NORA, MANFRINATE e SATO, 2018; BELÉM e SATO, 2021). Também abordamos como a relação entre poder, meio ambiente e mídia é crucial para entendermos as questões ambientais contemporâneas, sendo que a mídia pode, de um lado, desempenhar papel central na conscientização do poder público e da sociedade, ou, de outro, atuar na simplificação de questões complexas, deixando-se influenciar, ela própria, por interesses políticos e econômicos.

Entendemos que o tema do meio ambiente, como outras temáticas, foi capturado pela extrema-direita como uma dimensão central da articulação do seu populismo, com realce de

aspectos negacionistas, além do estímulo da violência, da destruição do outro e da polarização política. Assim, dedicamos espaço para abordar o populismo como um fenômeno político multifacetado, discutindo diferentes perspectivas acadêmicas sobre o conceito, principalmente a partir da perspectiva ideacional de Mudde e Kaltwasser (2017). Focamos, especialmente, na compreensão do populismo autoritário, com Norris e Inglehart (2019), a partir do qual examinamos a trajetória política de Jair Bolsonaro, desde sua atuação como vereador até sua ascensão à presidência, destacando seu discurso populista e autoritário, bem como sua postura de ataque a diversos grupos e adversários políticos, numa lógica fortemente antagônica.

Nesse sentido, refletimos sobre a expressão do populismo autoritário no âmbito da agenda ambiental, particularmente no contexto brasileiro. Afirmamos que as visões sobre o meio ambiente se tornaram ainda mais polarizadas e politizadas no país após a chegada de Bolsonaro à presidência (FERRANTE e FEARNSTIDE, 2019). A defesa da produção e da exportação de commodities, como a soja, foram usadas, de modo muito mais acentuado, para justificar ações prejudiciais ao meio ambiente, encobrindo desigualdades sociais e ameaças à biodiversidade ao longo de todo o governo. Durante os últimos quatro anos, a estreita relação entre grandes latifundiários e o governo contribuiu para o afrouxamento de regras de proteção ambiental, enquanto o nacionalismo foi utilizado para ressignificar a natureza como “nacional” e obscurecer a cooperação global (MCCARTHY, 2019).

O desinvestimento em instituições e ações de proteção ambiental, o negacionismo científico e a violência contra povos indígenas foram características evidentes do governo bolsonarista. Órgãos como o Inpe, o Ibama, o ICMBio e a Funai sofreram cortes de verbas e ataques, prejudicando a efetividade das políticas ambientais no país. A promessa de não demarcar terras para indígenas e a abertura de áreas protegidas para agricultura e mineração geraram conflitos levaram a denúncias de genocídio e ecocídio contra o ex-presidente brasileiro. Destacamos ainda, com Osterhage, Wolford e Borrás (2022), que política ambiental populista não apenas afeta o meio ambiente, mas também está intrinsecamente ligada a questões de classe, raça e etnia. As políticas públicas nesse contexto são utilizadas como instrumentos para ampliar a retórica populista, identificando os “outros” que supostamente ameaçam a nação e seu desenvolvimento (MCCARTHY, 2019). Apesar da resistência ativa de ativistas e organizações, pesquisas têm mostrado o populismo autoritário tem obtido sucesso ao redor do mundo na extração de recursos, marginalização de grupos vulneráveis e proteção de criminosos que afetam a biodiversidade e a vida das populações.

No que diz respeito à contribuição empírica deste estudo para o campo da comunicação, a análise dos editoriais de Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo revelou os enquadramentos

principais adotados pelos dois veículos sobre a pauta ambiental sob Bolsonaro. Com base numa estratégia metodológica que cruzou análise textual e análise de enquadramento, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa, observamos a presença de enquadramentos que refletiam não apenas convergências mas divergências editoriais entre os veículos, em linha com pesquisas anteriores, dedicadas ao estudo dos editoriais como espaços de afirmação política de veículos jornalistas em face das elites decisórias e instâncias de poder (MARQUES; SANTOS, 2021; MARQUES, MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018; ARAÚJO; PRIOR, 2020).

A análise dos editoriais permitiu identificar as temáticas que receberam maior atenção e destaque na cobertura dos jornais, com base em variáveis inspiradas no conceito de enquadramento midiático de Entman (1993), que se desdobraram em categorias extraídas do corpus. Entre os diversos achados, a pesquisa revelou que ambos os jornais reconheceram a importância da preservação ambiental, mas por razões diferentes. Apesar desse reconhecimento, OESP se destaca pela aproximação, em diversos momentos, do discurso defendido pelo governo de Jair Bolsonaro, que se dá, em demasia, pela defesa do setor do agronegócio. O veículo afirma repetidas vezes que o desmatamento na Amazônia não tem origem agrícola, mas que é preciso que o Estado dê mais subsídio a produtores para que esses invistam em uma produção que respeita o meio ambiente. O apelo por mais subsídio ignora, por exemplo, que agronegócio exportador recebe incentivos fiscais no imposto de renda e não paga imposto de exportação. O setor agropecuário, além de contribuir com uma carga tributária relativamente baixa, também se beneficia substancialmente de isenções fiscais relacionadas ao ICMS. Até o ano de 2016, essas isenções resultaram em uma perda de aproximadamente 269 bilhões de reais para os estados. Além disso, o setor desfruta de condições especiais de crédito para a aquisição de insumos como sementes e adubos, bem como para a comercialização e armazenamento de produtos agrícolas. Ainda, a subvenção direta e a transferência de dívidas representam uma parcela que excede 1% do Produto Interno Bruto (PIB)³³.

Neste caso, a interação complexa entre a mídia e o populismo evidencia como o discurso dos veículos de comunicação pode, em muitos casos, alinhar-se com o discurso populista em função de seus próprios interesses econômicos e políticos. Como vimos com Motta (2021), uma das razões fundamentais para esse alinhamento reside nos interesses econômicos dos veículos de comunicação. Muitos deles dependem da publicidade e da receita financeira gerada por grandes empresas, incluindo aquelas vinculadas ao agronegócio, mineração e outros setores

³³ <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-agronegocio-e-mesmo-um-sucesso/>> . Acesso em 29 de outubro de 2023.

econômicos. Essas empresas podem influenciar a linha editorial dos jornais, que podem evitar críticas severas a esses setores para manter suas receitas publicitárias. Dessa forma, os veículos de comunicação podem adotar uma postura mais complacente em relação a políticas que favoreçam esses interesses econômicos

A complacência, e, em alguns momentos, a convergência entre o OESP e o governo Bolsonaro fica evidente desde o começo da cobertura, ainda em 2019. Apesar de todos os sinais claros apresentados no plano de governo, OESP apostou em um voto de confiança a Bolsonaro, e, especialmente a Hamilton Mourão, na agenda ambiental. Nesse sentido, OESP compartilha frequentemente uma justificativa de viés nacionalista adotada pelo ex-mandatário, ao afirmar que as críticas que partem de autoridades de países como França, Alemanha e Noruega acontecem também por interesses protecionistas que buscam prejudicar o agronegócio brasileiro. Conforme McCarthy (2019), líderes populistas geralmente tentam enfatizar a soberania nacional e a “proteção dos interesses do país”. Ainda de acordo com o autor, esses líderes adotam uma postura mais permissiva em relação às questões ambientais para promover o crescimento econômico e obter apoio popular por meio de uma almejada estabilidade econômica, algo que também é enfatizado pelos editoriais de OESP. Dessa maneira, o jornal chega a convergir com o governo de Bolsonaro ao focar o crescimento econômico apesar de riscos iminentes, como aqueles gerados pela mineração em terras indígenas.

Ressaltamos, entretanto, que apesar do destacado alinhamento de OESP ao governo, FSP também faz uma cobertura editorial falha, especialmente ao não explorar adequadamente as implicações sociais e os ataques aos direitos indígenas, o que denota a falta de centralidade desses temas na cobertura editorial sobre a pauta ambiental, apesar de esses grupos terem sido alvos da agenda bolsonarista em diversos momentos do seu mandato. Os aspectos sociais e os ataques aos direitos indígenas são categorias que recebem pouca atenção nos editoriais dos dois jornais, representando uma parcela muito pequena da cobertura jornalística, com apenas cerca de 6,1% em OESP e 4,44% em FSP para a categoria "Implicações sociais" e 2,9% em OESP e 0,74% em FSP para "ataques a direitos indígenas". Destacamos como esta é uma falha significativa, já que a gestão ambiental tem implicações diretas na vida das pessoas, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, como os povos indígenas. A falta de ênfase na discussão dessas implicações sociais de políticas ambientais negligentes deixa de abordar uma questão crucial para a sociedade.

Certamente, ao investigarmos os editoriais de dois jornais com a relevância da Folha e do Estadão, foi possível refletir, criticamente, sobre a posição política da imprensa *mainstream* no enquadramento da pauta antiambiental de um governo extremista que afrontou normas

básicas da convivência democrática. Por meio do mapeamento dos enquadramentos mais prevalentes nos dois jornais, esta dissertação pretendeu contribuir com os estudos do campo comunicacional, ao fornecer uma reflexão que explorou as conexões entre o populismo, o meio ambiente e a mídia. Esperamos, em suma, que as contribuições aqui reunidas, que exigem aprofundamento em pesquisas futuras, possam ampliar o debate e estimular novas análises para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada de contextos complexos como o brasileiro, cuja democracia possui agora diversas fissuras deixadas pela experiência corrosiva da extrema-direita no último quadriênio presidencial.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume dumará, p. 23-39, 2004.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-39.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. D. A.; BEZERRA, G. D. N. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- ALBUQUERQUE, A. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. *Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.
- ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. 1993.
- AMADEO, Javier; PAULA, Guilherme. A Saga do populismo: momentos da história de um conceito. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 2, n. 3, p. 365-402, 2021.
- ARAÚJO, Bruno. Framing political populism: The role of media in framing the election of Jair Bolsonaro. *Journalism Practice*, v. 15, n. 2, p. 226-242, 2020.
- ARAÚJO, Bruno; CAMPOS, Fernanda Safira Soares. Populismo Autoritário e Meio Ambiente no Brasil: Enquadramentos do discurso antiambiental de Jair Bolsonaro em editoriais nacionais e internacionais. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 141-159, 2022.
- ARAÚJO, Bruno; PRIOR, Hélder. Framing political populism: The role of media in framing the election of Jair Bolsonaro. **Journalism Practice**, v. 15, n. 2, p. 226-242, 2021.
- AZEVEDO, F. A grande imprensa brasileira: Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014). [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- AZEVEDO, F. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, v. 24, p. 270-290, 2018.
- BAPTISTA, Érica Anita; HAUBER, Gabriela; ORLANDINI, Maiara. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 105-119, 2022.
- BELÉM, Ivan ; SATO, MICHELE . Liu Arruda e o Teatro: Contribuições à Educação Ambiental e à Justiça Climática. In: Michèle Sato; Giseli Dalla-Nora. (Org.). Turbilhão de ventanias e farrapos, entre brisas e esperanças.. 1ed.Cuiabá: GKF & Sustentável, 2021, v. 1, p. 251-268.
- BELTRÃO, Luiz. Jornalismo opinativo. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BERNSTEIN, Henry. Unpacking ‘authoritarian populism’ and rural politics: some comments on ERPI. **Critical Agrarian Studies**, p. 448, 2020.

BESSA, Ana Luiza Antunes Soares; FELIX, Edilaine Heleodoro. O termo populismo nos jornais: uma análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Leviathan (São Paulo)**, n. 18, p. 1-33, 2020.

BORINELLI, Benilson. Instituições e Crise Ambiental: Contribuições da Sociologia Ambiental. *Serviço Social em Revista*, v. 9, n. 2, 2007.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CÂMARA, Marco Túlio Pena. *REALIDADE AMARGA DO RIO (QUE ERA) DOCE: a cobertura do jornal O Tempo sobre a tragédia de Bento Rodrigues*. 2018

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMPOS, Fernanda Safira Soares. *Enquadramentos da Reforma da Previdência: uma análise de editoriais dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

CAMPOS, Fernanda Safira Soares; ARAÚJO, Bruno. *Enquadramentos da Reforma da Previdência*. *Compólitica*, v. 10, n. 1, p. 109-136, 2020.

CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. **Political studies**, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. *Mídia e Populismo/Populismo e Mídia/Media and populism/Populism and media*. **Revista Contracampo**, n. 28, p. 52-72, 2013.

CHAGAS, V.; STEFANO, L. TikTok e polarização política no Brasil. Niterói: coLAB/UFF, 2022. 66 p. (Série DDoS Lab). doi: 10.56465/ddoslab.2022.001.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto*. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1999.

COOK, T. E. O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 6, p. 203–247, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1884>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CRAWLEY, Michael J. *The R book*. John Wiley & Sons, 2012

CUNHA, Isabel Ferin. *Populismo e Autoritarismo na Europa: novos desafios, velhas ameaças* [vídeo]. São Paulo: Editora X, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x07g-Z820z4>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CUNHA, Isabel Ferin; MARTINS, Carla; CABRERA, Ana. *Presidenciais portuguesas de 2021 e o populismo*. *Media & Jornalismo*, v. 22, n. 40, p. 179-197, 2022.

DA SILVA REBOUÇAS, Hébelly et al. *Lula e Bolsonaro populistas?: A visão de populismo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em alusão aos dois presidentes brasileiros*. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 121-140, 2022.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESPINOSA, M. P. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación**, 9 y 10, 225-238., 2003.

FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, v. 46, n. 4, p. 261-263, 2019.

FIRMSTONE, J. Editorial journalism and newspapers' editorial opinions. In: **Oxford research encyclopedia of communication**. 2019.

FIRMSTONE, J. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. *Journalism Practice*, v. 2, n. 2. 2008.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, p. 34-82, 2014.

FLINDERS, Matthew; WOOD, Matt. Depoliticisation, governance and the state. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 135-149, 2014.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. Editora Hucitec, 2005.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista brasileira de ciência política**, p. 41-69, 2011.

FONTES, Giulia Sbaraini. Populismo e autoridade jornalística: uma análise de editoriais e notícias publicados durante a primeira metade do governo Bolsonaro. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. *Lutas sociais*, n. 28, p. 87-104, 2012.

GALLO, Fernanda Vendramini; LANZA, Fabio. A teologia da prosperidade na igreja universal do reino de Deus. Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2011.

GITLIN, Todd. *The Whole World is Watching*. University of California Press. 1980.

GOMES, Giselly; MARCHEZINI, Victor; SATO, Michèle. (In) visibilities About the Vulnerabilities of People with Visual Impairments to Disasters and Climate Change: A Case Study in Cuiabá, Brazil. **International Journal of Disaster Risk Science**, v. 13, n. 1, p. 38-51, 2022.

GOMIS, L. **El medio media: La función política de la prensa..** Seminarios y Ediciones, 1974.

GOODWYN, Lawrence. *Democratic Promise: The Populist Moment in America*. Nova York: Oxford University Press, 1976.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. Duke University Press, 2007.

GUAZINA, Liziane Soares. Populismos de direita e autoritarismos: apontamentos teóricos para estudos sobre a comunicação populista. **Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 12, p. 49-66, 2021.

GUAZINA, Liziane Soares; ARAÚJO, Bruno; GAGLIARDI, Juliana. Media, Corruption and far right-wing populism: notes on journalistic coverage of political scandals in Brazil1. **Media, Populism and Corruption**, p. 88.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da libertação-Perspectivas. Edições Loyola, 2000.

HANNIGAN, John. Environmental sociology: a social constructionist perspective. Routledge, 2006.

Intergovernmental Paineel on Climate Change. Chapter 2: Land-Climate Interactions. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>, 2021.

KAUL, Vineet. Environmental crisis and the role of media. International Journal of Trend in Scientific Research and Development, v. 1, n. 4, p. 648-697, 2017.

KLEIN, Naomi; PAIS, Ana Cristina. **Tudo pode mudar: capitalismo vs. clima**. Presença, 2016.

LATTMAN-WELTMAN, F.; CHAGAS, V. Mercado futuro: a Economia Política da (re)partidarização da imprensa no Brasil. Dados, v. 59, n. 2, p. 323–356, 2016.

LAWRENIUK, Sabina. Intensifying political geographies of authoritarianism: Toward an anti-geopolitics of garment worker struggles in neoliberal Cambodia. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 110, n. 4, p. 1174-1191, 2020.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso. Revista Compólitica, Rio de Janeiro, 2007.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LINS, Aquiles; ALVES, Mércia. A candidatura de Lula em 2018 nas páginas de opinião da grande imprensa: Folha de S. Paulo, o Globo e o Estado de São Paulo. Brazilian Journal of Policy and Development, v. 3, n. 1, p. 18-18, 2021.

LONGHI, Raquel. Opinião e diagramação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 1, p. 110-119, 2006.

- LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, ngela; BELMONTE, Roberto Villar. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. *Revista Famecos*, v. 24, n. 3, p. ID26545-ID26545, 2017.
- LOPES, Gabriela Russo; LIMA, Mairon G. Bastos; DOS REIS, Tiago NP. Revisitando o conceito de mau desenvolvimento: Inclusão e impactos sociais da expansão da soja no Cerrado do Matopiba. *World Development*, v. 139, p. 105316, 2021.
- MAESO, Benito Eduardo Araujo. Em busca do (s) deus (es) ausente (s): o modo de vida populista em Laclau e em Chaui. *Trans/Form/Ação*, v. 44, p. 49-72, 2021.
- MAITINO, M. E. Populismo e bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, v. 13, p. e020002-e020002, 2020.
- MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. *JADT*, v. 2012, p. 687-699, 2012.
- MARIZ, Cecília Loreto. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. *Revista de Cultura Teológica*, n. 13, p. 37-52, 1995.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Mídias sociais e eleições: um estudo sobre as campanhas de reeleição dos vereadores de Fortaleza no Twitter. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 16, n. 3, p. 228-242, 2014.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness. *Journalism*, 2019.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. *Observatorio (Obs*)*, v. 12, n. 03, p. 224-245, 2018.
- MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino; BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política, v. I & II. EDUNB-Editora Universidade de Brasília, 1993.
- MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of communication*, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.
- MAYER, Adam. Development channelization, partisanship, and populism: possibilities for rural renewal in the death throes of coal. *Sociological Perspectives*, v. 65, n. 3, p. 529-554, 2022.
- MCCARTHY, James. Authoritarianism, populism, and the environment: Comparative experiences, insights, and perspectives. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 2, p. 301-313, 2019.
- MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985.

- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, p. 39-56, 2016.
- MENDES, A.; SILVA, T. O populismo no Brasil: as estratégias utilizadas por Bolsonaro para chegar ao poder. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 79-104, 2022.
- MENDES, André; SILVA, Terezinha. O populismo no Brasil: as estratégias utilizadas por Bolsonaro para chegar ao poder. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 79-104, 2022.
- MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 187–201, 2012.
- MESSEMBERG, Débora. O “alto” e o “baixo clero” do Parlamento brasileiro. *Cadernos Aslegis, Brasília*, v. 40, p. 79-107, mai./ago. 2010.
- MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. 2010
- MONT'ALVERNE, Camila. Seria o Jornalismo adversário da política? Os editoriais de O Estado de S. Paulo sobre o Congresso Nacional brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, v. 43, n. 3, p. 417-441, 2018.
- MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos Em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.
- MONT'ALVERNE, Camila. A imprensa como agente interessado na reforma política: um estudo sobre a cobertura noticiosa e editorial de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (1989-2017). 2020.
- MOREIRA, Fabiane Barbosa. Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. 2006.
- MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. Fratelli Bocca, 1896.
- MOTTA, Filipe Mendes. Constrangimentos ao debate público sobre mineração em Minas Gerais. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. Autonomia Literária, 2020.
- MOUNK, Yascha. Pitchfork politics: The populist threat to liberal democracy. **Foreign Aff.**, v. 93, p. 27, 2014.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A very short introduction**. Oxford University Press, 2017.

NAVA, Mariane. A imagem de Lula construída pelos editoriais do jornal O Estado de S.Paulo. Orientador: Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. 2017. 296 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

NICHOLS, Bruno Washington. A participação radicalizada relacionada a Aécio Neves e Dilma Rousseff nas fanpages de quality papers brasileiros em 2014. 2018.

NORA, G. ; Manfrinate, Rosana ; SATO, MICHÈLE . O tratado de educação e mudanças climáticas: uma abordagem fenomenológica. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE.UFES , v. 48, p. 187-203, 2018.

NORA, G.; SATO, Michèle . Água e vento são meio sustento?: aspectos teórico-conceituais a serem considerados na pesquisa em Educação Ambiental e mudanças climáticas. Ambientalmente Sustentable , v. 2, p. 235-247, 2015.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge University Press, 2019.

OFSTEHAGE, Andrew; WOLFORD, Wendy; BORRAS, Saturnino M. Contemporary Populism and the Environment. **Annual Review of Environment and Resources**, 2022.

OLIVEIRA, Lucy. O trabalho em ‘tempos de crise’: enquadramentos da mídia sobre a Reforma Trabalhista no Brasil. Anais do Seminário FESPSP, São Paulo, 2017.

PARETO, Vilfredo. Les Systèmes socialistes, 2 vols. Paris: Giard et Briere, 1902.

PENTEADO DE, C. L. et al. Populismo, desinformação e Covid-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 239-260, 2022.

PIMENTEL, P. S.; MARQUES, F. P. J. A. De-westernizing media parallelism: How editorial interests unfold during impeachment crises. *Journalism Studies*, 2021.

REINERT, M. Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, v. 28, p. 24-54, 1990.

ROSANVALLON, Pierre. O século do populismo: História, teoria, crítica. Ateliê de Humanidades, 2021.

RUSSO LOPES, Gabriela et al. Maldevelopment revisited: Inclusiveness and social impacts of soy expansion over Brazil's Cerrado in Matopiba. **World Development**, v. 139, n. C, 2021.

SATO, Michèle et al. Os condenados da pandemia. Cuiabá, MT: GPEA Sustentável, 2020. 157 p.

SATO, Michèle. Crise climática expõe vulnerabilidades de pessoas com deficiência visual em MT. PNB Online, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.pnbonline.com.br/noticia/11315/crise-climatica-expoe-vulnerabilidades-de-pessoas-com-deficiencia-visual-em-mt>. Acesso em: 07 maio 2023.

SCHIFF, F. Framing the President: The dominant ideology – A comprehensive repertoire of news frames. *Contemporanea*, Salvador, v. 9, n°1, 2011.

SCHNAIBERG, Allan. The environment: from surplus to scarcity. Oxford University Press, 1980.

SILVA, Renato Sordi Tolentino da. O olhar estrangeiro do impeachment:: um estudo comparativo dos editoriais de seis jornais internacionais sobre a deposição de Dilma Rousseff. Orientador: Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. 2019. 176 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. Making news: A study in the construction of reality. 1978.

VIMIEIRO, A. C. S. C. CULTURA PÚBLICA E APRENDIZADO SOCIAL: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). Belo Horizonte, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

WEFFORT, Francisco Correa. Política de massas. **Política e revolução social no Brasil**, 1965.

WILLIAMS, Raymond. Problems of materialism. *New Left Review*, n. 109, p. 3, 1978.

APÊNDICES

Quadro 1: Editoriais da Folha de S. Paulo analisados

Título	Data de Publicação
Cautela em Davos	26.01.2019
Cerco ao Ibama	01.03.2019
Neurose ambiental	25.03.2019
Caprichos ambientais	17.04.2019
Trator ruralista	03.06.2019
Conflito inglório	16.06.2019
Riscos amazônicos	25.06.2019
Disparates amazônicos	09.07.2019
O barato de Noronha	21.07.2019
Bolso ambiental	18.08.2019
Abaixar o fogo	24.08.2019
Para europeu ver	27.08.2019
Sinuca ambiental	22.09.2019
Queima de fogos	06.10.2019
Óleo nas praias	12.10.2019
Derrame de inépcia	21.10.2019
Sinistro amazônico	20.11.2019
Missão inglória	02.12.2019
Desencontro ambiental	10.12.2019
Diplomacia fóssil	16.12.2019
Amazônia já	22.12.2019
Pobreza intelectual	26.01.2020
Incúria amazônica	10.03.2020
Desmate sem trégua	28.04.2020
Passar a boiada	24.05.2020
Biden e o Brasil	07.07.2020
Para norueguês ver	17.07.2020
Boiada normativa	29.07.2020

Frente de devastação	14.09.2020
Brasil em chamas	19.09.2020
Fora do radar	25.09.2020
Boiada tóxica	28.09.2020
Chamas de setembro	03.10.2020
Salles precisa sair	10.10.2020
Freio à boiada	01.11.2020
Uma ilha sem rei	09.11.2020
Ruína amazônica	01.12.2020
Terra arrasada	29.12.2020
Diálogo amazônico	20.02.2021
Cobrança ambiental	30.03.2021
Ambiente inflamado	09.04.2021
Atentado público	16.04.2021
Negação da negação	22.04.2021
Por mais discussão	14.05.2021
Cerco a Salles	19.05.2021
Terra sem lei	25.05.2021
Salles fora	23.06.2021
Devastação eleitoral	02.07.2021
Poder elétrico	04.07.2021
Circo amazônico	07.07.2021
Brasil queimado	11.10.2021
Zero compromisso	02.11.2021
O saldo da COP26	14.11.2021

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2: Editoriais de O Estado S. Paulo analisados

Título	Data de Publicação
Justiça e responsabilidade	08.01.2019
Passos do Acordo de Paris	09.01.2019
Recuo importante	16.01.2019

Bolsonaro em Davos	24.01.2019
Ameaças globais	17.02.2019
O desenvolvimento da Amazônia	19.02.2019
Os Conselhos do Executivo	18.03.2019
O risco Bolsonaro	30.04.2019
O licenciamento ambiental	11.05.2019
Desprezo pelo clima	19.05.2019
Preservação da Mata Atlântica	30.05.2019
A gestão do Fundo Amazônia	13.07.2019
Bolsonaro e o meio ambiente	03.07.2019
Erosão da biodiversidade	08.07.2019
Os desafios da EU	18.07.2019
A batalha contra a realidade	27.07.2019
Matando o mensageiro	05.08.2019
A Anvisa e os agrotóxicos	13.08.2019
A defesa da soberania nacional	25.08.2019
O encaminhamento da crise	27.08.2019
Crimes na Amazônia	03.09.2019
Risco de fogo nas contas externas	24.09.2019
Bolsonaro na ONU	25.09.2019
No calor da hora	25.09.2019
O 'custo Bolsonaro'	30.09.2019
Do plantio ao risco diplomático	11.10.2019
Clima, prioridade do FMI	18.10.2019
Águas turvas	23.10.2019
A prudente distância dos militares	06.11.2019
A realidade do desmatamento	20.11.2019
Os dólares e a imagem do agro	14.12.2019
A COP 25	17.12.2019
Um governo perdido	23.12.2019
Alinhamento e agronegócio	09.01.2020

Empreendedorismo verde	10.01.2020
Uma boa iniciativa	23.01.2020
Bolsonaro faltou na hora errada	24.01.2020
Às portas da OCDE	03.02.2020
O alto custo da má reputação	04.02.2020
A guerra das águas	09.02.2020
Sonhos amazônicos	14.02.2020
O joio e o trigo nas terras indígenas	15.02.2020
Violações de direitos humanos	03.04.2020
Crime ambiental	21.05.2020
Mais degradação ambiental	31.05.2020
Manchando o Brasil e o agronegócio	05.06.2020
Brasil manchado também nos EUA	08.06.2020
Desmatamento e fuga de capital	25.06.2020
Certificado verde para a agricultura sustentável	28.07.2020
Responsabilidade ambiental	06.07.2020
Verdades incompletas	07.07.2020
A desculpa perfeita	08.07.2020
O inferno são os outros	11.07.2020
Entre o sucesso e a má fé	13.07.2020
A rentabilidade do agronegócio	18.07.2020
Biomassas em chamas	05.08.2020
A Câmara e a 'pauta verde'	09.08.2020
O governo fictício de Mourão	11.08.2020
Queimando dinheiro	12.08.2020
Não é mais que obrigação	01.09.2020
Agronegócio sustentável	05.09.2020
Mourão e a pauta ambiental	12.09.2020
União em prol do meio ambiente	17.09.2020
As consequências vêm depois	24.09.2020
Ministério do mau ambiente	29.09.2020

Deslocamento da realidade	03.10.2020
O acordo UE-Mercosul na berlinda	11.10.2020
Brincando com fogo	26.10.2020
O concerto começa em casa	11.11.2020
O Brasil cada vez mais isolado	18.11.2020
Bolsonaro, risco para o agro	21.11.2020
O valor da cooperação global	25.11.2020
No País das Maravilhas	26.11.2020
O Ibama sem dentes	27.11.2020
Fuga da realidade	03.12.2020
A Cúpula de Ambição Climática	16.12.2020
Desafios para a biodiversidade	31.12.2020
O mal que Bolsonaro faz	02.01.2021
Macron contra a soja brasileira	14.01.2021
O clima e a necessidade de agir	17.01.2021
O Plano Amazônia	15.02.2021
O acordo Mercosul-UE em ponto morto	17.02.2021
Pragmatismo	21.02.2021
Coalizão pelo clima	10.04.2021
A política ambiental	15.04.2021
Desrespeito à lei ambiental	16.04.2021
Meio ambiente, prioridade nacional	20.04.2021
O meio ambiente que os brasileiros desejam	22.04.2021
A lição da Cúpula	24.04.2021
Mais um recorde de desmatamento ilegal	13.05.2021
A nova Lei de Licenciamento Ambiental	16.05.2021
Caso de polícia	21.05.2021
Em defesa da legislação ambiental	23.05.2021
Uma atuação constrangedora	31.05.2021
Mais um inquérito contra Salles	05.06.2021
Indiferença com o futuro do País	12.06.2021

Valores sustentáveis	03.07.2021
Devastação ambiental	04.07.2021
Terra arrasada	17.07.2021
Mudanças climáticas, o maior desafio global	10.08.2021
Vergonha	22.09.2021
Um Tietê mais limpo	26.09.2021
Ambiente: só discurso não basta	27.09.2021
Empresários pelo clima	03.10.2021
A prudência do agronegócio	12.10.2021
Patógeno ambiental	24.10.2021
Desconfiança e esperança na COP-26	05.11.2021
Mais uma ‘última chance’	13.11.2021
Nem governo ruim detém a agricultura	16.11.2021
Nova ameaça europeia ao agronegócio	19.11.2021
Terra arrasada	20.11.2021

Fonte: Elaborado pela autora.